Os sentidos da casa própria

VIVIANE FERNANDA DE OLIVEIRA

OS SENTIDOS DA CASA PRÓPRIA

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS POPULARES FECHADOS E NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS EM PRESIDENTE PRUDENTE E SÃO CARLOS

CULTURA ACADÊMICA
Editora

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

O45s

Oliveira, Viviane Fernanda de
Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos / Viviane Fernanda de Oliveira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
Recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7983-709-8 (recurso eletrônico)

1. Urbanismo. 2. Planejamento urbano. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

15-28930 CDD: 711.4
CDU: 711.4

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:

À Yasmin, florzinha linda da dinda.

Agradecimentos

Agradecer às pessoas que fazem parte da jornada de trabalho que resultou neste livro é uma mistura de "preciso dizer o quanto vocês são especiais pra mim" com "que eu não me esqueça de ninguém". De alguma maneira, preciso começar, e não há como não iniciar agradecendo a uma força invisível chamada Deus. Tenho fé e sou grata pelo dom da vida que me concedeu.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram financeira e moralmente a estudar. Mesmo quando não tinham muito da onde tirar, fizeram um esforço para pagar o cursinho, e assim consegui ser aprovada em uma universidade pública, gratuita e de qualidade como a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Sem esse apoio inicial eu jamais poderia chegar a uma pós-graduação. Vocês são, sem dúvidas, minha maior inspiração. Amo vocês.

Quero registrar também os sinceros agradecimentos à professora Carminha. A destacada trajetória acadêmica da professora Sposito já é reconhecida por todos, porém esse seu lado humano disposto a colaborar e incentivar é um privilégio acessível a poucos, incluindo nós, do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). Obrigada pelos vários "empurrões": "Viviane, vamos mandar esse projeto de iniciação científica para a Fapesp, sim!", "Sempre ande com um caderninho e uma caneta na bolsa para

anotar alguma ideia que tiver!", "Estude para o processo seletivo da pós. É importante você tentar!", "Saiu uma bolsa de apoio técnico. Você tem interesse?". Não vou colocar todas as frases importantes que me disse, mas essas são algumas das que de vez em quando recordo para pensar no quanto você é especial para mim.

Não posso deixar de destacar o cuidadoso trabalho de orientação da professora Eda, que esteve tão presente em todas as etapas da pesquisa que originou este livro, não apenas indicando leituras ou corrigindo textos, mas totalmente por dentro da pesquisa que estava sendo realizada, nas entrevistas, nas reflexões, muitas vezes relembrando aspectos iniciais presentes nos trabalhos de campo dos quais eu mesma já havia me esquecido. Muito mais do que orientadora, em muitas ocasiões você apontou o caminho quando eu estava mais desesperada. Muito obrigada!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista.

Obrigada, meus queridos amigos Tiago, André, Carol, Jânio, Gabriel, Marcel e Mari. Devo incluir aqui também os professores Márcio, Everaldo e Arthur, que, durante os cafés entre um trabalho de campo e outro, me ajudaram nas reflexões acadêmicas. Em diferentes momentos vocês estiveram presentes: nas comemorações, nos trabalhos de campo, nas conversas sobre Geografia (nas conversas fúteis também) e nos dias em que eu estava desanimada e achava que nada ia dar certo. Obrigada por aguentar esta criatura que chora quando está triste e alegre!

Aos moradores que entrevistei, que confiaram em falar sobre seu cotidiano com uma desconhecida e colaboraram indicando outros moradores para serem entrevistados, obrigada! Sem vocês este livro não seria possível. Aos colegas do GAsPERR, por compartilhar , nesse ambiente acadêmico, pesquisas, informações, colaborações, cafés, experiências...

E por último, mas não menos importante, meu amor, Bruno. Desde quando faz as perguntas mais diretas (e difíceis de serem respondidas) de quem não é da área, até quando fica aos fins de semana

me ajudando na parte técnica (elaboração de mapas, capa, normas) com um sorriso no rosto e me incentivando a fazer o melhor. Não tenho palavras para dizer o quanto você faz diferença na minha vida. Amo você. Hoje, amanhã, para sempre!

Sumário

Introdução

A produção do espaço urbano nas cidades brasileiras vem ocorrendo em descontinuidade, com a introdução de espaços residenciais populares abertos e fechados, mas também de espaços residenciais fechados de classe média e elite, em áreas distantes da malha urbana compactada. Esse processo, além de provocar o encarecimento da vida urbana devido à distância dos principais equipamentos e infraestruturas, impõe o uso de veículos automotivos como principal meio de deslocamento. Essa extensão do tecido urbano está correlacionada à ampliação da condição de mercadoria da própria cidade, uma vez que, a cada expansão, há mais terra para ser vendida pelo mercado imobiliário.

Aliada à descontinuidade territorial ocorre a segmentação do espaço urbano, que aponta para uma separação dos moradores da cidade de acordo com o nível econômico e social, como evidenciam os espaços residenciais fechados de médio e alto padrão, destinados aos segmentos de maior poder aquisitivo, e os espaços residenciais populares abertos e fechados (condomínios), destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo. A opção por morar em espaços fechados é justificada com base em argumentos que se diferenciam conforme o perfil socioeconômico dos moradores, tais como a facilidade no

financiamento, a busca por qualidade de vida e por status, além do enfrentamento da insegurança urbana.

A partir das entrevistas com moradores e futuros moradores dos condomínios horizontais populares fechados por nós pesquisados – Vista do Vale e Esmeralda, em Presidente Prudente, e Terra Nova São Carlos e Tecumseh Village, em São Carlos –, constatamos que, além das já citadas motivações, essa pode ser uma estratégia para evitar os estigmas sofridos pelos moradores de espaços periféricos nos quais estão localizados os condomínios pesquisados. Buscando evidências de tal processo, realizamos também entrevistas com moradores de dois espaços residenciais abertos, o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, e o Cidade Aracy, em São Carlos, com o objetivo de utilizá-las como contraponto para as novas práticas e representações sociais dos moradores e futuros moradores dos condomínios horizontais populares fechados, aos quais este livro direciona-se prioritariamente.

São Carlos e Presidente Prudente, ambas situadas no interior do estado de São Paulo, porém com posições distintas na rede urbana, foram as cidades escolhidas devido a dois motivos principais:[1] a partir delas podemos compreender as particularidades e similitudes dos processos estudados em cidades com posições hierárquicas distintas na rede urbana, além do fato de ter havido uma relevante expansão de condomínios fechados nessas cidades desde os anos 1990.

Presidente Prudente é considerada uma cidade média por concentrar papéis e funções urbanas, atraindo um grande fluxo de pessoas de cidades vizinhas, que utilizam principalmente o comércio e os serviços oferecidos. Além disso, está distante de outras cidades de mesmo porte, o que reafirma seu poder de atração frente a uma

1 Além disso, a opção por essas cidades ocorreu devido ao fato de ambas fazerem parte do conjunto de seis cidades médias (Presidente Prudente-SP, São Carlos-SP, Ribeirão Preto-SP, Marília-SP, São Jose do Rio Preto-SP e Londrina-PR) estudadas pelo projeto temático *Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas*: cidades médias e consumo, no qual estava inserida a pesquisa que originou este livro e cuja relevância para este trabalho poderá ser notada no decorrer do texto.

ampla população que reside no Oeste Paulista e no sul do Mato Grosso do Sul.

São Carlos está próximo a cidades de maior porte (por exemplo, Campinas e Ribeirão Preto) e também de mesmo porte (tais como Araraquara e Rio Claro). Sposito e Góes (2013, p.36), ao estabelecer as principais diferenças entre Presidente Prudente e São Carlos no que se refere ao seu papel na rede urbana, observam:

> É notória a maior centralidade interurbana de Presidente Prudente, única cidade no Sudoeste paulista, num raio de ao menos 150 km, a oferecer bens e serviços em níveis suficientes para polarizar 57 cidades de menor tamanho populacional e de menor complexidade funcional. Na posição de menor centralidade interurbana está São Carlos, cuja localização muito próxima de outras cidades de porte semelhante ou maior (Araraquara, Americana, Rio Claro, Limeira e Ribeirão Preto) reduz sua capacidade de polarização.

Neste livro, outros aspectos, próprios da cidade contemporânea, têm maior importância, como é o caso dos novos processos a partir dos quais seu espaço vem sendo produzido. Destacamos o afastamento territorial das atividades ligadas ao consumo, o aumento do uso de veículos automotivos e a melhoria da qualidade dos transportes (há um aumento significativo da mobilidade, embora ela seja estratificada), a valorização das novas paisagens urbanas associadas à imagem do moderno (embora cada vez mais estandardizadas) e a ação do Estado associada a interesses econômicos.

Desses processos resultam, como atual configuração, os novos centros, subcentros, eixos especializados e, ainda, os centros antigos, além de uma valorização dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos, lógicas definidas por interesses das atividades de produção e comercialização, mas também, e cada vez mais, por interesses fundiários e imobiliários. A ideologia do crescimento e do desenvolvimento, sustentando essas lógicas e justificando a ação do Estado, não pode ser desconsiderada.

Os atuais processos de urbanização, nos quais localizações e distâncias adquiriram importância crescente, passaram a constituir situações de vida urbana, em que o diálogo entre as partes da cidade atenuou-se ou rompeu-se (Lefebvre, 1983). Isso vem sendo abordado à luz do conceito de segregação socioespacial, cuja contribuição primordial reside na ênfase conferida ao fato de essa segregação ser uma construção histórica, opondo-se, portanto, à tendência de naturalizá-la (Prévôt-Schapira; Pineda, 2008), como expresso na origem do conceito, que foi desenvolvido no âmbito da Escola de Chicago, "com as contribuições de Burgess (1967[1916]) e McKenzie (2005[1926])" (Sposito, 2013, p.62), cuja concepção original "refletia o esforço da Ecologia Humana em transpor teorias, leis e dinâmicas próprias das Ciências Naturais para ler o espaço urbano" (Sposito; Góes, 2013, p.283), sendo que "sua origem esteve associada à ideia de que o uso residencial do espaço urbano resultaria de um processo de competição entre os citadinos, gerando áreas de grande homogeneidade interna, tanto socioeconômica como cultural" (ibidem, p.283). Algumas décadas depois, esse conceito "foi apropriado e repensado por outras perspectivas teóricas, entre elas a reconhecida como 'Escola da Sociologia Urbana Francesa', cuja leitura teve grande importância nos anos 1960 e 1970" (Sposito, 2013, p.62). No decorrer dos anos, ao conceito de segregação foram acrescentados adjetivos para distinguir um processo do outro.

Neste livro incorporamos a proposição de Sposito e Góes (2013, p.285) de trabalhar com o conceito de segregação socioespacial, "a fim de torná-lo mais preciso, no sentido de enfatizar que esse processo só pode ser compreendido nas articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais, tanto quanto se expressa social e espacialmente". Sendo assim, "não é possível pensar numa segregação apenas social, visto que ela é sempre expressa e determinada espacialmente" (ibidem, p.285). Portanto, cabe ressaltar que

> as novas segregações são mais abrangentes, porque não se restringem ao uso residencial do espaço, como, inicialmente, foi concebido o conceito pela Escola de Chicago. As separações socioespaciais se

aprofundam, gerando segmentações muito mais demarcadas no que se refere ao *habitat* urbano, como os novos empreendimentos imobiliários muito bem exemplificam. (Sposito, 2013, p.80)

A segregação socioespacial, portanto, é um processo e um estado, estabelece-se a partir de um "jogo" social e político. Ocorre em áreas com baixa diversidade social, quando os moradores de determinadas áreas diferenciam-se dos de outras áreas, quando se estabelecem barreiras – materiais ou mentais – no plano das representações sociais.

Uma população está segregada quando é estigmatizada,[2] quando se associa a condição espacial à condição social do sujeito. A segregação socioespacial é resultado de formas de discriminação cuja base é espacial. A produção de condomínios fechados[3] para a classe média e a elite é uma maneira de se separar, diferenciar os intra e

2 Embora o conceito esteja fortemente associado aos casos mais comuns de segregação socioespacial, em que alguns segmentos são radicalmente obrigados a separar-se, há casos em que o caráter negativo, que decorre dessa separação, não está presente, como quando tratamos da autossegregação (enquanto par indissociável da segregação), os quais serão retomados no item "Entre a segregação e a autossegregação: condomínios horizontais populares fechados".

3 Na legislação brasileira vigente há dois tipos de definições que se aplicariam a esses espaços residenciais: condominiais e não condominiais. A definição "condominial" aplica-se às glebas que, em seu parcelamento, atendem à Lei Federal n. 4.491, de 16 de dezembro de 1964, cujos preceitos apoiam-se no estatuto da propriedade condominial. Assim, aplica-se essa definição às glebas de terras nas quais edificações de um ou de vários pavimentos são erguidas, mantendo-se a propriedade privada em dois níveis diferentes: a) propriedades privadas de uso restrito, sejam apartamentos, no caso dos condomínios verticais, sejam residências que combinam um terreno e uma edificação, no caso dos condomínios horizontais; b) copropriedades privadas de uso coletivo das áreas de utilização comum, como vias, calçadas, áreas verdes, de lazer etc., sobre as quais cada condômino tem o direito de propriedade sobre uma fração ideal, proporcionalmente correspondente ao tamanho e/ou preço de sua propriedade individual (Sobarzo; Sposito, 2003, p.39-40). A definição "não condominial" aplica-se aos lotes e imóveis edificados oriundos de glebas loteadas, segundo a Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que estabelece, para aprovação do parcelamento da terra para uso urbano, exigências relativas à destinação pública de parte da extensão de terra a ser loteada. São áreas voltadas à introdução de vias, calçadas, sistemas de lazer, de proteção ambiental e de uso institucional. Essa

extramuros. Esse novo jeito de morar é pautado pelas novas práticas de consumo e pela idealização da vida cotidiana nesses espaços, estimulada principalmente por meio da propaganda e da mídia. A partir desses espaços, que combinam os ideais de segurança e distinção social, emergem novas relações com os demais espaços da cidade, estabelecidas pelos seus moradores, no plano das práticas espaciais cotidianas. Recentemente, tal opção também se oferece à população de baixo e médio poder aquisitivo.

A introdução dos condomínios horizontais populares fechados, muitas vezes estimulada por programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida ou o Programa de Arrendamento Familiar (PAR), nos levou a questionar: por que estimular esse tipo de moradia? A quem se voltam prioritariamente os controles próprios desses espaços: aos de dentro ou aos de fora?

Atualmente, o programa Minha Casa Minha Vida desempenha papel central no que tange ao financiamento de habitações populares. Durante a década de 1980, o principal promovedor desse tipo de financiamento era o Banco Nacional da Habitação (BNH), que construía conjuntos habitacionais em locais afastados da malha urbana consolidada. No atual programa governamental, um fato que chama a atenção é o quanto essa localização descontínua ainda se repete, mas atualmente a inserção dos muros reforça e amplia a descontinuidade.

As representações sociais dos sujeitos, bem como o papel da mídia, na produção de significados e valores de uma sociedade, "dadas as formas como a mídia transforma, e de certa maneira define, a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas" (Jovchelovitch, 2000, p.92), são elementos fundamentais para a análise proposta. Segundo a mesma autora, as representações sociais

> representam por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o modo em que ele se encontra

lei já foi modificada várias vezes, sendo que a maior parte das alterações ocorreu por meio da Lei Federal n. 9.785 de 29 de janeiro de 1999.

> [...] elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas poderia existir. Elas são nesse sentido uma relação com o ausente e um meio de evocar o possível. É importante ressaltar que não há qualquer tentativa de negar o poder das estruturas sociais. Também não se trata de conferir autonomia à ordem simbólica. Há sim uma relação entre o material e o simbólico. (ibidem, p.41)

Assim, o objetivo geral é contribuir com a compreensão da cidade atual em sua complexidade. Ao analisar as recentes transformações urbanas em sua relação com as novas formas de morar, buscamos compreender como o cotidiano dos moradores dos condomínios horizontais populares fechados é influenciado e influencia a produção do espaço urbano dessas duas cidades.

Utilizamos a escala do cotidiano como estratégia para compreender formas peculiares de resistência, integração e diferenciação que se estabelecem no espaço urbano, considerando-se, além disso, que podem estar em curso novos processos, como a fragmentação socioespacial (Prévôt-Schapira; Pineda, 2008; Saraví, 2008; Sposito, 2011; 2013, Sposito; Góes, 2013; Magrini, 2013), e buscamos responder às seguintes questões: física e subjetivamente, como estão configuradas essas áreas? Quais são as expectativas e em que medida elas são contempladas conforme se estabelecem essas residências? Em que medida as práticas cotidianas e os problemas assemelham-se ou diferem daqueles existentes em espaços residenciais populares abertos? Em que medida as regras que costumam ser adotadas nos condomínios horizontais populares fechados influenciam no cotidiano de crianças e jovens moradores? Do ponto de vista do consumo do espaço urbano, o que significa morar nessas áreas? Qual é o "pacote" comprado junto com as residências? Em que medida o que é vendido passa a ser desejado e, consequentemente, necessário? Por que há o incentivo desse tipo de residência por parte dos organismos governamentais? Qual a relação entre a localização no espaço urbano e a presença de muros e eventualmente de outros equipamentos e/ou serviços de segurança?

Como forma de tentar responder a essas e outras questões, utilizamos como principal procedimento metodológico as técnicas de entrevistas semidiretivas e a produção de fontes orais. Consideramos que nossas opções metodológicas, bem como o referencial teórico, influenciam em diferentes momentos da pesquisa, do início ao fim, desde a produção das informações até a interpretação destas. Ao realizarmos as entrevistas, produzimos informações a partir do referencial teórico, com base no qual orientamos nosso diálogo com o entrevistado. Nessa relação que estabelecemos, produzimos dados que não são neutros, com questionamentos que são fruto de nossa formação teórica e percepção sociocultural.

Durante a realização de entrevistas, buscamos assumir um compromisso com a responsabilidade ética da pesquisa, deixando claro para as pessoas entrevistadas o objetivo de nosso trabalho, que os dados seriam utilizados exclusivamente com a finalidade científica e que a identificação dos entrevistados sempre seria preservada.[4]

Foram realizadas inicialmente entrevistas não diretivas com moradores de condomínios populares horizontais fechados em Presidente Prudente, com o objetivo de levantar hipóteses, por meio da fala desses sujeitos, sobre os motivos pelos quais optaram por adquirir tais residências. Além disso, fizemos contato com corretores de imóveis para levarmos em conta o que vendem como vantagens de se morar nesses espaços, atendendo "principalmente a finalidades exploratórias" e utilizando-as no "detalhamento de questões/problemas e formulação/organização mais precisa dos conceitos relacionados" (Colognese; Mélo, 1998, p.144). Esses contatos foram realizados informalmente, com a finalidade de se obter elementos para nortear a elaboração de um roteiro para entrevistas posteriores e aprofundar ou redimensionar as hipóteses inicialmente formuladas. De acordo com Thiollent (1987, p.80), "a entrevista não diretiva faz parte dos estudos exploratórios para preparar o questionário-padrão ou é concebida como meio de aprofundamento qualitativo da investigação".

4 Os nomes dos entrevistados citados no texto são fictícios.

Com a análise das 32 entrevistas semidiretivas realizadas com citadinos de diferentes faixas etárias, homens e mulheres, buscamos compreender o cotidiano desses moradores, quais as implicações desse tipo de residência em seu dia a dia e como se estabelecem suas relações interpessoais no âmbito do próprio espaço residencial e dos demais espaços da cidade.

É importante salientar todas as etapas necessárias à aplicação dessa metodologia: elaboração do roteiro,[5] contato com possíveis entrevistados,[6] gravação das entrevistas, redação do relatório de campo[7] e tratamento dado a essas informações, que se inicia com a transcrição. Assim, a familiaridade com as duas realidades urbanas nas quais se inserem os espaços residenciais pesquisados revelou-se fundamental e foi viabilizada pela articulação desse trabalho com o projeto temático *Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas*: cidades médias e consumo, que contribuiu tanto para que os contatos necessários ao agendamento das entrevistas fossem feitos quanto para que a familiaridade com as cidades pesquisadas se efetivasse e para que as entrevistas fossem realizadas durante os trabalhos de campo da equipe.[8]

---

5 Foram elaborados três roteiros: 1. para futuros moradores de condomínios horizontais populares fechados; 2. para moradores de espaços residenciais populares abertos; e 3. para moradores de condomínios horizontais populares fechados. Os roteiros estão anexados.

6 A intermediação de pessoas conhecidas, que tinham contatos com moradores dos espaços horizontais residenciais populares, abertos e fechados, em Presidente Prudente e São Carlos, foi fundamental para a viabilização das entrevistas e para favorecer o estabelecimento de relações de confiança entre pesquisador e entrevistado.

7 Nos relatórios de campo, empregamos um roteiro elaborado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, para o projeto temático *Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas*: cidades médias e consumo, no qual registramos sobretudo informações referentes às condições nas quais a entrevista foi realizada, além de informações iniciais sobre o entrevistado, data e local da entrevista.

8 Nesse sentido, comprova-se a importância das experiências coletivas de pesquisa, proporcionadas pelos grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), do qual fazemos parte.

A desigualdade que caracteriza as posições entre pesquisador e entrevistado foi levada em consideração, pois sabemos que algumas vezes perguntamos algo que a pessoa não estava preparada para responder, ou que nunca havia formulado um pensamento sobre, ou mesmo tinha atentado para fatos que estavam sendo perguntados. Segundo Thiollent (ibidem, p.83):

> A desigualdade é inerente a uma situação de comunicação sobre a qual o respondedor não tem controle e permanece separado da interpretação e da utilização social da informação transmitida. Em situação como esta, a não diretividade dissimula, sob máscara de reciprocidade e de liberdade de fala, a hierarquia e a monopolização do saber (aspecto institucional).

Nessa relação desigual, buscamos considerar, durante a análise das entrevistas, como, em que contexto, aquilo que transcrevemos havia sido dito, para que não houvesse distorções da fala, ou mesmo uma transcrição "interesseira", levando em conta apenas os aspectos e respostas que interessassem a nós, enfatizando falas que foram ditas em outros contextos e cortando outras. Estamos conscientes de que, quando fazemos as perguntas, estamos forçando a outra pessoa a falar, "mesmo que de forma dissimulada – o outro (no caso o entrevistado) a prestar determinada informação" (Colognese; Mélo, 1998, p.151).

Além disso, buscamos desenvolver a "atenção flutuante" (Thiollent, 1987, p.91), procurando não ficar mexendo no gravador, deixando que as narrativas fluíssem, não privilegiando *a priori* quaisquer elementos dos discursos, ouvindo o que o entrevistado tinha a dizer, sem esboçar opinião a respeito do que estava sendo dito.

A transcrição das entrevistas exigiu muita atenção, em função dos desafios inerentes à passagem do oral ao escrito. Para análise, criamos as categorias relacionadas com nossos temas,[9] levando em

---

9 As categorias com base nas quais as transcrições das entrevistas foram organizadas e analisadas foram: 1. Motivação para mudança de residência; 2. Segurança;

conta as técnicas de codificação propostas por Gibbs (2009, p.60). Segundo ele, "a codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele". Os códigos criados permitem que tenhamos acesso mais facilmente às ideias levantadas nos textos das entrevistas, facilitando a análise e possibilitando o acesso a partes direcionadas daqueles. Após o agrupamento dos códigos, Gibbs (ibidem) sugere a hierarquização destes, o que permite interpretações a partir das respostas obtidas, análise dos dados das diferentes entrevistas e, assim, o estabelecimento de uma base de dados.

A partir dos relatos orais, dos silêncios, dos gestos, das conversas e dos aspectos objetivos e subjetivos, caracterizamos a vida cotidiana desses citadinos, relacionando-as às escalas mais amplas em que estão envolvidas. De maneira complementar, analisamos o material publicitário produzido sobre os condomínios horizontais populares fechados pesquisados. Desse modo, a partir das entrevistas, buscamos apreender a escala do cotidiano, como forma de compreender as representações do vivido e imaginado, e assim nos aproximar da maneira como se dá o consumo no espaço urbano.

Outro aspecto de suma importância que levamos em consideração foram os constantes questionamentos: a metodologia utilizada era capaz de apreender o objeto estudado? Às hipóteses iniciais da pesquisa mantiveram-se, mudaram, ou foram acrescentados outros problemas que de início não pareciam primordiais ou não estavam nítidos? Reafirmamos assim que, qualquer que seja o caminho metodológico escolhido, a permanente reflexão sobre o que está sendo feito, ou mesmo sobre a necessidade de reestruturação de aspectos que antes não estavam explícitos, é primordial para a realização de

3. Condições de aquisição do imóvel; 4. Valorização; 5. Regras (exclusivamente para residentes em condomínios fechados); 6. Locais de consumo; 7. Transportes e distâncias; 8. Contrato social; 9. Participação nas decisões (exclusivamente para residentes em condomínios fechados); 10. Lazer; 11. Proximidade entre residências; 12. Vias internas (exclusivamente para residentes em condomínios fechados); 13. Casa modelo (exclusivamente para residentes em condomínios fechados).

uma pesquisa que se preocupa com a ética e a coerência nos resultados obtidos.

Desse modo, neste livro nos propusemos, como objetivo geral, contribuir para a compreensão da cidade atual em sua complexidade a partir do estudo de condomínios horizontais populares fechados em duas cidades do interior paulista, Presidente Prudente e São Carlos, sem, no entanto, deixar de atentar para as mudanças recentes ocorridas em espaços residenciais populares abertos. A perspectiva metodológica adotada é a da microescala, do cotidiano dos moradores desses espaços residenciais em suas relações com os demais espaços urbanos, em articulação com escalas mais amplas, como a local e a nacional, necessárias à compreensão da política habitacional que influencia diretamente na relação desses moradores com a cidade e que são designativas de processos gerais. Assim, direcionamos nossa atenção para as novas formas de morar, em sua relação com as transformações urbanas, a partir dos seguintes recortes: 1. condomínios Esmeralda e Vista do Vale (fechados) e Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente; 2. condomínios Terra Nova São Carlos e Tecumseh Village (fechados) e Cidade Aracy, em São Carlos.

A partir das áreas escolhidas, realizamos um esforço de compreender como se produzem as representações sociais dos moradores intra e extramuros, e como elas atuam no cotidiano, a partir do consumo de novos espaços residenciais. Embora o foco do livro recaia nos novos condomínios horizontais populares fechados, a análise das práticas espaciais dos moradores de um espaço residencial popular aberto em cada uma das duas cidades foi importante para a identificação de contrapontos, mas também de semelhanças, em relação às práticas espaciais dos residentes nos espaços residenciais fechados.

No primeiro capítulo, "Caracterização das áreas de pesquisa e dos problemas enfrentados pelos moradores", não apenas caracterizamos as duas cidades, os espaços residenciais fechados e abertos que pesquisamos, como forma de contextualizar o leitor, mas introduzimos a análise das entrevistas feitas com seus moradores (nossa

principal fonte de pesquisa), com base nos conceitos de segregação e estigma socioespacial, cuja relevância torna-se cada vez mais evidente ao longo do texto.

Em função da importância da habitação para este livro, realizamos no Capítulo 2, "Os sentidos da casa própria", o debate a respeito dos sentidos que esta vem assumindo, tanto para as construtoras e incorporadoras imobiliárias quanto para o Estado, via políticas habitacionais, com especial atenção ao papel que assume para os moradores que chegam a adquiri-la, conforme se evidencia nas entrevistas realizadas. Nesse caso, novas fontes de pesquisa foram incorporadas, como os discursos e estratégias de marketing, discursos da presidente da República e de representantes do mercado (imobiliário, de material de construção etc.).

Buscando refletir conceitualmente os processos observados empiricamente, discutimos no Capítulo 3, "Da segmentação à fragmentação socioespacial: novas práticas de moradores de espaços residenciais populares fechados de Presidente Prudente e São Carlos", o processo de fragmentação socioespacial em curso, a partir das práticas espaciais dos moradores dos condomínios horizontais populares fechados, atentando inclusive para as mudanças e permanências a respeito dos conteúdos e significados que essas periferias assumem atualmente com a introdução dos "condomínios pra pobre" (conforme nos disse uma entrevistada).

Nas considerações finais, sem perder de vista os objetivos inicialmente propostos e o conjunto de questões que nortearam este trabalho, procuramos sintetizar nossas contribuições sobre o papel e os significados das barreiras (físicas e simbólicas) construídas nas periferias de Presidente Prudente e São Carlos, que criam novas diferenciações, mas convivem com processos que não são novos, de produção desses espaços periféricos, contribuindo para que novos sentidos da casa própria sejam difundidos.

1
Diferentes formas de produção do espaço urbano periférico

A constituição histórica de São Carlos e Presidente Prudente

São Carlos

A cidade de São Carlos está localizada na Região Administrativa Central do estado de São Paulo, a 232 quilômetros da capital, 854 metros de altitude, latitude 22º01'03''S e longitude 47º53'27''W. De acordo com os dados do Censo do IBGE do ano de 2010, possui um total de 221.950 habitantes.

Em meados de 1850, São Carlos era uma pequena vila, na qual grande parte dos moradores vivia da agricultura. O café foi primordial para sua ascensão econômica, propiciando o surgimento e o desenvolvimento do núcleo urbano, e a vila foi elevada à categoria de cidade em 1880. Os primeiros bairros fora da malha urbana central – Vila Nery, Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Prado – surgiram em 1889, constituindo um processo de periferização (Ferreira, 2007). Assim, o surgimento da cidade ocorreu "concomitante à expansão do café, em uma época em que a economia de base agroexportadora, centrada na produção e comercialização do produto, determinava a urbanização no interior de São Paulo" (Dozena, 2001, p.41).

A partir da última década do século XIX, passa a desenvolver-se na cidade a atividade industrial, estimulada pela chegada de imigrantes, que possuíam o conhecimento técnico fabril trazido de seus países de origem e seguiam para a cidade tanto em função das fazendas de café quanto pelas atividades urbanas (ibidem). Até 1930, "entraram 19.132 imigrantes em São Carlos. Com isso a população total do município cresceu mais de 330%. E como parte desses imigrantes se fixou na área urbana, aumentou a demanda por moradia e por terrenos na cidade" (Lima, 2007, p.30); "comerciantes e pequenos industriais se estabelecem, organizando uma indústria incipiente e subordinada à economia cafeeira" (Dozena, 2001, p.53). Ainda de acordo com o autor:

> As moradias alugadas eram a forma predominante de habitação da classe operária e de outros segmentos sociais de baixa renda, e devido ao alto preço destinado ao aluguel, uma parcela da população passou a ocupar espaços que se caracterizavam por condições de higiene precárias, os denominados cortiços. (ibidem, p.100)

Em 1940, "mais de 50% da população já vivia na cidade" (Lima, 2007, p.32). Com isso, ocorre a expansão de "uma economia de caráter urbano-industrial, passando a adotar um processo de industrialização que pouco se apoiou na estrutura produtiva rural" (Dozena, 2001, p.53).

Com a introdução da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), em 1948, a cidade passa a atrair "profissionais qualificados, provenientes de várias regiões do país, que transferiram residência para o município" (Lima, 2007, p.71).

A reestruturação da Rodovia Washington Luís, durante os anos de 1950, além de facilitar a ligação do município com outras cidades vizinhas, permitiu que fosse criado um novo eixo de expansão, direcionando o crescimento da área urbana, tornando-se, assim, um eixo de atração de loteamento, tendo muitas ruas prolongadas até seu limite (ibidem).

Lima (ibidem, p.74-5) caracteriza a expansão urbana da cidade em três momentos durante o período de 1930 a 1959, sendo o

primeiro deles entre 1930 e 1947, quando houve a introdução de novos loteamentos, que resultaram em uma expansão limitada da área urbana. O segundo ocorre a partir da criação de dez parcelamentos entre 1948 e 1949, evidenciando o crescimento da área urbana e piorando as condições de acessibilidade em decorrência do aumento das distâncias entre as novas áreas urbanas e o centro a cidade, sendo que o "primeiro loteamento mais distante e de difícil acesso foi a Vila São José, implantada em 1949 e isolada da malha viária existente. O Jardim Cruzeiro do Sul foi implantado no extremo sul da cidade e também apresentava problemas de acessibilidade" (ibidem, p.93). O terceiro período, durante os anos 1950, foi marcado pela consolidação da economia industrial e o "grande crescimento da área urbana, com a implantação de loteamentos novos, realizados sob um controle pouco rígido, que deu margem a uma atuação facilitada dos loteadores" (ibidem, p.75).

A precariedade ou ausência de rede de infraestrutura marcou o processo de introdução de loteamentos no período de 1930 a 1959:

> Em muitos casos, o loteador apenas abria as ruas e já começava a vender os lotes, sem colocar asfalto, sarjeta, iluminação pública etc. Isso ocorria principalmente nos loteamentos populares. Normalmente, a infraestrutura era implantada posteriormente, por meio de rateio dos compradores dos lotes ou por ação da Prefeitura, que era pressionada pela população. (ibidem, p.92-3)

Em 1962, os bondes elétricos pararam de circular na cidade, e o transporte coletivo passou a ser feito exclusivamente por ônibus. Como o trajeto não exigia percurso fixo e nem grandes investimentos iniciais, tornou-se possível a constituição de linhas ramificadas de transporte em bairros com baixa densidade populacional e mais afastados das áreas centrais. Com isso, o processo de expansão foi adquirindo maior dinamismo, devido à possibilidade de a população dependente de transporte público morar em áreas distantes do centro, o que favoreceu pequenos e grandes investidores imobiliários, mediante a valorização da terra urbana (Lima, 2007; Dozena, 2001).

A partir da fundação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 1968, e do *campus* da Universidade de São Paulo (USP), em 1972, a cidade consagrou-se no âmbito do ensino universitário, passando a diferenciar-se por seus centros de pesquisa de base tecnológica, o que trouxe impactos positivos. A cidade aos poucos foi ampliando sua vocação industrial para a área de alta tecnologia. Isso se tornou mais evidente nos anos 1980 e 1990, na medida em que aumentavam os laços entre a indústria local e o desenvolvimento de pesquisa de ponta nos laboratórios dessas instituições (Lima, 2007).

O crescimento do município é atribuído a uma conjunção de fatores, tais como a migração de empresas da capital e da área metropolitana para São Carlos, além do desenvolvimento de novas indústrias de alta tecnologia, beneficiadas pelos núcleos de pesquisas provenientes das universidades locais, UFSCar e USP (Ferreira, 2007).

Em São Carlos, "o crescimento urbano acompanhou o crescimento industrial, apresentando índices de urbanização muito expressivos, como em várias outras cidades do estado" (Dozena, 2001, p.51). Além disso, o fato de ser um polo tecnológico favoreceu a atração de empresas, muitas delas transnacionais, como a Faber-Castell, a Tecumseh e a Volkswagen, fazendo da indústria sua principal atividade econômica (ibidem).

O Escritório Técnico do Plano Diretor, criado pelo Decreto n. 4013/1960, foi responsável pela elaboração do primeiro Plano Diretor (PD) para São Carlos e pelo aumento do controle da expansão urbana na cidade. Em 1968, a partir da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), uma série de leis de controle de uso e ocupação do solo contribuiu para a expansão concentrada na região central e rarefeita na periferia (Lima, 2007). Porém, a partir de 1972, foi aprovada uma lei federal que regulamentava a ocupação do solo rural nos municípios, atribuindo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tal controle, que possuía uma definição de zona urbana e rural diferente daquela da lei municipal de perímetro e zoneamento. As definições federais eram menos restritivas e:

> Permitia[m] o loteamento de glebas rurais, desde que a gleba estivesse dentro de um raio de até dois quilômetros da linha de perímetro urbano definida pelo município. Apesar de o direito urbanístico prever que a lei mais restritiva é soberana sobre a mais permissiva, a lei federal abriu precedência para o loteamento na zona rural. Essa possibilidade acabou incentivando a realização de um novo tipo de parcelamento da zona rural de São Carlos, a chamada "chácara de recreio", que se multiplicou pelo município. [...] Essa possibilidade acabou enfraquecendo o controle da administração municipal pelo processo de expansão urbana. É válido lembrar que o controle do limite da área urbana era importante para o município porque as terras rurais urbanizadas dependiam da extensão das redes de infraestrutura e dos serviços públicos até seu limite, o que, dependendo da distância da gleba, poderia ser muito oneroso para o município. Por outro lado, as terras mais distantes do centro eram as mais baratas e interessantes para os loteadores, que tiraram proveito da coexistência das duas leis. (ibidem, p.168)

Para a mesma autora, a partir da aprovação da Lei Municipal 7.821/77, que abriu precedência para a ampliação aleatória do perímetro urbano, nota-se um confronto entre permissividade e controle a partir das legislações introduzidas (como a lei de zoneamento de 1971, que modificou as formas de controle da expansão urbana). Por um lado, o PDDI buscava controlar o uso e a ocupação do solo, e por outro havia a ação dos loteadores, que se valiam de brechas em tais legislações e ausência de fiscalização para lotear à margem da legislação urbana recém-introduzida. A Lei n. 7.821/77 desobrigava a atualização do perímetro urbano a cada três anos, facilitando a ação dos loteadores, que poderiam solicitar uma ampliação do perímetro na direção que quisessem parcelar. "Com isso, essa lei se tornou um marco no processo de expansão urbana de São Carlos, não por seu controle, mas, pelo contrário, por seu descontrole. A partir daí, o perímetro foi sucessivamente ampliado" (ibidem, p.168).

Em 1978, o perímetro foi modificado pela Lei n. 7926/78; em 1979, pelas leis n. 8056/79 e 8095/79; em 1980, pelas leis n.

8170/80, 8159/1980 e 8529/80. Uma das antecipações mais evidentes foi aprovada para a introdução do loteamento Cidade Aracy pela Lei n. 8170/80, na qual o perímetro foi ampliado para envolver o loteamento que seria aprovado dois anos depois desse alargamento (ibidem).

Como forma de sintetizar o processo de expansão urbana da cidade, buscamos em Dal Pozzo (2011) um mapa que representa os limites da expansão urbana de São Carlos até 1929 e em quatro momentos posteriores: 1954, 1980, 1996 e 2009 (Mapa 1). Destacamos a localização do bairro Cidade Aracy, que além de ser construído em descontinuidade com a malha urbana compactada, possui uma barreira física – chamada de Encosta Sul no Mapa 1 – que o separa do restante da cidade de São Carlos.

A construção de moradias em áreas distantes resultou em processos de especulação imobiliária, devido à criação de vazios urbanos, que intensificam os problemas urbanos locais, como exemplifica Dozena (2001, p.109):

> Em artigo publicado na *Folha de São Paulo* por Ferraz (1991), a partir de um estudo específico do caso de São Carlos, o autor chega à conclusão de que a simples reorganização da cidade em padrões de densidade mais elevados (reduzindo-se os vazios urbanos) reduziria também a quilometragem diária do sistema de transporte público de 13.500 para cerca de 4000 quilômetros.

Consideramos importante salientar que a ausência de leis e de instrumentos para o controle do crescimento urbano, ao estimular o crescimento territorial do município, concentrou a população mais pobre em áreas distantes, longe de equipamentos de uso coletivo, influenciando, assim, na qualidade de vida dos seus habitantes.

O Cidade Aracy, como destacaremos no subitem seguinte (Entre a irregularidade e a regularidade: Cidade Aracy, em São Carlos, e Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente), é um caso exemplar do processo de expansão descontínua da cidade. Além disso, o nome e a barreira física que o divide

reforçam a representação social de que se trata de outra cidade. Porém, antes, apresentamos a caracterização de Presidente Prudente.

Mapa 1 – São Carlos: expansão da área urbana

Fonte: Retirado e adaptado de Dal Pozzo (2011).

Presidente Prudente

Presidente Prudente está localizada no extremo oeste do estado de São Paulo e, de acordo com os dados do Censo do IBGE (2010), possui uma população total de 207.625 habitantes.

O município foi criado por meio da Lei Estadual n. 1798/21, de 28 de novembro de 1921, e instalado definitivamente em 27 de agosto de 1923. A comarca foi criada em 8 de dezembro de 1922. O nome do município foi escolhido em função da estação ferroviária já existente que levava o nome do ex-presidente Prudente de Moraes (Abreu, 1972).

Alguns aspectos foram relevantes para a direção da expansão territorial inicial da cidade, tais como o relevo, que é mais suave na porção oeste, e ainda a porta da estação da estrada de ferro, que era voltada para o mesmo sentido, ou seja, para a Vila Goulart (Sposito, 1983, p.71).

Em 1954, foi inaugurada a Rodovia Raposo Tavares, a mais importante da região, que possui atualmente uma extensão total de 654 quilômetros e estende-se da capital do estado até o município paulista de Presidente Epitácio, situado às margens do Rio Paraná, divisa com o estado de Mato Grosso do Sul (Marques, 2007).

Na década de 1960, novas áreas foram incorporadas à zona urbana, como os loteamentos surgidos na zona leste, destinados à população de baixa renda, sendo muitos deles lotes irregulares (Silva, R. B., 2005). Em 1968, houve a elaboração do primeiro projeto habitacional realizado em Presidente Prudente, por meio da Poupança Continental (com financiamento do Banco Nacional de Habitação), o Parque Continental, situado em uma porção do Jardim Bongiovani (Zona Sul), com 142 unidades, permanecendo por dez anos como único conjunto habitacional da cidade (ibidem).

Silva (ibidem, p.38) identifica o aumento da comercialização de lotes urbanos, as mudanças na administração pública local e o surgimento de setores especializados na produção e venda de loteamentos como determinantes no processo de expansão territorial da cidade:

> Após 1972, continuou a expansão para leste e ao sul, rompendo a "barreira" da Rodovia Raposo Tavares (SP-270). A partir desse ano, verifica-se que vários loteamentos foram nascendo em descontinuidade à malha urbana, desprovidos de equipamentos e serviços urbanos.

Durante a década de 1970 e início de 1980, houve uma expansão territorial descontínua, principalmente para oeste da cidade, maior do que o crescimento populacional, com a produção de imensos vazios urbanos. "[...] entre as décadas de 1970 e 1980, a população da região de Presidente Prudente cresceu apenas 1,2%, enquanto que o Estado de São Paulo apresentou um crescimento expressivo de 39,4%" (Silva, D. V., 2008, p.99).

A partir de 1976, a instalação dos núcleos habitacionais da Companhia de Habitação Popular (Cohab), da Companhia Estadual de Casas Populares (Cecap) e do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) implicou em um crescimento acelerado da área mais a oeste da cidade, para além do prolongamento da Avenida Manoel Goulart (Sposito, 1983). Os promotores imobiliários valeram-se da introdução desses grandes conjuntos habitacionais, pois previam que essas áreas iriam valorizar-se (Silva, 2005; Silva, F. C. da, 2008). Com a construção, em 1978, do primeiro conjunto habitacional na porção oeste da cidade (Núcleo Bartolomeu Bueno de Miranda, conhecido como Cohab, com 1.017 unidades habitacionais e recursos federais via BNH/Cohab), em descontínuo à malha urbana compacta, ocorreu a valorização de lotes intermédios a essa área, visto que:

> Nas imediações do conjunto e em áreas mais periféricas, foram criados novos loteamentos e conjuntos habitacionais no decorrer das décadas de 1980 e 1990, que contaram com financiamentos dos governos Federal e Estadual. Tal loteamento direcionou a locação de outros loteamentos populares de iniciativa privada. (Silva, 2005, p.41-3)

Em 1980 ocorreu o mesmo processo, porém na porção norte da cidade, com a introdução dos chamados parques Alexandrina e Watal Ishibashi e a construção de unidades do Programa Nosso Teto, que abriu caminho para outras iniciativas, com a "implantação do conjunto habitacional Brasil Novo nos anos 90 e ainda a construção de áreas para lotes urbanizados, como o próprio Brasil Novo, o Jardim Morada do Sol, Augusto de Paula e Jardim Humberto Salvador" (ibidem, p.44).

Em 1982, com o projeto Cecap (zona oeste), foram introduzidas 776 unidades habitacionais, e em 1985, o Jardim Cambuci (zona leste), com oitenta unidades. "[...] em 1987, 13.184 pessoas se inscreveram nos programas para a casa própria na cidade, mas grande parte das pessoas foi excluída por não apresentar comprovação de renda, ou por ter renda familiar baixa ou idade avançada" (ibidem, p.48).

Em 1989, havia em Presidente Prudente 42 áreas com ocupações juridicamente irregulares. Tais ocupações tiveram início nos anos 1960 e deram-se, em sua maioria, próximo a áreas bem servidas de equipamentos e serviços urbanos: Zona Leste (próxima ao centro da cidade) e parte da Sudeste. Em junho do mesmo ano, por meio de um Cadastro Técnico Municipal, a prefeitura contabilizou 3 mil residências juridicamente irregulares, o que incentivou a elaboração de uma política habitacional específica para essa população, formulada a partir de reuniões com os moradores dessas áreas e secretarias da prefeitura[1] (ibidem).

Assim, em outubro de 1989, começou a ser executado o "Programa de Desfavelamento", que visava o assentamento das famílias cadastradas no levantamento socioeconômico realizado anteriormente pela prefeitura e que tivessem construído suas respectivas

1 De acordo com Silva (2005, p.50), "no mês de março de 1989, primeiro ano da gestão de Paulo Constantino, a Secretaria Municipal da Habitação e do Fundo Municipal de Solidariedade iniciou o cadastramento das pessoas que moravam nos terrenos do patrimônio público municipal. Em agosto de 1989, antes do projeto de desfavelamento constituir-se em forma de lei, a Secretaria da Habitação elaborou o "Projeto Habitacional para população residente em áreas públicas municipais".

residências. Era realizada a venda por financiamento dos lotes com edificação ou financiamento da construção de casas embriões, regularizando, assim, a posse e o domínio. Simultaneamente, o programa habitacional "Loteamentos Urbanizados" tinha o propósito de atender famílias que não puderam ser beneficiadas pela introdução do Conjunto Habitacional Ana Jacinta.

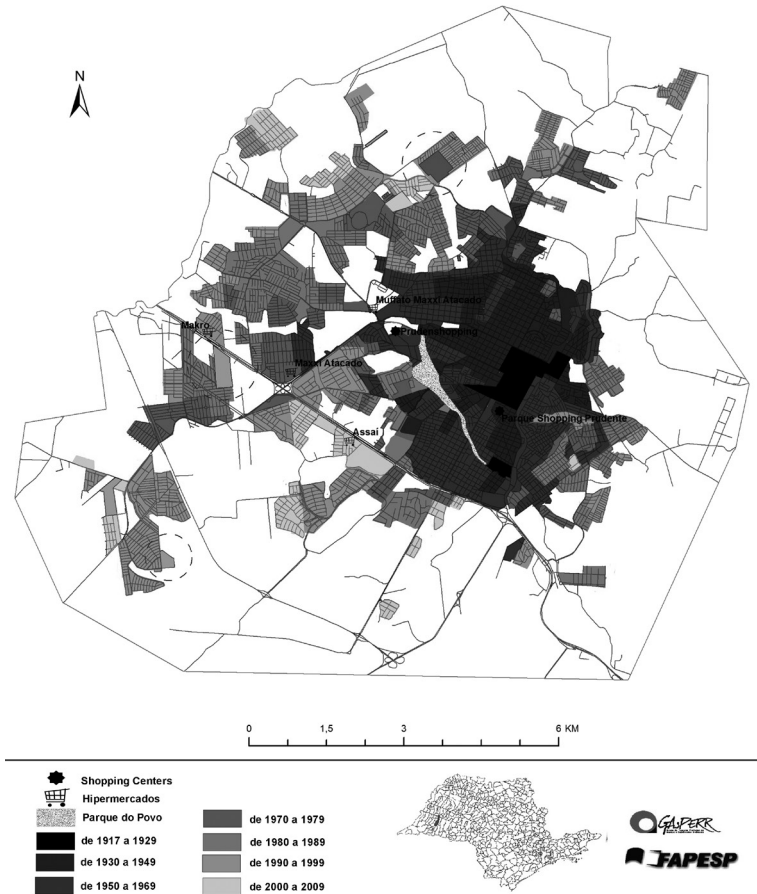
Os moradores das favelas foram para a porção norte da cidade, onde foram construídos os "Loteamentos Urbanizados" Jardim Morada do Sol e Brasil Novo (introduzidos além do perímetro urbano, regularizados posteriormente a partir do Plano Diretor, em 1996) e Parque Shiraiwa, Vila Aurélio e Jardim Paraíso, "o que mostra uma nítida intenção do poder público em afastar espacialmente os moradores das favelas, fator que, unido à situação econômica desses indivíduos leva a um contexto de segregação socioespacial" (ibidem, p.52).

Em Presidente Prudente houve, portanto, uma expansão territorial sem crescimento demográfico de mesma intensidade, a qual foi posteriormente utilizada para promover a valorização de alguns espaços em detrimento de outros. De acordo com Melazzo (1993, p.59),

> se está frente a um processo de crescimento territorial onde a oferta não se constrange às flutuações da demanda exercida no mercado para a aquisição de terras para habitação. A oferta caminha à frente da demanda e o mercado fundiário negocia, a cada momento uma quantidade maior de terrenos, superior aos que serão imediatamente ocupados Se tais terrenos não se constituem em imóveis a serem edificados e ocupados [...], a destinação final deve, provavelmente, estar ligada à busca do imóvel como título de valor.

Essa expansão descontínua, na qual os conjuntos habitacionais Jardim Humberto Salvador e Ana Jacinta foram construídos em áreas distantes, provocou a constituição de vazios urbanos, alguns loteados posteriormente com preços mais elevados, apropriando-se de investimentos públicos realizados na instalação de infraestruturas e equipamentos (rede viária, esgoto, hospitais, escolas etc.), que

podem ser observados no Mapa 2, que apresenta a expansão descontínua da malha urbana da cidade.

Mapa 2 – Presidente Prudente: expansão da malha urbana

Fonte: Retirado e adaptado de Honda (2011).

Assim como em São Carlos, houve em Presidente Prudente um crescimento territorial descontínuo. A transferência de moradores de áreas de favelas para áreas distantes da malha urbana compactada, por meio de programas habitacionais municipais e entregues em condições

precárias, ainda hoje repercute no cotidiano de seus moradores. Entre os espaços residenciais produzidos a partir desses programas, destacamos os conjuntos habitacionais Jardim Humberto Salvador, Augusto de Paula, Brasil Novo e Jardim Morada do Sol (Zona Norte), e ainda os Ana Jacinta e Mário Amato (Zona Sul). Sobre esse processo de periferização, Fernandes (1998, p.201) observa que:

> Essa nova condição de moradia não modifica muito as precárias condições da residência anterior e pode tornar ainda mais difícil a acessibilidade à cidade, por sua localização, transporte coletivo insuficiente e de pouca qualidade e ausência de meios de consumo coletivo. Seria mais adequado distribuir os lotes em áreas públicas de melhor localização e já equipadas, mas essas não seriam visíveis espacialmente.

Assim, os dois espaços residenciais populares abertos escolhidos ainda caracterizam-se, principalmente, por concentrar em uma parte da cidade verdadeiros bolsões de pobreza, sendo em Presidente Prudente o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, na Zona Norte, e em São Carlos, o Cidade Aracy, na Zona Sul.[2]

Entre a irregularidade e a regularidade: Cidade Aracy, em São Carlos, e Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente

O bairro Cidade Aracy está situado aproximadamente 200 metros abaixo da bacia hidrográfica do Córrego Água Quente, que possui as terras cortadas, de um lado a outro, no sentido noroeste-sudeste, por uma depressão geográfica bastante íngreme, que traça

2 Atualmente, há áreas ainda mais problemáticas, nas duas cidades. Assim, na escolha das áreas de pesquisa, não nos preocupamos em priorizar as áreas mais problemáticas, mas duas que fossem representativas dessas condições típicas das periferias de Presidente Prudente e São Carlos.

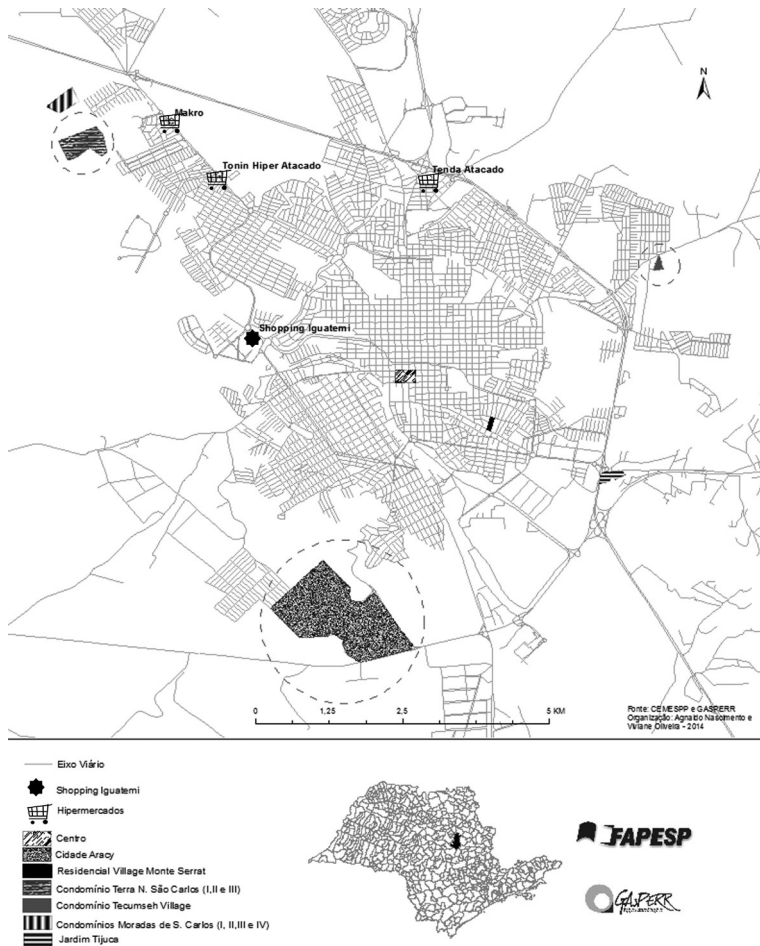
uma linha de separação entre suas "terras altas" e "baixas" (Feltran, 2005). Essa barreira física separa o bairro do restante da cidade, garantindo um isolamento, ainda que relativo (figuras 1 e 2 e Mapa 3).

Figura 1 – Vista da escarpa a partir de quem está no Cidade Aracy, São Carlos

Fonte: Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, out. 2013.

Figura 2 – Vista da escarpa a partir de quem está indo para o Cidade Aracy, São Carlos

Fonte: Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, out. 2013.

Mapa 3 – Localização do Cidade Aracy e dos condomínios horizontais populares fechados em São Carlos

Fonte: Cemespp e GAsPERR (2014).
Organização: NASCIMENTO, Agnaldo Silva; OLIVEIRA, Viviane F. de.

Tanto esse quanto os outros loteamentos introduzidos no sentido sudoeste de São Carlos, localizados nas terras baixas da bacia, tiveram origem a partir de um único e grande projeto de ocupação, executado segundo os interesses privados de Airton Garcia, voltado

para os segmentos de baixo a médio poder aquisitivo, ocorrendo simultaneamente a expansão da descontinuidade territorial e o aumento da carência de infraestrutura urbana (Feltran, 2005; Dal Pozzo, 2011). "De duas moradias em 1991, [o bairro] passou a 1.200 – indicando um crescimento habitacional da ordem de 600 vezes" (Dozena, 2001, p.109).

O processo de ocupação do Cidade Aracy envolveu irregularidades ambientais, além de interesses políticos e econômicos, como caracteriza Poli (2004, p.99-100):

> Seu processo de implantação e de ocupação envolveu irregularidades, sobretudo, de caráter ambiental, bem como interesses econômicos (especulação imobiliária a partir da reserva de cerca de 50% dos lotes que seriam valorizados com a execução de obras públicas de infraestrutura urbana) e políticos (promessa de doação e/ou comercialização de lotes a um baixo custo enquanto ato de campanha eleitoral) em benefício de seu loteador, Airton Garcia Ferreira, proprietário de imobiliária e ex-vice-prefeito de São Carlos. Com o maior adensamento de sua ocupação, o Cidade Aracy passou a ser frequentemente citado nos noticiários e jornais, por conta da projeção ocasionada pela execução de obras de infraestrutura e implantação de equipamentos urbanos de uso público.

Tais terras foram compradas por Airton Garcia na virada para os anos 1980, de uma das famílias mais ricas da elite são-carlense, os Pereira Lopes, que tinham ali uma fazenda de produção pecuária. Em meados da mesma década, iniciou-se a "colonização" do lugar (Feltran, 2005). A entrevista que realizamos com Luciana, moradora desde o início do bairro,[3] é rica em pistas sobre o processo de mudança das terras rurais para urbanas, as doações de meios lotes pelo empresário a quem comprasse outra meia parte e, ainda, a inadequação do solo, arenítico, para a construção de residências.

---

3 Luciana havia residido anteriormente na fazenda da família Pereira Lopes, junto com seus pais, que lá trabalhavam.

[Onde você morava antes?] Antes eu morava na fazenda, que é o que deu origem ao bairro. [Na fazenda dos Pereira Lopes?] Isso. Antes de morar nessa casa, eu morava lá. Quando eu era bem pequenininha, eu lembro vagamente do meu pai tirando leite no mangueiro, das plantações de café, que era uma grande plantação de café. Se acabou também. Foi se acabando aos pouquinhos. Fazia tudo parte da fazenda. E aos pouquinhos foi se desfazendo [...] [Então você mora desde o início do bairro?] Foi do início do bairro, que era tudo areia. Tinha um vizinho aqui, outro lá, outro acolá, eram bem pouquinhas pessoas. [Foi assim que começaram a dividir as terras, os lotes?] Então, o Airton Garcia, na época, ele fazia assim. Porque foi ele quem loteou. Era... Normalmente ele vendia um terreno e ele dava um. Sabe, ele vendia um e dava um. Eu não sei se, qual que era a ideia dele. [...] Eu fiquei sabendo que ele dava, as pessoas compravam, da Faixa Azul [imobiliária], que era dele. E ele dava o outro. Para algumas pessoas, ele dava alguns terrenos também. Se eu não me engano meu pai ganhou um e deu pra minha tia. Minha tia acabou se desfazendo. Aí ficou só com esse daqui mesmo. [O do seu pai, ele deu também?] Não. Esse daqui eles compraram o terreno inteiro. Foi comprado e na época eles deram um pra ele. Daí ele pegou, deu pra minha tia [...] Eu lembro que era muita areia. Na verdade, isso daqui não tinha que ser loteado, era muita areia, né? Tem muitas casas com rachadura, eu acho que não devia ter loteado, mas tudo bem (risos). [E você poderia descrever como era o bairro aqui quando mudou? Na verdade, quando você veio pra cá...] Quando eu mudei, eu me lembro que inclusive a minha casa ficou alta. Era muita areia, era tudo aqui. Eu me lembro aprendendo andar de bicicleta naquele monte de areia. Era muita areia mesmo. Difícil achar um lugar onde tinha uma terra firme. [...] Eu lembro que quando eu mudei, tinha o Seu Renato aqui na frente. Dos lados não tinha ninguém. O seu Roberto também estava começando a construir. Tinham bem poucas pessoas aqui, eram bem poucas quando a gente mudou. (Luciana, 30 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

Para um significativo número de moradores, Airton Garcia ficou conhecido como "pai dos pobres" ou "pai da humanidade", pois facilitava o pagamento ou mesmo doava lotes para os que desejavam realizar o sonho da casa própria, como narra Luciano, morador há mais de 25 anos, em entrevista com Feltran (ibidem, p.9).

> Ele foi o pai da humanidade! Pode falá quem quisé... aonde ele pisá de pé eu piso de joelho, ele foi o pai da humanidade! Porque se eu saí daqui pra comprá um terreno lá na cidade, que eu falá assim que eu num tenho 20 cruzêro, que que o cara fala? O senhor vorta, vai trabaiá, ganha o dinhêro depois o senhor vem me procurá eu pra comprá o terreno. Ele não me conhecia, ele nem sabia quem eu era, ele falou assim: o senhor mora em São Carlos? Falei: moro. [...] Ele falou: faz quatro promissória de cinco real cada uma, cinco cruzêro, e dá pra ele aí e já manda o corretor ir mostrá o terreno.

Loteando uma área arborizada, o empresário garantiu seu lucro a partir da chegada dos primeiros moradores, pois nenhum investimento em infraestrutura havia sido feito. Sua estratégia era simples e eficiente: o empresário vendia meio lote e concedia outra metade ao comprador, desde que este zelasse pelo terreno ao lado. Dessa forma, um lote de 250 m^2, que seria vendido normalmente depois de aberto o bairro, foi dividido em dois, antes de qualquer infraestrutura chegar. Uma família ganhava a metade dele de graça e devia instalar-se imediatamente, ainda antes do loteamento consolidar-se. Em contrapartida, essa família deveria "zelar" pela outra metade de seu terreno – por sua conta, ela deveria desmatar, destocar e manter limpo esse terreno lateral, metade do lote oficial, além de evitar a ocupação dele por outras famílias.

Do ponto de vista do proprietário, o preço do lote de 125 m^2 em que cada família instalou-se seria abatido dos custos de introdução e manutenção de toda a área. As máquinas abriram as ruas, e o restante ficou por conta dos moradores. Em terra doada, muitos se instalaram sem que houvesse condições mínimas de ocupação, e trabalharam para melhorar o bairro. Iniciado o processo, ele não parou

mais. O lote de 125 m^2 ao lado de uma casa já iniciada, com o bairro mais estruturado, depois foi vendido mais facilmente, e por preços melhores, recuperando-se assim o lucro do lote original (ibidem).

O loteamento das terras de Airton Garcia, portanto, organizado em grande parte por sua própria imobiliária, não só valorizava imensamente seu patrimônio, vendido em lotes pequenos, como favorecia a valorização de toda a área da antiga fazenda, que passaria a ser urbana, e a contar com a infraestrutura da cidade, realizada pelo poder público ao longo dos anos. Dessa forma, os custos da instalação do bairro foram socializados, porém o lucro gerado por tais terras foram privatizados, ao mesmo tempo em que a representação messiânica de Airton Garcia por parte de muitos moradores garantiu a este um eleitorado cativo fundamental à manutenção do poder econômico e político de seu grupo na cidade, hegemônico pelo menos por duas décadas em São Carlos (ibidem), ainda que reações tenham ocorrido.

> A criação deste bairro foi bastante complicada, com processos na justiça contra a ocupação da área, de um lado, e, de outro, com a pressão dos moradores que lá já habitavam, incentivada pelo dono do loteamento. (Laisner, 1999, p.68)

Corroborando as informações e análises dos autores anteriormente citados, os moradores que entrevistamos contaram que o proprietário do loteamento, Airton Garcia, vice-prefeito da cidade até o ano 2000, doou parte deste a fim de valorizar os lotes e vendê-los posteriormente. Para alguns dos entrevistados, essa doação de terrenos é entendida como um "ato de bondade" de alguém que tinha maior poder aquisitivo e quis ajudar aos pobres, outros identificam os interesses econômicos presentes em todo esse processo, como mostram as narrativas.

> **Vilma:** Então, tem muita gente aí para quem ele doou. Doava meio, depois o outro meio vendia. Foi doado. Muita gente ele doou. [...] Ele deu esse pedaço aqui. Ele repartiu com os pobres. [...]

Haidê: E depois começaram a processar ele através dos terrenos que ele andou dando, ajudando as pessoas pobres.

Vilma: Ih, isso aí já é política já...

Haidê: Porque às vezes ele dava meio terreno. Era um terreno inteiro. Ele dava meio e ele vendia o outro meio. Mais na frente ele fazia a mesma coisa: dava meio e deixava mais meio aqui.

Vilma: Ele estava no direito dele, se era dele, ele fazia o que queria.

Haidê: É. Fazia o que queria. Só que ele tem não sei quantos processos em cima dele por causa desse negócio que ele andou doando muito terreno pras pessoas construir, pras pessoas pobres... A maioria comprou, mas ali no [bairro] Presidente Collor, ali pra cima, tem bastante gente que mora ali tudo com terreno que ele doou, que era gente que não tinha condições mesmo de comprar e pagar. Que nem, quando nós compramos na época, nós levamos cinco anos pra pagar. Eu nem tenho lembrança de quanto era que a gente pagava de prestação daquela vez. Sei que foram cinco anos pra nós pagar. [Pagando direto para o Airton Garcia?] **Haidê:** É. Direto na imobiliária dele que a gente pagava. Era dele a imobiliária, não era? Não sei se ainda é. Acho que é Faixa Azul. É, Faixa Azul. [Mas por que ele era processado? Eu não entendi...] **Haidê:** Acho que porque os políticos tinham raiva dele.

Vilma: [falando baixinho] Porque a turma rouba. Ali, você vê. Era um pedacinho de terra. Era um pedacinho assim. Não tem o cemitério? Era um pedacinho assim. Agora tem duas ruas ali. É não é só lá que acontece, é tudo aqui. É um exemplo que eu estou dando. O que eles fazem? Eles vão alargando a divisa. Vão alargando. O cemitério está enorme, era um pedacinho. Estão alargando, estão tomando parte, tomando parte, porque ninguém vai lá, cortar lá e lotear, perto do cemitério. E estão lá. Então é um exemplo disso. Então começa assim, um rouba um pedacinho do outro, não sei o quê. Porque tem muita coisa clandestina aqui também. E vai assim. Até normalizar tudo isso aí.

Haidê: Se for ver, tem parte aí que continua sendo dele. Porque a pessoa só tem o contrato. Tem bastante gente que tem. Eu não

fiz. [...] E eles estão em cima, que nem essa semana mesmo passou, porque tem que tirar do nome dele. Cada pessoa que comprou o seu terreno construiu a sua casa. Eu não sei também, porque eu não sei como que tira. Todo mundo vai ter que fazer isso aí. Porque senão, de uma hora pra outra ele morre, continua como se fosse dele. Essas coisas. E não fizeram essas escrituras [...] tem muita coisa que eu acho que ainda na imobiliária lá consta alguma coisa ainda, que é dele. Que fosse como dele. Então já tem gente dando em cima para as pessoas fazerem isso. Não ficar só com a escritura, porque de uma hora pra outra, se ele morrer, ele já está meio idoso também. Então vai complicar mais. (Haidê, 60 anos, dona de casa; Vilma, 58 anos, comerciante, Cidade Aracy, São Carlos)

Foi o dono disso tudo aqui, começou a vender uns terrenos, dava alguns. E o pessoal mais carente vinha pra cá, principalmente quando ganhava terreno, já construía sua casinha e saía do aluguel. [Ele doava? Você sabe por quê?] Ah... Acho que porque ele tinha muito dinheiro. Ele tem até hoje. [E quem era?] O Airton Garcia. Ele dava um e vendia outro, dava um e vendia outro. E assim ele foi. (Luzia, 42 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

Então, o Airton Garcia, na época, ele fazia assim. Porque foi ele quem loteou. Normalmente ele vendia um terreno e ele dava um. Sabe? Ele vendia um e dava um. Eu não sei se... Qual que era a ideia dele. [...] Eu fiquei sabendo que ele dava, as pessoas compravam, da Faixa Azul, que era dele. E ele dava o outro. Para algumas pessoas, ele dava alguns terrenos também. [...] Então quer dizer, ele dava. Eu não sei se ele queria popularizar... Queria fazer o bairro crescer, eu não sei qual que foi a ideia dele. Mas era assim mesmo. Às vezes as pessoas compravam um terreno, tipo esse aqui inteiro, ele pegava e dava um ou dois. [Por que ele dava?] Me falaram, me deram uma ideia outro dia. Mas eu até esqueci. Eu nem lembro mais. Porque eu acho que a ideia dele era, tipo assim: quem que vai comprar um terreno onde não tem nada? Vazio, sem vizinho? É até perigoso. Eu acho que a ideia dele era vender mais. Eu dou um aqui, outro ali. As

> pessoas constroem e fica mais fácil vender. Deve ter sido isso, né? Imagino eu. [...] Ele tinha um interesse pessoal. É lógico. [...] Algum interesse pessoal ele tinha. Ele não era bonzinho. Ele não era o Papai Noel da vez. Porque esse pessoal conseguiu. Mas no interesse dele, muita gente saiu ganhando. (Luciana, 30 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

Inicialmente, esse espaço, embora loteado, era desprovido de infraestrutura básica, que só foi concluída anos mais tarde, com as muitas reivindicações dos moradores. Enquanto isso, os moradores tinham que improvisar para realizar suas atividades cotidianas, como narra dona Augusta, moradora desde o início da ocupação.

> Não tinha nada. [...] O rapaz ia buscar pão pra todos nós na padaria que ficava lá em cima e trazia pra gente. Não tinha água. De vez em quando o bombeiro vinha trazer água. A gente levava as bacias com os pratos pra lavar na mina ali embaixo [...] Mudou tudo. Era só mato isso aqui. Hoje tem asfalto, tem ônibus, tem de tudo aqui. A gente ia levar as meninas na escola. Juntava eu e mais duas vizinhas, e levávamos nossas cinco crianças, por causa do povo que tentava se aproveitar delas, "fazer coisa que não deve". (Augusta, 78 anos, aposentada, Cidade Aracy, São Carlos)

Além da ausência de infraestrutura básica, como asfalto, água e luz, não havia locais para consumo, nem os demais equipamentos de uso coletivo, tais como meio de transporte, escola para os filhos dos primeiros moradores, posto de saúde e equipamentos de lazer. Considerando que há uma escarpa que separa esse espaço residencial do restante da cidade, os moradores tinham que atravessar essa barreira física a pé, na maioria das vezes, e improvisar para obter acesso ao ensino básico, como nos contou Luciana, que tinha aula no cemitério.

> Eu lembro que eu cheguei até a estudar ali naquele cemitério. Porque não tinha escola no bairro. Eles pegaram e fizeram o

> cemitério de escola. Eu estudei a segunda, a terceira e a quarta série no cemitério. [Mas tinha sala de aula lá?] Sala de aula, onde velavam as pessoas. Só que não funcionava, o cemitério era bem parado. [...] Naquela época, tinha um túmulo aqui, outro ali. A gente jogava vôlei perto dos túmulos. Era coisa de louco. Eu estudei a segunda, a terceira e a quarta série ali. A quinta e a sexta [série] foi no Aracy Leite [Escola Estadual]. E na sétima já tinha o CAIC [Centro de Assistência Infantil Comunitária], estava pronto. Foi a primeira escola. A primeira escola daqui. Porque eu comecei a estudar aqui no CAIC. Sétima e oitava série. Depois disso, tem o CAIC, tem outra escola ali em cima. Tem a lotérica. Tem mais algumas no [bairro] Antenor Garcia, tem umas quatro ou cinco escolas. (Luciana, 30 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

Tais aspectos sociais e políticos do Cidade Aracy combinaram-se com os problemas ambientais decorrentes da ocupação da área. Cerca de 200 metros ao sul da cidade, dela separada por uma depressão íngreme e a ela conectada por uma única via, foram criados, além do Cidade Aracy I e II, os bairros Presidente Collor de Mello e Antenor Garcia, todos pelo já citado empresário e político Airton Garcia, segundo seus interesses. Todos eles foram introduzidos em área delimitada pela bacia hidrográfica do Córrego Água Quente, gerando poluição das nascentes, assoreamento, crescimento da erosão nas encostas, descarga de esgoto não tratado nos cursos d'água, ausência de arborização próxima às casas e desmatamento.

Mas havia diferenças entre os novos bairros. Enquanto o Cidade Aracy ocupou área de uma antiga fazenda de gado, já desmatada, os primeiros moradores do Antenor Garcia derrubaram a mata ainda preservada de uma área de cerrado (Feltran, 2005).

Assim como o Cidade Aracy, o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, também não contava inicialmente com infraestrutura básica (Figura 3) e se situa em uma área não contínua à malha urbana, tendo sido aprovado e entregue em 1995, com 1.688 lotes medindo 135 m^2 e plantas das unidades

habitacionais com 46,80 m².[4] As inscrições para os lotes foram abertas a toda a população, desde que obedecidos os seguintes critérios exigidos pela Lei dos Loteamentos Urbanizados.

> De acordo com o contrato, as pessoas deveriam construir e ocupar o imóvel em dois anos, obedecendo ao projeto de edificação cedido pela Prefeitura Municipal ou a projeto particular e não deveriam alienar o lote num período de 10 anos. Quando da implantação do loteamento, foram cedidos 1.688 lotes e, anos mais tarde, foram cedidos mais 29 lotes. (Jesus, 2005, p.28)

> [deveriam] residir no município há mais de 03 anos, não possuir imóvel urbano ou rural, ter família constituída, ser eleitor do município e possuir renda familiar inferior a 4 salários mínimos, que deveriam ser comprovados através de documentação legal. Dentre os inscritos, foi realizado um sorteio e as famílias beneficiadas receberam autorização para lavratura de Escritura de Doação com encargos para a construção e projeto de edificação de 46,80 m². (Pedro, 2008, p.63)

Alguns desses moradores eram provenientes de áreas favelizadas, porém próximas à área central da cidade (Zona Leste), e passaram a enfrentar dificuldades no acesso ao centro e aos demais espaços urbanos, conforme narra a entrevistada.

> Eu acho que ficou mais difícil, porque morando lá na Vila Iti [Zona Leste] eu tinha acesso ao calçadão, às lojas, ao médico. Ia tudo a pé. É pertinho. Aqui não, aqui você depende de ônibus. Tudo você depende de ônibus. Por exemplo: médico no HR, se você tem médico marcado às 6h, você tem que arrumar um táxi ou alguém pra te levar. Porque não tem ônibus, o que sai daqui do bairro é às 6 horas, e se está marcado às 6 horas, pra você chegar? Não tem como. (Cícera,

4 Informações obtidas a partir de tabela de Silva (2005, p.56).

33 anos, dona de casa, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

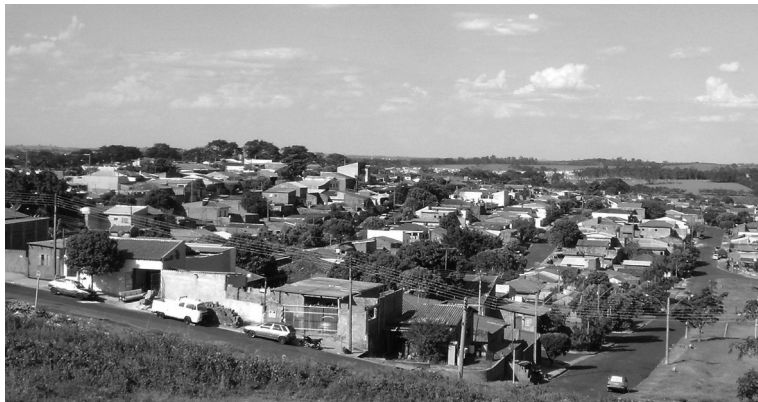
Em função da ausência de infraestrutura, os moradores deslocavam-se para outros bairros mais distantes em busca de serviços de saúde, como nos contou Marli.

> Quando eu comecei aqui não tinha, não existia, você tinha que ir ao [Jardim] Guanabara, ao [Jardim] Eldorado, ou no [bairro] CECAP, né? Ou no [Conjunto Habitacional] Ana Jacinta, quando os daqui não abriam. Eu saía daqui pra ir lá ao Ana Jacinta porque aqui perto não tinha. Agora não, agora aqui tem perto. (Marli, 37 anos, comerciante, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

> Aqui, na época, era feio, era chão, era muito barro [...] Aqui no começo só tinha asfaltado a avenida. (Roberto, 48 anos, aposentado e comerciante, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Figura 3 – Vista parcial do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, em 1998

Fonte: Jesus (2005).

Figura 4 – Vista parcial do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, em 2013

Fonte: Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, dez. 2013.

Jesus (2005, p.21) analisou as políticas e diretrizes urbanas com base nas quais a introdução do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador ocorreu e constatou que, inicialmente, todos os contemplados com lotes receberam a concessão de direito real de uso, uma vez que o loteamento foi introduzido em área pública municipal. Os moradores não eram proprietários do terreno, mas possuíam o direito real de uso deste. Porém, ao contrário do previsto em lei, inúmeros imóveis foram vendidos, ou alugados a terceiros, e justamente por ser proibida a venda, foram firmados "contratos de gaveta", uma vez que os compradores não possuíam a escritura definitiva do terreno.[5]

A influência de um famoso político da cidade, Agripino Lima,[6] é notória na produção desse espaço residencial periférico, idealizada

5 Ainda de acordo com a autora, "para regularizar esses imóveis, foram criadas duas leis municipais. A de nº 5.992 que autoriza a regularização dos contratos de gaveta e a de n.º 6.043 que reduz o prazo de inaliabilidade (período em que o terreno não pode ser vendido) de 20 para cinco anos" (JESUS, 2005).

6 Agripino Lima é político e empresário. Foi vereador na Câmara Municipal de Presidente Prudente por duas legislaturas (1972/1976 e 1977/1982). Exerceu o mandato de deputado federal de 1986 a 1990; foi deputado estadual (1998 a 2000); vice-prefeito de janeiro de 1988 a dezembro de 1992; de janeiro de 1993 a

por alguns e criticada por outros, como identificamos nas entrevistas de Lídia e Roberto. Embora saiba que o loteamento teve origem a partir de um programa habitacional, Lídia atribui a desvalorização por parte de alguns ex-moradores ao fato de ter havido doação, mas considera a doação de materiais de construção realizada por Agripino Lima como positiva. Segundo ela, após as denúncias de compra de voto, a população carente de recursos para a construção de suas habitações saiu prejudicada. Opinião diferente tem Roberto, que, embora tenha sido beneficiado com doações, denuncia o caráter eleitoreiro de tal ação, e vai além.

> Na época foi sorteio aqui, e a gente quem construía. Os terrenos foram doados na época. [Foi daquele programa Lotes Urbanizados, pelo prefeito Agripino?] Pelo Agripino. Daquele outro mandato dele, anterior, não o segundo. Então ele doou. Inclusive para até alguns moradores, doou cesta de material de construção na época, mas daí caíram em cima e o povo se danou. Mas os que ganharam não deram valor, venderam a troco de banana, logo em seguida. A pessoa que não sabe o quanto custa, não sabe dar valor. [Na época já vinha a casa pronta ou só o terreno?] Não. Só o terreno e a planta. [O resto

---

1996 e de 2001 a 2007 foi prefeito municipal de Presidente Prudente. Em 2007, ainda prefeito, teve seus direitos políticos cassados por cinco anos. Em 2012 foi candidato a prefeito, porém o seu registro de candidatura foi indeferido pela Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de São Paulo por abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social. É proprietário da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), com 14 mil alunos, e ainda de muitos imóveis na cidade de Presidente Prudente. Tem concessão de canal aberto de televisão (TV Fronteira), retransmissora da programação da Rede Globo, do jornal *Oeste Notícias* (fechado em 2013) e ainda da Rádio Globo de Presidente Prudente, além de ser fazendeiro, com terras no Mato Grosso, que abrigam 25 mil cabeças de gado. Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agripino_de_Oliveira_Lima_Filho. http://www.terra.com.br/istoegente/78/reportagem/rep_guerra_travada_pai_filhos.htm>. <http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=749:17102012>. <http://www.procuradoria-regional-eleitoral-em-sao-paulo-manifesta-se-pela-cassacao-do-registro-de-agripino-lima-candidato-de-presidente-prudente-&catid=1:notas&Itemid=284, consultados em 06/01/2014>.

você foi construindo?] É. Aos poucos. Ele deu a planta da casa. Foi terreno e planta, doados. (Lídia, 48 anos, auxiliar de enfermagem, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Na época, foi... Quer dizer, eles usaram o nome da prefeitura, mas quem pagou foi o estado. O Agripino só usou o nome da prefeitura, ela como responsável por doar. Então, na época que o pessoal doou esse terreno, foi usado o nome da prefeitura, foi usado política, mas na verdade, quem pagou foi o Estado. Essa área de terra, quem comprou foi o Estado. [Era um programa do Estado mesmo e a prefeitura utilizou?] É. Na época o Agripino usou o nome dele. [O Agripino é bem popular no bairro, não é?] O Agripino usou, fez campanha [...] usou o lado político, né? Ele comprava os votos. Ele dava cesta básica, o Paulo Lima [filho de Agripino Lima e ex-deputado estadual] tem até sacolinha ali, escrito Paulo Lima. [Aquelas de pano?] É. Aquelas de pano. Ele dava cesta básica, igual... Eu mesmo, quando cheguei aqui, porque eu morava no [Jardim] Vale do Sol. Em um programa da Fundação Agripino Lima... Igual... minha esposa ficou grávida da minha filha caçula, ele disse que ia doar, me deram um berço que eu devia assinar na época R$180,00. Ele ia receber de alguém, né? Eu tive que assinar um recibo que eu recebi no valor de R$180,00. [...] Aqueles prédios do campus II [da Unoeste], aqueles prédios ali é dele, todo mundo sabe que é dele, só que ali foi construído todinho, ali as notas iam todinhas em nome da prefeitura. Ali eu posso dizer porque eu vi as notas, eu vi as notas que ele... Eu tinha gente da família que trabalhava lá na Jomane [empresa que vende areia e concreto na cidade], aí é fácil você construir em nome da prefeitura e a população pagar. (Roberto, 48 anos, aposentado e comerciante, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Dessa forma, por um lado, a remoção de famílias para os distantes conjuntos habitacionais, tais como Jardim Humberto Salvador, Augusto de Paula e José Rota, todos localizados nas porções norte

e leste de Presidente Prudente, dificultou a acessibilidade de tais citadinos aos demais espaços urbanos, ao mesmo tempo em que diminuiu a visibilidade referente a esses moradores e seus problemas pelos demais citadinos. Por outro lado, favoreceu a visibilidade dessa administração municipal.

Além disso, de acordo com Pedro (2008; 2011), tal ocupação não considerou a morfologia do relevo e as leis de preservação ambiental. A parte do fundo de vale ocupada pelo Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador recebe todo o fluxo pluvial dos topos e vertentes. A concentração de água e o aumento da velocidade do escoamento superficial acabam por resultar em processos erosivos como sulcos, ravinas e voçorocas, chegando a invadir algumas residências e alagando parte dos quintais dos moradores.

Atualmente, ambos os espaços residenciais populares abertos, Cidade Aracy e Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em São Carlos e Presidente Prudente, respectivamente, possuem infraestrutura básica, além de posto de saúde, escolas,[7] praças e linhas de transporte coletivo (figuras 5, 6, 7 e 8). O Cidade Aracy ainda conta com uma importante área de comércio, com minimercado, lojas de calçado, roupa, material escolar, farmácia etc. Em entre-

7 Há sete escolas públicas no Cidade Aracy: 1. Dario Rodrigues (atendimento especializado e pré-escola); 2. Prof. Orlando Perez (ensino fundamental e ensino médio); 3. Afonso Fiocca Vitali Emeb (atendimento especializado, ensino fundamental e educação de jovens e adultos); 4. Maria Alice Vaz de Macedo – Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) EMEI (atendimento especializado, creche e pré-escola); 5. Prof. Marivaldo Carlos Degan (ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos); 6. Arthur Natalino Deriggi (atendimento especializado, ensino fundamental e educação de jovens e adultos), 7. Prof. Ari Pinto das Neves (Ensino fundamental). Disponível em: <http://www.escol.as/sp/sao-carlos/cidade-aracy>. Acesso em: 03 jan. 2014. No Conjunto Habitacional Humberto Salvador, há duas escolas públicas: 1. Emei Dr. Carlo Ceriani (creche e pré-escola); e 2. Emei Profª. Juraci Meneses Peralta (pré-escola e ensino fundamental);, e ainda a Escola Estadual Jardim Humberto Salvador, recém- inaugurada em 2014 (atendimento inicial de classes do 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio). Disponível em: <http://www.imparcial.com.br/site/07-01-2014-2>., Acesso em: 22 jan. 2014; e <http://www.escol.as/sp/presidente-prudente/conjunto--habitacional-jardim-humberto-salvador>. Acesso em: 22 jan. 2014.

vista[8] realizada com o assessor jurídico da Associação Comercial e Industrial de São Carlos (Acisc), Estevam Luiz Muskat, soubemos que houve estímulo ao comércio local.

> [Essas ações de marketing abarcam apenas as associações ou há campanhas voltadas para certos espaços da cidade, como o centro, por exemplo?] Não. O nosso direcionamento é para todo o comércio de São Carlos. O comércio central, que é o comércio mais forte, evidentemente, mas o comércio dos bairros também. [Promove ações específicas?] Ações específicas para os bairros também. Por exemplo, nós teremos o Dia das Crianças, e essas datas são muito importantes para o comércio porque elas alavancam o faturamento. O Dia da Criança atualmente, depois do Dia das Mães, é um "segundo Natal" para os comerciantes. Vocês não conhecem muito São Carlos, mas existem comércios fortes em vários bairros da cidade, e nós promovemos as campanhas. Como crianças gostam de brincar, nós locamos brinquedos em vários bairros da cidade, não só na área central, com o intuito de alavancar as vendas nesses bairros também. [Você poderia citar alguns desses bairros que possuem comércio forte?] Seria o que nós chamamos de Grande Vila Prado, Santa Felícia, Tijuco Preto e Cidade Aracy. Basicamente seriam esses que pegam os quatro pontos cardeais da cidade. [Seriam subcentros?] Sim, exatamente isso.

8 Entrevista realizada por Marcos Timóteo Souza e Viviane Fernanda de Oliveira no âmbito do projeto temático: *"Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas*: cidades médias e consumo" (03/10/2013), em São Carlos.

Figura 5 – Unidade Básica de Saúde no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, dez. 2013.

Figura 6 – Praça no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, dez. 2013.

Figura 7 – Subcentro no Cidade Aracy, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, out. 2012.

Figura 8 – Campo de futebol improvisado, Cidade Aracy, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, out. 2012.

A despeito da instalação de equipamentos básicos, há melhorias importantes a se realizar, principalmente no que tange a equipamentos de lazer e transporte coletivo. Nesses espaços, as praças e campos

de futebol improvisados são os únicos equipamentos de lazer, vulneráveis a condições climáticas e a determinados períodos do dia. O deslocamento para outros espaços urbanos torna-se oneroso e/ou submetido ao limite de horário das linhas do transporte coletivo. Para os moradores desses locais, o deslocamento para o trabalho torna-se quase o único, o que dificulta a participação em atividades de outra natureza, não disponíveis no Jardim Humberto Salvador e no Cidade Aracy, como revelam os entrevistados.

> [Quais são as áreas de lazer que tem aqui no bairro?] **Valéria:** Só essa [praça] daqui e a que tem no [Conjunto Habitacional] Augusto de Paula, só.
>
> **Cícera:** Só duas. [Você acha que necessitaria ter mais?] **Cícera:** É. Aqui tem que ter área de lazer.
>
> **Valéria:** A gente tem que se divertir e ao mesmo tempo ficar doido todo mundo junto, porque só tem essa pracinha aqui. [É bastante usada essa pracinha?]
>
> **Cícera:** É. Ainda mais agora no calor. Na hora em que o sol abaixa, umas 17h30, 18horas...
>
> **Valéria:** Fica todo mundo ali jogando bola, até tarde. Uns fazendo ginástica, outros fazendo caminhada... Aqui é bem movimentada. Já teve perigo aqui [...] [E o que vocês acham que falta aqui?] **Valéria:** Alguma coisa pros jovens, porque não tem nada aqui pro jovem se divertir. Quando tem, é briga. Tem a feira, porque dia de quinta à noite tem a feira, mas aí os jovens ficam lá pra cima, e quando pensa que não, dá tiro. Semana passada teve tiro. Roubam a feira. Então quer dizer, pro jovem, aqui não tem nada. Eles têm que sair pra outro bairro, pra show, essas coisas. Porque eles falam que aqui não tem nada.
>
> **Cícera:** Questão de melhoria também, a gente protesta com vereador quando vem. Só promete. Uma área assim, pra gente trabalhar, né? Eu faço tratamento em São Paulo e a gente vai lá e vê aquelas pessoas costurando, com pouquinhas coisas, as pessoas trabalham. Aqui não tem nada. Eles não fazem nada pro povo trabalhar. Tem o projeto ali embaixo, quando você vai atrás, já não tem

mais. Não avisa, não comunica, nem nada. Ou se tem é só pra quem recebe Bolsa Família. Quem não recebe não tem direito a fazer. Eles oferecem o curso. Se você não tem Bolsa Família, você não pode fazer. É complicado. Então, fazer alguma coisa assim para as pessoas idosas... Para aqueles que estão na droga, tirar dela, né? Oferece curso aqui dentro pra ele.

Valéria: Aqui não tem nenhuma opção para o jovem. (Cícera, Valéria e Fátima, donas de casa, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Solange: Aqui é difícil a gente sair, fica mais em casa. Lazer não tem. Só se subir lá para o centro. [Quando vai para o centro ou para o serviço, vai de ônibus?]

Pedro: Vai de ônibus. E tem que voltar no horário em que os ônibus estão passando, até às 11h.

Solange: É. Até às 11h aqui. Se você perder o ônibus que sai de lá da praça às 10h30, 10h20 lá, pronto. Você tem que vir ou a pé, ou...

Pedro: Se você tiver dinheiro, você pode vir de mototáxi.

Solange: Se não tiver, você vem a pé. Porque o ônibus é R$2,50 e não vai ter R$10,00, R$20,00 pra um carro vir trazer você. Sai caro. Haja dinheiro também, porque você tem que pegar ônibus aqui e você vai pra lá. Se você vai depois do almoço se diverte nada, porque você tem aquele horário pra vir embora. Passou das 22h, já era. Você vem a pé. E onde você vai tem que levar criança. Pra trazer uma criança a pé de lá do centro até aqui, quando você chega, ou você está morta ou aleijada. Então...

Solange: O divertimento que tem é ir lá no Parque do Povo quando tem show, aqueles funk pra lá, quem gosta...

Ana: Pra quem gosta... Quem tem criança não tem como levar num lugar desses...

Solange: Sai caro. Porque, tem a exposição, se não tiver ônibus, tem que ir lá do outro lado da cidade. Tem que pegar dois ônibus pra atravessar. Ônibus apertado, lotado. Então, eu já prefiro ficar em casa. [Então, nas horas de folga, vocês ficam mais em casa?] **Solange:** Fico em casa, assistindo televisão, assistindo DVD, alguma

coisa que eles gostam. (Solange, 43 anos, dona de casa; Pedro, 43 anos, vigilante; Ana, 52 anos, dona de casa, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

[E tem área de lazer no bairro?] Tem pouca. Tem o centro da juventude, que era pra ser o centro da juventude para os adolescentes, e no fim veio a escola do Zavaglia, do Jardim Zavaglia, porque o bairro foi montado e não teve a infraestrutura, então os adolescentes perderam esse centro de referência, porque ia ter várias coisas legais para os adolescentes e a piscina, que está fechada há muito tempo. Logo quando entrou essa gestão, eles fecharam, porque tinham algumas irregularidades, mas eles também não conseguiram acertar. E agora tem o Proara [Projeto Aracy], que é uma entidade para esportes, que é o futebol para as crianças, mas os meus [filhos], eles não participam. Como eu te falei, os meus dois filhos trabalham e a minha filha faz alguma coisa no samba-rock, que é o Flor de Maio [Grêmio Recreativo Flor de Maio – localizado no centro da cidade]. Os outros três fazem, mas fazem aqui [Casa da Infância Estrela da Manhã], porque aqui tem música, tem dança. [É um projeto?] É um projeto. É uma escola de educação infantil aqui embaixo e no prédio de cima é um projeto. [E ensina para as próprias crianças do bairro?] Do bairro. Tem que ser morador do Antenor Garcia, ou região, ou Zavaglia, ou Cidade Aracy. [E você gostaria que tivesse mais área de lazer?] Ah, sim. Lazer e cultura, né? [O que, por exemplo?] Tipo de dança, eles gostam muito. Aqui é muito forte o hip-hop, o rap, o samba-rock, e assim, não tem. Os meus [filhos] faziam dança de rua e iam para o Odete dos Santos, aquele centro de referência afro, da esquina com a igreja catedral, lá no centro. Eles iam duas vezes por semana pra fazer lá, porque aqui não tinha. E muita gente daqui do Cidade Aracy ia pra lá para fazer projetos ou algumas outras atividades na questão cultural pra lá. [Falta não só opções de lazer, mas opções de cultura também...] De cultura. Porque eles falam assim: "Eles não querem", "Ah, a cultura deles é outra!", não é. As pessoas sentem muita necessidade de ter algo mais do que o bairro, de trazer mais coisas. [Você acha que falta o que pra ter tudo isso aqui?]

> Tinham as tendas móveis de cultura. Tinha. Tinha uma época que tinha, lotava, com todos os tipos de cultura: dança, palhaço, artes, artes cênicas... Tudo tinha. Aí parou. A questão de artes plásticas, de grafite. Aqui tem muitos meninos assim, que desenham espetacularmente. Você vai fazer o quê? Eles não têm... E às vezes as pessoas falam assim: "Ah, mas também não procuram!". Mas daí você pensa assim: "Poxa, é um trabalho danado". Os meus filhos cansam. Vai lá pra cima, e volta, é ônibus lotado, é ônibus... cansa pra caramba! Então se tivesse coisas aqui no bairro, e a gente sabe que tem terreno pra isso, ficaria bem mais fácil. (Gislene, 38 anos, auxiliar administrativa, Cidade Aracy, São Carlos)

Além de problemas como a baixa acessibilidade aos demais equipamentos de serviços e lazer da cidade, os moradores dos bairros que pesquisamos têm problemas já evidenciados por Kowarick (2009), Wacquant[9] (2001) e Saraví (2008), por exemplo, sobre as periferias metropolitanas, como os "estigmas territoriais", entendidos como

> instrumentos de diferenciação social e, sobretudo, expressão de uma violência simbólica que reproduz e consolida as relações de poder e as desigualdades da estrutura social [...] tendem a priorizar um aspecto: da insegurança [...] se baseiam na generalização a partir da associação. (ibidem, p.104-5)[10]

Durante as entrevistas realizadas nos dois bairros, Jardim Humberto Salvador e Cidade Aracy, os moradores destacavam o quanto

---

9 Loïc Wacquant, sociólogo francês, utiliza o qualitativo territorial para se referir a um determinado recorte espacial ao qual o estigma se refere. Considerando que o conceito territorial denota outros significados na Geografia, utilizaremos o qualitativo socioespacial por considerar que este "expressa melhor a sobreposição e a inseparabilidade dos estigmas que recaem sobre os grupos sociais e aqueles que recaem sobre os seus espaços de vivência" (Magrini, 2013, p.138).

10 Tradução nossa de: "*instrumentos de diferenciación social y, sobre todo, expresión de una violencia simbólica que reproduce y consolida las relaciones de poder y las desigualdades de la estructura social [...] tienden a priorizar un aspecto: de la inseguridad. [...] se basan en la generalización a partir de la asociación*".

foi importante conseguir um lote, quer seja por doação ou por preços baixíssimos, mesmo com os problemas iniciais de infraestrutura e saneamento, mas falaram também de problemas atuais, como a existência de pontos espacialmente identificados como locais de venda de drogas. Assim, compreendemos que a presença desses pontos contribui para uma representação negativa do próprio bairro, elaborada pelos demais moradores dessas cidades. A introdução em áreas distantes e a presença majoritária de população pobre contribui para tal generalização, com base na qual passam a ser representados como locais perigosos, habitados por criminosos, o que caracteriza o estigma socioespacial com o qual têm que conviver.

Como é próprio das violências simbólicas, também nesse caso há certa naturalização e, ao mesmo tempo, certo encobrimento (como se não fosse assim). Mas, do mesmo modo que ocorreu com os entrevistados de Saraví (2008, p.104),[11] os nossos também não apenas revelaram o reconhecimento dos estigmas socioespaciais, como também falaram de sua interferência direta nas atividades cotidianas, especialmente relacionadas aos jovens. Roberto nos contou que, embora goste de morar no Humberto Salvador, depara-se com "chacota", falas e olhares preconceituosos quando vai a determinados locais, como quando leva as filhas a um consultório odontológico e a shows.

> Igual a minha filha mesmo. Ela saiu, foi pro show, perguntaram pra ela: "Onde você mora?". Ela: "Lá no Humberto Salvador". Fizeram até chacota, né? "Ah levanta a roupa aí pra ver se você não está armada". Igual, eu fui ao dentista levar a minha outra filha, fui lá, e aí, chegou lá: "Onde você mora?". Eu: "Lá no Humberto Salvador". Daí uma olhou pra outra assim, olhou como se eu fosse diferenciado. É uma coisa que depois eu fiquei chateado, você anda com a cabeça erguida, você paga seus impostos, vocês anda correto, do jeito que as fiscalizações cobram da gente, a gente se enquadra nas normas, e você ouvir umas chacotas dessas assim? De qualquer pessoa? E

11 Saraví entrevistou jovens moradores de bairros periféricos da Cidade do México.

> pior porque às vezes nem conhece, nem sabe. Igual, depois que ela estava estudando lá no Agripino, lá na faculdade [Unoeste], que ela terminou a faculdade dela de fonoaudiologia, conheceu muita gente lá. E muitos, muitas amigas dela veio aqui e fizeram comentário que aqui não é igual aos comentários que o pessoal faz na cidade, entre amigos, jornais. Porque aqui tem o [bairro] Augusto de Paula lá, lá embaixo, e os fatos que acontecem aqui, às vezes nem é aqui, às vezes é gente de lá do Pinheiro [bairro], são de outros bairros... [...] Na verdade, tem horas que eu acho que ninguém gostaria de morar aqui nesse bairro, por causa desse problema: você é honesto, você trabalha, você anda em cima da lei do seu país, aí você é discriminado pelo bairro? Por uma coisa que não tem nada a ver com você? Lógico que nenhum ficaria satisfeito e gostaria de morar em outro bairro, que você não fosse visto com outros olhos, né? (Roberto, 48 anos, aposentado e comerciante, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Embora apresentem uma estrutura física equivalente a outros espaços residenciais populares da cidade, os bairros pesquisados destacam-se devido ao forte imaginário da insegurança[12] a eles associado. Esse imaginário constituiu-se a partir das representações pautadas na produção imaginária do Outro perigoso, baseado na estigmatização dos espaços residenciais destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo. O aumento acentuado no número de ocorrências de crimes e casos de violência, em grande parte relacionada à presença de algumas "bocas" de drogas, além de impactar negativamente no cotidiano desses bairros, inclusive dos moradores que não têm relação alguma com o tráfico de drogas, ampliou a representação social negativa tanto do Humberto Salvador quanto do Cidade Aracy, assim como a estigmatização de seus moradores.

---

12 Nem o Cidade Aracy e nem o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador são considerados os mais violentos de São Carlos e Presidente Prudente, respectivamente, mas estão entre aqueles associados com essa representação, como espaços periféricos típicos.

O significado das relações entre as dimensões objetivas e subjetivas (ou simbólicas) do processo de segregação socioespacial torna-se ainda mais evidente em função da emergência desses novos problemas. Tratando do estigma socioespacial sofrido pelos moradores pobres das favelas do Rio de Janeiro, mas que tem semelhanças com a realidade encontrada nas periferias que pesquisamos, Fernandes (2009) observa que a estigmatização reforça o processo de segregação nas cidades, desestimulando tanto o acesso dos moradores dos espaços estigmatizados para outros espaços da cidade quanto o processo inverso.

> A estigmatização socioespacial, contudo, contribui, a meu ver para o acirramento da segregação, tornando os moradores cada vez mais "fixados" ao seu espaço de moradia, impedindo que se aproximem de outros espaços da cidade e, com isso, ampliem suas possibilidades de exercício da cidadania e ascensão social, como procuraremos demonstrar com este trabalho. (ibidem, p.286)

Conferindo ainda mais complexidade a influência da presença de criminosos nos espaços periféricos que pesquisamos, nossos entrevistados afirmam que nunca tiveram suas casas assaltadas e não consideram necessário o uso de equipamentos de segurança, tendo em vista a existência de outras prioridades, como nos contou Cristina, que confia a segurança da sua casa "a Deus", e o casal Augusto e Noêmia, que considera outras cidades violentas.

> Eu nunca pensei nisso: "Ah! Cerca elétrica". Até porque a gente que é pobre, que tem uma condição mais inferior, tem tanta coisa pra se preocupar que nem se torna prioridade segurança na nossa casa. Eu costumo falar que quem guarda minha casa é Deus, porque segurança não tem nenhuma. (Cristina, 43 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

> [Vocês acham que a violência é um dos problemas do bairro?]
> **Augusto:** A violência é no geral, no Brasil inteiro. Às vezes você

viaja pra outro estado e é até pior. São Paulo, Rio de Janeiro, é pior do que aqui. Em todo o lugar. E tem lugar pior do que aqui. Você vai para Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, é pior do que aqui. Aqui não. Aqui você anda a qualquer hora da noite você não ouve matar ninguém, e pra lá não, você não pode nem sair que você...

Noêmia: Aqui nós podemos ficar até 3 horas da manhã, 4 horas, aqui na calçada. Ninguém mexe com nós.

Augusto: Eles assaltam, mas é gente rico, dono de loja. [Nunca teve nenhum tipo de problema de violência com vocês ou com alguém próximo?]

Noêmia: Não.

Augusto: Você sabe o que faz isso daí? É a parte financeira da pessoa. Se a pessoa tiver uma posição mais alta, qualquer lugar em que ele for morar, ele corre risco de vida. Quando é uma pessoa de classe baixa, ninguém mexe com ele. É a posição social que faz. Anda de social na rua pra você ver... Isso daí está no país inteiro, que a gente vê. Se você possui bens, você tem que tomar cuidado pra não ser assaltado, se você não possui nada, você não corre risco. [Vocês chegam a adotar alguma medida de segurança na casa de vocês, como trancar a porta, fazer seguro, alarme, cerca elétrica?]

Noêmia: Não. Aqui é aberto dia e noite. [Você sempre deixa o portão aberto?] **Noêmia:** Sempre.

Augusto: O que leva a gente ter risco de vida é ter a vida financeira alta, é a classe da pessoa. Se você tem a renda mais alta, você não pode morar em bairro. Aqui é quase todo mundo do mesmo nível, então... É a vida financeira da gente que leva a esse perigo [...] eu sempre vejo que o risco de vida depende da vida financeira de cada um de nós. A partir do momento que você tem uma posição alta, você corre o risco. (Noêmia e Augusto, 53 e 59 anos, dona de casa e aposentado, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Além dos esforços em explicar problemas relacionados à criminalidade, representada ao mesmo tempo como difusa, mas também relacionada à convivência entre as desigualdades sociais, a

valorização das práticas espaciais que revelam ausência da insegurança são evidentes nas respostas desse casal. Elas contrapõem-se ao imaginário da violência associado ao Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador pelos moradores de outras áreas da cidade e pela mídia, ou seja, pelos não moradores, a despeito das mudanças físicas experimentadas por esses espaços residenciais periféricos nos últimos anos.

Nesse sentido, é interessante a entrevista concedida pelo então secretário municipal de Habitação de São Carlos em 18 de setembro de 2007, na qual informou que o Cidade Aracy passou por reestruturação, com o asfaltamento das ruas, introdução de serviços públicos, drenagem, instalação de escolas, centro de requalificação de jovens e adultos, centro de alfabetização, e ainda que, durante a inauguração da praça, houve a presença da mídia (rádio e televisão). "Na segunda-feira todo mundo ficou bobo, falou, nossa senhora, a Cidade Aracy está outra, como é que vocês conseguiram em seis anos, tal, com trabalho de formiguinha de quatro anos e meio pra requalificar o bairro, em função do quê?" (Sposito; Góes, 2013, p.272).

Mas como revelam as autoras (ibidem, p.271), apesar das mudanças significativas, o local continua sendo representado como um bairro perigoso para os que não moram no local, como demonstram as entrevistas com moradores de loteamentos fechados de segmentos médios e de elite, realizadas no âmbito da mesma pesquisa.

> Eu acho que foi uma coisa atípica que aconteceu aqui nessa cidade, que foi a Cidade Aracy, eu acho que esses bairros que foram lançados foram bairros bem popularzão mesmo, despejava gente do nordeste aqui, só pra povoar lá [...] Faz uns 20 anos já, mãe, que começou a Cidade Aracy? É um bairro que ele é fora da cidade, ele não é dentro. Eu não sei explicar. (Isabel, 38 anos, advogada, São Carlos)

> Eu atribuo [o aumento da insegurança] à criação de dois bairros que foram feitos há uns dez anos aqui em São Carlos com fins eleitoreiros, que foram doadas terras para lotes para as pessoas que não tinham casa própria para morar, isso em ano de eleição. E acabaram

> vindo sem tetos de toda a região pra cá, então foram dois bairros criados, que era o Cidade Aracy e o Antenor Garcia, aquela região, não conheço os nomes dos bairros exatamente, mas, que foram criados com essas pessoas que não tinham um rumo, não eram são-carlenses pobres. Os são-carlenses pobres já moravam na [vila] do Gonzaga, que teoricamente era uma favela, mas não era uma favela, era urbanizada, de tijolinho, é um bairro hoje em dia muito pobre, é o que a gente considerava como favela. Com a criação desses dois bairros, que hoje em dia devem ter em 30 a 50 mil habitantes, sem moradia, sem esgoto, sem nada, então foi aí que a cidade começou a ser invadida por garotos flanelinhas, pedindo esmolas nas ruas, nos ônibus ou para tomar conta do carro, invadindo a tua loja e pedindo trocados para os teus clientes. Isso, até a criação deste bairro, não existia na cidade. Você podia sair à noite. Era uma cidade que, lógico, tinha suas ocorrências, mas eram fatos muitos isolados, esporádicos. Com a criação desses bairros isso se tornou frequente. (Maria Augusta, 50 anos, dona de casa, São Carlos)

A pobreza aparece como justificativa para a criminalidade, enquanto alternativa a quem vive a pobreza em seu cotidiano, conferindo às pessoas e aos seus espaços estigmas da criminalidade e da degradação social que visam o controle desses segmentos (Magrini, 2013). O crime, então, é visto como uma estratégia de sobrevivência. Essas são associações levianas e preconceituosas que acabam prejudicando ainda mais essas pessoas que residem em bairros pobres, favelas. Mas as "relações imaginárias entre violência e pobreza" (Misse, 2006, p.33) continuam a atuar de forma poderosa nas representações sociais sobre os moradores das áreas periféricas, tanto nas metrópoles quanto nas cidades médias, como é o caso das cidades que pesquisamos, Presidente Prudente e São Carlos.

Além disso, o caso do Cidade Aracy também evidencia que as mudanças na infraestrutura urbana e das representações sociais têm temporalidades diferentes, não havendo, portanto, relações diretas entre essas duas dimensões da realidade, uma objetiva e outra subjetiva (ou simbólica).

A dimensão espacial do conteúdo social dos estigmas é considerada na obra de Wacquant (2005), que denuncia a perversidade existente na sobreposição de estigmas a que os grupos marginalizados estão expostos.

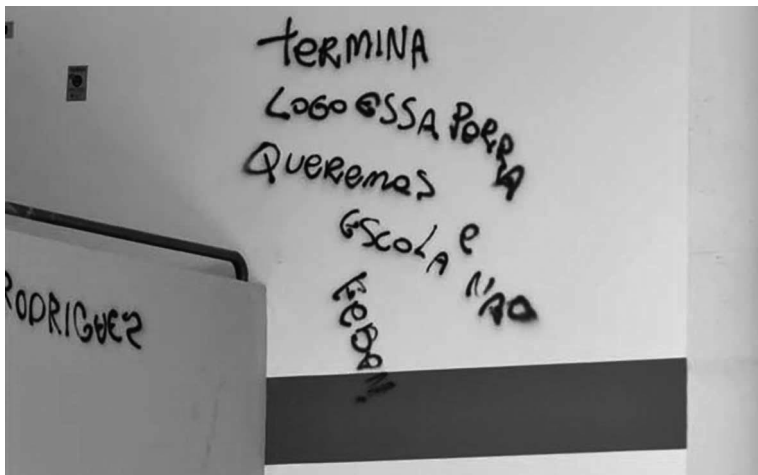
O papel da mídia para a estigmatização dos bairros pobres e de seus moradores é fundamental na produção dessa representação. Como constata Fernandes (2009, p.102),

> o estigma e o preconceito histórico alimentam ações violentas e visam justificar os meios adotados e a imagem de favelado como potencial criminoso é reforçada a cada morte ou prisão de moradores de favelas, identificados como "suspeitos", muitas das quais injustificadas.

Guardadas as devidas diferenças entre favelas cariocas e as periferias das cidades médias que pesquisamos, tais justificativas também são empregadas neste segundo caso, assim como é a potencial transformação da questão social em caso de polícia.

Representativo dessas distorções relacionadas aos estigmas socioespaciais é o caso da divulgação do convênio entre o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal, em 2010, para a construção de uma escola estadual no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, visando atender inicialmente a alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 1º ano do ensino médio. Tal processo de construção estava paralisado desde 2005 e foi retomado em 2010, com a compra do terreno pela prefeitura e o compromisso de arcar com os custos da mão de obra. Com previsão para término da obra em 2011 e início de funcionamento em 2012, a escola foi inaugurada em fevereiro de 2014. Significativamente, as primeiras notícias que saíram na mídia sobre a escola foram a respeito de problemas ocorridos logo depois da inauguração, com as seguintes manchetes: "Câmeras de vigilância são furtadas de escola no Humberto Salvador" (5.1.2014); "Escola que nem foi inaugurada sofre novos atos de vandalismo" (6.1.2014); "Alvo de vândalos, escola do Humberto Salvador passa por reparos e pintura" (9.1.2014); "Alunos reclamam de infraestrutura em escola

do Humberto Salvador" (12.2.2014); "Vândalos desafiam a educação pública no Jardim Humberto Salvador" (24.3.2014). [13]

Figura 9 – Pichações realizadas no muro da escola no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente

Fonte: <http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-55068>. Acesso em: mar. 2014.

Dois pontos relacionados ao papel da mídia, nesse caso, merecem destaque. Primeiro, o que é divulgado e o que é omitido: não foram veiculadas notícias positivas sobre a inauguração da nova escola, ou seja, o caso só virou notícia quando surgiu a oportunidade de denunciar que a nova escola já tem problemas. Segundo, quanto à abordagem: as manchetes evidenciam atos de vandalismo, embora uma das pichações, que pode ser visualizada na Figura 9, contenha frases de protesto pela demora na entrega da escola ("Termina logo essa p... Queremos escola e não Febem"), ou seja, seu conteúdo político é esvaziado, restando a denúncia de mais um caso de polícia.

O reconhecimento dos processos nos quais os problemas relacionados à criminalidade estão inseridos e da decorrente

13 Disponível em: <http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-56373>. Acesso em: mar. de 2014.

complexidade assumida em função da importância adquirida pelo tráfico de drogas, além da tendência a individualização nas estratégias de enfrentamento desses problemas no cotidiano do bairro, pode ser identificado nas respostas de nossos entrevistados, sobretudo quando a solução encontrada por parte dos moradores é manter certa distância dos criminosos. Ou seja, todos sabem onde estão localizados os pontos de droga, quem são as pessoas que vendem e consomem, porém "é cada um na sua. Eu acho que o problema é para aqueles que mais se envolvem. [...] A gente sabe que tem vários pontos de drogas no bairro. Eu sei. Mas eu não tenho contato. Então pra mim, não afeta. Não afeta pelo menos diretamente" [Luciana, 30 anos, dona de casa, moradora do Cidade Aracy, São Carlos].

Em geral, os problemas relacionados com drogas são conhecidos por parte dos moradores.

> Então, na verdade, a violência continua sendo um dos problemas do bairro, mas agora mais a questão da droga, do crack. Porque as pessoas estão entrando muito no crack. A violência tem aumentado, mas antes não, antes eles roubavam pra comida mesmo. Pra comer. Mas hoje em dia já não tem isso, dificilmente você encontra uma família carente, carente, carente mesmo, que não seja um problema relacionado à droga. Geralmente eles estão trabalhando... Então a violência tem sim pelas ruas, mas é mais relacionada à questão das drogas e em específico o crack mesmo. (Gislene, 38 anos, auxiliar administrativa, Cidade Aracy, São Carlos)

> [Você acha que a violência era ou é um dos problemas do bairro?] **Solange:** Violência é... Porque nós ficamos na nossa. Eles ficam na deles. Quem se mete no meio do crime é... É acerto de conta entre eles. A gente não tem nada que ver nada com eles, não é, dona Ana?
>
> **Ana:** É cada um pra si e Deus pra todos
>
> **Solange:** Você viu, você faz de conta que não sabe de nada. Você é cega, muda. A gente sabe quem é quem. Mas pra que a gente vai se envolver em confusão?
>
> **Ana:** Nessa parte a gente é cego, surdo e mudo.

> **Solange:** A gente não tem nada que ganhar, então já tem a polícia, já tem os investigadores, pra eles mesmos descobrirem por conta deles. Então, pra que nós vamos nos envolver? [Já aconteceu algum caso de alguma ocorrência violenta com você, ou com alguém da sua família, ou com alguém próximo, aqui no bairro?] **Solange:** Não. Graças a Deus, não. Eu moro aqui, não tinha muro, não tinha nada. Era só o asfalto. Todo mundo tinha acesso à porta, nunca aconteceu nada com nós aqui. Nada. Nem comigo, nem com meus filhos, nem com outras pessoas aí, nunca aconteceu nada. (Cícera, Solange e Ana, donas de casa e vizinhas, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Assim, evidencia-se que entre os moradores de tais espaços residenciais populares abertos há diferenças e separações que, no entanto, dificilmente são reconhecidas pelos não moradores, o que resulta em experiências frequentes de discriminação e preconceito, semelhantes àquelas discutidas por Kowarick (2009, p.224) a partir das favelas.

> Este olhar externo, que as homogeneíza enquanto áreas que concentram problemas sociais, está na raiz de vastos preconceitos que as discriminam como locais potencialmente perigosos, por onde mais facilmente se disseminam os caminhos que levam à delinquência: a favela produz imaginários que, em tempos de aumento do desemprego e da criminalidade, só podem acirrar a visão de "promiscuidade", "vício", ou "perigo", afetando a vida de seus habitantes, que entre outras condutas procuram esconder de seus patrões o local de moradia.

A combinação entre ser pobre e residir em um bairro periférico, nos casos que estudamos, resulta em estigmas socioespaciais que interpretamos como dimensão integrante do processo de segregação socioespacial. Os estigmas agravam os problemas já enfrentados por esses citadinos, que precisam adotar estratégias alternativas para enfrentá-los, sobretudo quando buscam emprego, fazer cadastro

para crediário em uma loja ou mesmo no convívio entre colegas de trabalho, faculdade etc., conforme nos contaram Cristina, que embora afirme gostar do bairro onde mora, percebe tal discriminação, e também Luciana, que sempre morou no Cidade Aracy e ficou impressionada com a representação que as pessoas tinham de seu bairro.

> Eu gosto desse local aqui, dessa rua que eu moro, eu gosto. É muito boa a rua que a gente mora. Mas o que tem de ruim mesmo é a discriminação das pessoas em relação ao bairro. Muito ruim. Porque aconteceu de minha filha fazer uma entrevista de trabalho, e "Ah! Onde você mora?", "Cidade Aracy", "Está bom, você pode aguardar e depois a gente chama". Como se diz assim, como se tivesse discriminando. Porque se fosse em outro bairro, talvez... E tem pessoas também que às vezes coloca o endereço daqui no currículo e ninguém chama. E a pessoa vai, leva currículo no mesmo lugar, coloca o endereço lá, de um outro bairro lá pra cima e rapidinho chamam. Tem uma discriminação assim com relação ao bairro. (Cristina, 43 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

> Eu vejo as pessoas... Eu vou até contar o caso. Eu estava lá trabalhando na farmácia e as meninas começaram a fazer piada, a falar: "Ah! Você é do Aracy", "Ah! A Luciana é do Aracy", "Ai, meu Deus!". Quando vai fazer alguma piada, falar de um bairro que é ruim, joga sempre o Aracy. Sempre! Eu fiz estágio na UFSCar. Quando eu falei que morava no Aracy, arregalaram o olho dez metros. "Ai, você mora no Aracy? É longe lá, né?". Eu falei: "Não. Pra mim não é" [risos]. "É violento lá?", "É perigoso, né?". Eu falo: "Não, não é". Pra mim não é. Porque eu não tenho a visão que as pessoas têm. As pessoas têm a visão que eles veem uma vez ou outra, de roubo, violência, eles veem no jornal e a pessoa cria. "Mas lá é igual ao Morro do Alemão [favela do Rio de Janeiro], não é?". Eu falo: "gente, pelo amor de Deus! Vocês não sabem o que é o Morro do Alemão pra vocês falarem que parece o Morro do Alemão. Pelo amor de Deus!" [...] As pessoas têm uma visão de ser terrível, acho

> que imaginam aquelas favelas do Rio de Janeiro... Traficante armado na rua. Acho que eles imaginam isso. Pelo que eu vi, eu fiquei três meses trabalhando fora, porque eu sempre trabalhei no bairro, [...] a visão que as pessoas têm é que o bairro é terrível, tipo favelona mesmo. Tipo de avacalhar mesmo. Tem tanta casa tão arrumadinha já no bairro. A maioria das pessoas tem carro. Tem muita gente de bem, mas também tem muita gente que não presta, vamos dizer assim. Mas eu não tenho essa visão que as pessoas têm. Quando você sai pra fora, que você vê como que é o negócio. Começa escutar, e você fala: "Nossa! Você acha que é assim?" [risos]. Eu começo a rir. Eu acho engraçado. (Luciana, 30 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

O estigma interfere não apenas na autoestima dos moradores, mas também na percepção de si no mundo. O sentimento de não pertencimento e de não se sentir à vontade em determinados ambientes pode estar referenciado não apenas no comportamento dos citadinos, mas também na incorporação do estigma pelos sujeitos (Fernandes, 2009). A longa narrativa a seguir demonstra como isso se dá no cotidiano dos moradores, que necessitam negar, em diferentes circunstâncias, seu local de moradia, mas atinge particularmente os mais jovens, que chegam a ser ridicularizados.

> [Onde vocês chegaram a tentar a arrumar emprego e que tiveram que negar que morava aqui?] **Fátima:** Em qualquer emprego. Você ouve um anúncio no rádio em que está precisando de doméstica, você pega e liga. Você vai. Chega lá, ela pergunta: "Onde você mora, bem?", com toda aquela delicadeza. Você falou que mora no Humberto, ela fala: "Obrigada, eu já arrumei", "Depois eu te ligo". É assim. Esquece. [Com vocês três já aconteceu?] **Fátima:** Comigo já aconteceu umas cinco vezes. [Cinco vezes?!]
>
> **Cícera:** Em escola também, viu? Em escola também. Eu esqueci. Se os alunos são do Humberto, acaba... É muita discriminação. Discriminam as meninas, os meninos do Humberto. É demais, viu? Em escola, em ônibus.

Fátima: Tem motorista e cobrador do ônibus, não aqui do Humberto, que se você pega lá no centro, ele fala: "Você mora onde?". "No Humberto". "Mas lá tem vândalo, hein? É menino, é menina. Até senhora!". [Acaba generalizando?] **Todas**: É!

Valéria: Como se fosse todo mundo. Quer ver dia de sábado, 20h, que são os horários dos meninos irem para o shopping. Esse horário [os meninos] não pagam ônibus. Eles pulam a roleta e não pagam ônibus. O motorista e o cobrador têm que fingir que não vê. Porque senão, minha filha... Senão, no ponto final, eles pegam o motorista. Todo sábado. [Eles têm que fazer vista grossa?] **Valéria:** É o ônibus das 20h e o ônibus das 11h20 que volta. Teve muito roubo aqui. Ônibus aqui já foi roubado, eu estava dentro. E o meu marido levantou, bonitão [risos], e o menino apontou a arma pra cara dele, ele voltou. [risos] Mas o roubo foi o quê? Dez reais, dois passes, que era daquelas fichinhas, o relógio do motorista e do cobrador, e foi embora. E tinha policial dentro do ônibus e não pôde fazer nada. Ele estava com roupa normal, não estava com roupa de policial. [Você acha que era pra comprar droga?] **Valéria:** Com certeza.

Cícera: E escola também, dependendo, no centro mesmo. As escolas no centro, se for aluno do Humberto, não é qualquer escola lá que pega não, viu? Tem algumas que não aceitam. Por causa de um, os outros pagam. Eles não aceitam, não. De onde que veio? Se passou pelo Ana Antônio, [escola estadual localizada no Parque Castelo Branco, a aproximadamente 3 quilômetros de distância] não ficou, mandou para o centro... É só I.E. [escola estadual], não sai dali, não. I.E, ou Florisvaldo Leal [escola estadual], não vai para Sarrion [escola estadual], não vai pra uma escola melhor. Não. Não vai, não. Eles não aceitam.

Valéria: Falam que é vândalo.

Cícera: Eles já olham a ficha e não aceitam de jeito nenhum. [Isso não é ilegal?] **Cícera:** É ilegal. Se você for entrar na justiça, você ganha. Mas eles não aceitam, não. [Hoje em dia, quando vocês procuram emprego, e já sabendo que as pessoas podem negar devido ao bairro, vocês falam que moram aqui, ou não?]

Valéria: Eu continuo falando que moro aqui. Eu falo. Porque vai que dá certo! Se eu falo que moro no [Conjunto Habitacional] Ana Jacinta, e daí elas falam: "Mas você não mora no Ana Jacinta?". E eu tenho que falar: "Não. Eu moro no Humberto". Então eu já falo a verdade.

Cícera: Uns dois anos atrás, tinha um monte de aluno no ponto e saiu duas meninas, que mentiram que morava em outro bairro, e o ônibus do Humberto chegou e elas entraram. E os meninos caçoaram elas, porque elas moravam no Humberto, elas mentiram que moravam em outro bairro pra não passar vergonha.

Fátima: Eles chamam aqui de favela. Falam que no Humberto Salvador só tem favela.

Valéria: Eu trabalhei com uma mulher, e ela falou pra mim assim: "As minhas amigas todas falam: nossa você foi pegar logo gente do Humberto pra trabalhar aqui? Você não tem medo?". É, minha patroa falava pra mim que as colegas dela falavam. Ela falava pra mim assim: "Quando você for entrar na minha casa, só entra por ali, veja se não tem ninguém lá olhando". Daí eu saí. Eu ainda fiquei um ano e pouco com ela e saí. Passou uns cinco, seis meses, e a casa dela foi assaltada. Eu pensei, só falta falar que foi eu quem mandei. [Por que, qualquer coisa, a culpa sobra?] **Valéria:** Sobra. Sobra, não tem jeito. Qualquer coisa. Pode ver, tem roubo lá não sei aonde, daqui a pouco, o avião [helicóptero da Polícia Militar] já começa a procurar no Humberto. Porque é tudo gente do Humberto. Por isso que ficou difamado aqui. É um bairro bom. Eu não tenho do que reclamar, mas...

Cícera: Tudo o que faz lá, que rouba lá, tudo está no Humberto. Então por isso que ficou difamado aqui.

Fátima: Outra coisa: ambulância aqui também não chega, não. Dependendo do horário, não vem. Se você passar mal à noite, você está na roça. Eu tive quatro enfartos e se não tivesse o carro aqui dentro, eu tinha morrido. [E o que eles falam, quando pede e não vem?] **Fátima:** Falam que não tem ambulância, que tem que aguardar, que tem muita gente na fila.

Cícera: Táxi também, viu? Dependendo do horário, eles não vêm.

Valéria: Radiotáxi, mototáxi, não vem.

Fátima: Pra fazer compra em dia de saldão, você vem tarde, né? Porque é cheio. Pra você conseguir um táxi, é um sacrifício. Ou a pessoa te conhece de você pegar direto, ou senão você fica lá com a compra. Passou das onze e meia, meia-noite, ele não vem. Tem que ser muito conhecido pra descer aqui no Humberto. [Tem que arrumar sempre um jeito de estar se virando?]

Valéria: É, porque o próprio povo fez isso. Quando chamava, vinha. Quando chegava aqui, mandava embora porque não ia pagar e ameaçava. Então isso acabou com tudo. Lanche, se você pedir um lanche, até umas 10h, 11h, você come ele. Passou disso, você não come, não, porque ninguém traz. Você morre de ligar, e eles desligam ou não atendem mais. Você liga, ele já faz o cadastro pra você. Então, na hora que você liga de novo, ele já tem o seu cadastro lá. Mas se não tiver, minha filha, não espera não. Não espera, porque as pessoas pedem lanche, pegam o lanche, não pagam e ainda colocam eles pra correr. Agora, quando é daqui da vila mesmo, eles ainda entregam. Mas quando é de fora, não entregam, não.

Fátima: Resgate só vem socorrer depois que morre.

Cícera: Ou quando xinga muito...

Fátima: É. Ou quando xinga ou quando a pessoa já está desfalecida, aí eles vêm.

Valéria: As duas últimas mortes que teve aqui... Ligou pra eles, quando eles morreram, que vieram aqui.

Fátima: Ele estava respirando ainda quando ligou para o resgate. Chegou e já tinha morrido. [...] De dia, você pode andar a semana inteira de táxi que eles vêm, porque está de dia. À noite não. À noite ele tem que conhecer a pessoa.

Valéria: Eles perguntam assim: "Qual o bairro aonde você vai?". "No Humberto". "Mas que parte do Humberto?" [Tem até dentro do próprio bairro alguns lugares...?]

Cícera: É, porque tem o [Conjunto Habitacional] Augusto de Paula e tem o Humberto. Às vezes a pessoa vai para o Augusto de Paula, que apronta, mas só cai no Humberto, não fala que vai para o Augusto de Paula. Então tem isso.

Valéria: Meu marido mesmo tem um colega, que a gente já liga pra ele porque ele já nos conhece.

Cícera: Então é essa situação: é radiotáxi, é mototáxi, é ônibus que não desce aqui.

Valéria: Ele tem que pegar confiança em você, aí vem. Se não confiar, ele não vem. Meu filho foi para um show no Tênis Clube e ligava para um monte e eles não traziam. Daí ele ligou aqui. Eu falei pro meu marido: "Liga lá para o seu amigo que ele busca". E ele foi. Eles falam que não tem.

Cícera: Quando eu fui para o médico em São Paulo, era 21h30min. Eu tive que chamar ela [vizinha] pra levar eu lá.

Valéria: Se você mentir, eles chegam e falam: "Ué, mas você falou que não era aqui, que era outro lugar, e não sei o que...", ou se é pra ir pra outro lugar. Eles temem baldear droga, essas coisas. Esses dias saiu no jornal o cara vendendo droga no muro.

Fátima: Ficou mais por causa do taxista que trouxe a mulher e o menino rapazinho da rodoviária pra cá, chegou ali, eles assaltaram ele. Acho que é por isso que eles não querem.

Valéria: Só vêm se tiver confiança mesmo.

Fátima: Ou você racha a pé... (Fátima, Cícera, Valéria, donas de casa, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Utilizando como fonte principal entrevistas com citadinos e pesquisando Araçatuba e Birigui, duas cidades do interior paulista que guardam semelhanças com as realidades urbanas pesquisadas por nós, Magrini (2013, p.138) contribui para a compreensão de processos de segregação socioespacial, que para ela têm se consolidado como uma tendência à fragmentação socioespacial. Porém, a autora evidencia que não há uma rigorosa substituição de um processo pelo outro, em função do seu caráter dinâmico e complexo. Tais processos sobrepõem-se. Entre os resultados por ela obtidos, observa que, "além das privações materiais que estes citadinos pauperizados vivem, eles têm que lidar com as representações dominantes que são produzidas em relação a eles, definindo quando devem, ou melhor,

podem, negar, contrapor, reconhecer ou aceitar estes estigmas" (ibidem). Nesses processos, o papel da mídia na reafirmação de tais estigmas precisa ser levado em conta, uma vez que ela atua por meio da repetição e do sensacionalismo. Assim:

> A mídia procura formalizar o real, introduzindo certa ordem onde parece haver caos, propiciando aparente conforto ao indicar aos telespectadores, atônitos frente à visibilidade da violência garantida pela própria mídia, horários (ou períodos) em que a violência ocorre, locais perigosos a serem evitados, sujeitos perigosos de que se proteger, ancorando, portanto, práticas tais como evitar certos bairros, não frequentar praças onde há consumo de drogas, não contratar funcionários tatuados etc., refletindo e exercendo forte influência nos processos de segregação socioespacial, tanto objetivos como subjetivos (ou simbólicos), que frequentemente a mídia ajuda a transformar em estigmas territoriais. (Imbert, 1992, p.62 apud Sposito; Góes, 2013, p.175-6)

Mas outros agentes têm papel ativo na mediação das relações entre as dimensões objetivas e subjetivas (ou simbólicas) do processo de segregação socioespacial, como é o caso do mercado imobiliário, que promove ações empenhadas em "disseminar novos conceitos em termos de produção de espaços, no intuito de diferenciar e valorizar seus empreendimentos, esses agentes precisam legitimar e despertar o interesse dos possíveis consumidores de seus produtos" (Magrini, 2013, p.65). É nesse sentido que interpretamos o marketing empregado na venda do Condomínio Parque das Cores, um espaço residencial fechado (figuras 10 e 11), com características semelhantes às dos condomínios horizontais populares fechados por nós pesquisados, especialmente ao Terra Nova São Carlos e Vista do Vale, projetado para a área próxima ao Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador. A possibilidade de adquirir a casa própria, proporcionada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, mas escapando ao estigma decorrente de se morar nesse espaço periférico, é o principal atrativo oferecido.

Figura 10 – Futuras instalações do Condomínio Parque das Cores, no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, dez. 2013.

Figura 11 – Futuras instalações do Condomínio Parque das Cores, no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, dez. 2013.

No folder de divulgação do Condomínio Parque das Cores (figuras 12, 13 e 14), inseridas em balões coloridos, as seguintes informações são destacadas: "Casas isoladas", "02 dorms", "Portaria 24h",

"Utilize o seu FGTS", "Parcelas a partir de R$300,00" e "Condomínio fechado". Com menor destaque aparece a referência aos programas "Minha Casa Minha Vida" e "Casa Paulista", com os respectivos logotipos. No interior do folder, além de fotos, significativamente chamadas de "Perspectivas artísticas", há uma planta (e fotos) do "Playground" e do "Salão de festas", seguidas da frase "Chegou a sua vez. Aproveite esta grande oportunidade" e referências às características do local. Na última parte, além da "Realização: W4 INCORPORADORA", há um esquema com a localização (sem escala) mencionando pontos de referência diversos ("Centro", "Catedral de São Sebastião", "Estádio Prudentão", "Prudenshopping", "Walmart", "Super Muffato", "Funada"...). Mas, embora o Condomínio Parque das Cores localize-se no Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, espaço residencial popular aberto que pesquisamos, em nenhum momento isso é informado.

Figura 12 – Folder de propaganda do Condomínio Parque das Cores, Presidente Prudente

Figura 13 – Interior do folder de propaganda do Condomínio Parque das Cores, Presidente Prudente

Figura 14 – Folder de propaganda do Condomínio Parque das Cores, Presidente Prudente

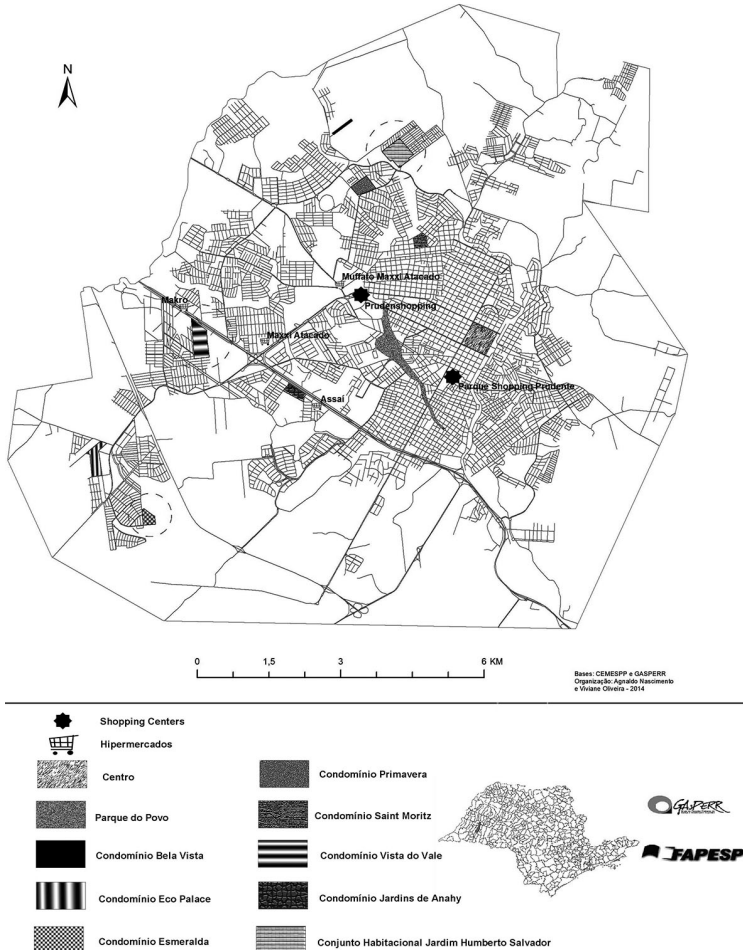
Assim, os muros atuariam simultaneamente como equipamento de segurança e, indiretamente, também como elemento de diferenciação, tanto em função da separação material que proporcionam em relação à vizinhança tipicamente periférica quanto pela aproximação, ainda que imaginária (ou simbólica), com os modos de morar dos segmentos médios e de elite. "A divisão simbólica dos espaços urbanos de acordo com suas possibilidades desiguais de proporcionar segurança – material ou subjetiva – hierarquiza os espaços desqualificando os dos mais pobres, ao mesmo tempo em que desqualifica estes próprios segmentos" (ibidem, p.170).

A produção de novos espaços fechados, tanto para segmentos de maior quanto de menor renda, "evidenciam o esgarçamento do tecido socioespacial das cidades que ganha novas intensidades e conteúdos" (ibidem, p.170). Mas o próprio mercado imobiliário oferece alternativas para que tal desqualificação seja evitada ou amenizada, ao menos simbolicamente, com a referida aproximação, ao mesmo tempo em que atua no reforço ao esgarçamento, estimulando novas

segmentações a partir da construção dos muros (ou cercas) dos condomínios em espaços periféricos.

Apoiamo-nos em Rosa (2009) para compreender a importância de se questionar a relação dualista clássica existente entre a cidade "formal" e a "informal", o "centro" e a "periferia", tanto do ponto de vista das dinâmicas quanto do próprio conceito de periferia. Antiga como fato e como representação social, inicialmente a periferia foi concebida como local de habitação de trabalhadores pobres, representada como espaço homogeneizado de criminalização e pobreza (ibidem), mas salientamos os novos significados que a periferia assume, principalmente a partir da introdução de empreendimentos imobiliários, por exemplo, permitindo que haja nesses locais uma diversificação de grupos sociais, com uma distribuição espacial mais complexa entre ricos e pobres. Há "tanto a implantação de condomínios de alta renda nas periferias, como a difusão da pobreza urbana por diversos espaços da cidade, para além da sua concentração nas periferias urbanas" (ibidem, p.15). Pobreza e riqueza distribuem-se de forma descontínua, com os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alterando as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos.

Como mostrado inicialmente neste subcapítulo, no Mapa 3 destacamos em círculos tracejados os condomínios horizontais populares fechados por nós estudados em São Carlos – Tecumseh Village e Terra Nova São Carlos –, e ainda o bairro Cidade Aracy. No Mapa 4, a seguir, destacamos os condomínios horizontais populares fechados pesquisados em Presidente Prudente, Esmeralda e Vista do Vale, e ainda o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador. Em ambos os mapas localizamos o centro principal, as redes atacadistas e shopping centers de cada uma das respectivas cidades, como forma de melhor visualizar a proximidade dessas novas áreas residenciais e comerciais.

Mapa 4 – Localização do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador e dos condomínios horizontais populares fechados em Presidente Prudente

Fonte: Cemespp e GAsPERR (2014).
Organização: NASCIMENTO, Agnaldo Silva; OLIVEIRA, Viviane F. de Oliveira.

Outros desdobramentos e significados dos muros e do caráter fechado desses novos habitats vão aparecendo à medida que a experiência de neles residir desenvolve-se, conforme evidenciamos a

partir das entrevistas com moradores e discutimos mais adiante neste livro. O máximo aproveitamento dos terrenos, com casas muito próximas, também é compensado pela estética das fachadas padronizadas e pela presença de área verde, cuja combinação, em espaços bem demarcados por muros, configura cenários que simulam uma vida tranquila, harmônica e segura. Porém, a vida cotidiana nesses locais muitas vezes desmente tais promessas, evidenciando seu caráter de simulação.

Identificamos simultaneamente a escassez de espaços, tanto individuais (de cada residência) quanto coletivos, como é o caso das vias, denominadas de ruas pelos moradores. Esses, por sua vez, são problemas comuns aos espaços residenciais populares abertos, assim como os dilemas que envolvem os limites (ou fronteiras) entre espaços privados e públicos, sobretudo no que se refere às práticas socioespaciais.

Notamos que em todos os condomínios estudados há o aproveitamento máximo das áreas, não apenas com lotes pequenos, mas principalmente com vias internas e calçadas estreitas. Decorre dessa última característica uma regra comum a todos, relacionada ao estacionamento dos carros nas vias: o carro dos moradores tem de ficar, exclusivamente, na garagem, enquanto os visitantes só podem estacionar do lado de fora, ou em bolsões de estacionamento, geralmente localizados na parte central do condomínio.[14]

Com o intuito de ampliar a caracterização dos condomínios horizontais populares fechados que pesquisamos, descrevemos a seguir o processo de introdução de cada um deles, destacando os agentes envolvidos e os programas de financiamento que viabilizaram as vendas.

14 Decorre da combinação dessas características um conjunto de práticas espaciais geradoras de conflitos no interior desses condomínios, de que trataremos ao longo do livro.

Entre a segregação e a autossegregação: condomínios horizontais populares fechados

Consideramos que a produção de condomínios horizontais populares fechados nas periferias que pesquisamos é representativa tanto das novas formas quanto dos novos tempos, que caracterizam a produção desses espaços. O encurtamento das distâncias, decorrente da popularização dos veículos individuais, significa o estabelecimento de novas relações entre essas áreas periféricas e as demais áreas urbanas. Além disso, os processos que norteiam as práticas desses moradores são mais amplos e complexos, principalmente quando os analisamos a partir dos processos de segregação/autossegregação, que caracterizam os condomínios que pesquisamos.

Ponderamos que os processos de segregação e autossegregação devem ser compreendidos como pares que se complementam sem se opor, são "duas facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece" (Sposito; Góes, 2013, p.285).

Analisando a relação entre os espaços exclusivos da elite e sua relação com as cidades estudadas – Marília, Presidente Prudente e São Carlos –, Sposito e Góes (ibidem, p.285) revelam que, "no caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria". Contrariamente, no caso da autossegregação, "é o grupo com melhores condições que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos" (ibidem, p.285).

Chamamos a atenção para o fato de os moradores dos condomínios que pesquisamos estarem tanto na posição de autossegregados, ao optarem por morar nesses espaços intramuros e buscarem romper com espaços residenciais e práticas anteriores, quanto na posição de segregados, visto que, diferentemente dos moradores dos condomínios elitizados, eles enfrentam dificuldades quanto aos custos dos deslocamentos, taxa de condomínio etc., necessitando balizar quais

espaços e por quais meios de transporte terão de optar, sempre de acordo com a relação entre custo e benefício de tais deslocamentos.

Dessa forma, identificamos novos elementos para fundamentar a síntese de Sposito (2013, p.82).

> A autossegregação, de modo diferente da segregação, é um processo que combina duas naturezas de ações no processo de produção do espaço urbano: – os interesses dos que produzem esses espaços [...] que se interessam em oferecer um produto imobiliário, ao qual se agregam novos "valores"; – aqueles que consomem esse produto, vivem nesse espaço e redefinem suas formas de relação com a cidade, no plano espacial e temporal, em grande parte motivados pelos "valores" de distinção social e segurança, no caso brasileiro, reproduzindo e ampliando desigualdades que são históricas, bem como reforçando diferenças que, em grande parte, são os novos pilares da segmentação socioespacial nas cidades brasileiras.

Condomínio Terra Nova São Carlos, em São Carlos

A área de 107.912 m² onde atualmente está localizado o Condomínio Terra Nova São Carlos pertencia ao sítio Rancho Azul e foi adquirida pela Rodobens em 16.7.2007. Anteriormente, a área era tributada ao Incra, mas no Plano Diretor de 2006 houve uma alteração no perímetro urbano para que essa área fosse incorporada.[15]

Fundada há 21 anos, a Rodobens Negócios Imobiliários[16] atua em todo o território nacional, com empreendimentos nos segmentos popular (até R$100 mil), supereconômico (até R$200 mil) e econômico (a partir de R$200 mil). Iniciou em julho de 2012 a atuação em dois novos segmentos, com as empresas Rodobens Malls,

---

15 Informações concedidas por meio de entrevista realizada em 01º.11.2013, com o diretor do Departamento de Obras Particulares e Fiscalização de São Carlos, Francisco Porto Filho.

16 Disponível em: <http://rodobensimoveis.com.br/empresa/>. Acesso em: 18 jun. 2013.

com o objetivo de explorar áreas por meio do desenvolvimento de centros comercias, e Rodobens Urbanismo, que tem como foco o desenvolvimento de grandes áreas destinadas a loteamentos. Com capital aberto desde janeiro de 2007, a companhia lançou, desde a sua fundação, 163 empreendimentos, em 55 cidades de 11 estados brasileiros,[17] totalizando 61 mil unidades e 4,4 milhões de m^2. A Rodobens Negócios Imobiliários faz parte das Empresas Rodobens, corporação com mais de 60 anos nos mercados do Brasil e Argentina, com forte atuação nos setores automotivo, financeiro e imobiliário.

Figura 15 – Portaria do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: <https://plus.google.com/102666623804397561419/about?gl=BR&hl=pt-BR.> Acesso em: 6 fev. 2014.

O Condomínio Terra Nova São Carlos foi aprovado no ano de 2008, com 442 unidades habitacionais e distante 8 quilômetros do centro de São Carlos. As casas foram vendidas por meio de programas de financiamento de distintos órgãos, entre eles Rodobens, bancos privados e ainda financiamentos mediante o Programa Minha Casa Minha Vida. Este programa financiou as casas menores do

17 São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso, Santa Catarina, Pará, Bahia e Goiás.

condomínio, que foram vendidas posteriormente ao lançamento do condomínio. Uma de nossas entrevistadas, Marisa, nos contou que primeiro comprou uma casa para as duas filhas – até então solteiras por meio de financiamento da própria Rodobens, gostou e posteriormente comprou uma casa de um terceiro para morar com o marido, mediante financiamento do Banco Santander. Recentemente, uma das filhas casou e adquiriu uma casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

> [E quanto às condições pra aquisição da residência, elas facilitaram ou dificultaram a aquisição?] Elas facilitaram. Hoje, por exemplo, está uma promoção. Quando nós compramos, tinha uma promoção assim: você comprava e ganhava uma TV de LCD. Quando eu comprei, eu dei uma entrada de 13 mil [reais] [...] Hoje, se você dá 3.500 reais, 1.500 reais você compra uma casa e financia o resto, não precisa dar aquela entrada de 10 mil. [No seu caso, você deu a entrada, e financiou em quantas vezes o resto?] O da minha filha 1 foi 8 anos; o meu, 7; e o da filha 2, 23 anos. [A entrada da filha 2 foi menor?] É, foi menor. [E qual foi o tipo de financiamento contratado?] O meu foi Santander, e o da minha filha 2 foi a Caixa Econômica. E a filha 1 foi direto, com... Na época, como ela pegou as casas logo no começo, foi direto com... Cada um foi de um jeito. Tem um nome, como chama? [...] porque, é assim: lá dentro tem casas de dois dormitórios e de três. A de dois dormitórios pode entrar no Minha Casa Minha Vida, a de três não. Foi a concessionária, a construtora. [Foi a Rodobens?] Isso. A filha 1 foi direto pela Rodobens. Chegou a ganhar algum subsídio do governo? Eu e a filha 1 não. A filha 2 sim. [E tem sido fácil pagar as prestações, ou isso compromete muito?] A minha e da filha 1 não. Está sendo difícil, porque nós demos uma prestação alta e foram só oito anos. Agora, a da filha 2 está mais fácil, porque a dela é decrescente! Agora a minha e da filha 1 não é. A dela é pela Rodobens, não é decrescente, não. Ao contrário, aumenta. Entende? Quando eu comprei, pra eu comprar ao lado da filha 1, eu comprei de um terceiro. Porque eu comprei dois anos depois. Todo mundo já tinha comprado. Então eu comprei de uma revenda, e

peguei pelo Banco Santander. Então cada uma foi um caso. (Marisa, 49 anos, podóloga, condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

O condomínio localiza-se em uma área próxima de outros condomínios,[18] situada ao lado de um canavial, que gera um odor desagradável resultante da queima da cana, como presenciado durante pesquisa de campo e comentado por mãe e filha durante a entrevista.

Juliana: Que fedô, cana!
Vera: Estão molhando as canas lá fora. Esse cheiro de vez em quando vem.
Juliana: É. Esse cheiro incomoda! [Do canavial?]
Vera: Sim. Daí eles queimam, e o caminhão, quando faz a fumaça, já apaga atrás. [Mas fazem queimada aqui?]
Vera: Faz.
Juliana: Só à noite...
Vera: Mas está fazendo lá, ele vai queimando e já vai apagando. [Pra não ter suspensão de partícula?] **Vera:** Sim. E fica esse cheiro de cana, ela não gosta... É ruim...
Juliana: Ah, é cheiro de cana, de laranja, não gosto, não... (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, e Juliana, 18 anos, estudante, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Há quatro padrões diferentes de residências – 46,72 m², 58,38 m², 66,88 m² e 77,30 m², que se distinguem por cores, as quais não podem ser modificadas pelos moradores, como nos contou Vera, que gostaria de pintar a casa novamente, mas não pode porque o trabalho tem que ser realizado em todas as casas, pelo próprio condomínio:

Você tem que pintar do jeito que está aí... Você não pode pintar nem a fachada... A cada cinco anos, eles pintam, mas já tem quase

---

18 Na mesma área onde está localizado o Terra Nova São Carlos, há outros condomínios: Condomínio Moradas de São Carlos I, II, III, Condomínio Residencial Quebec, Residencial Montreal e Parque Fehr.

> seis anos e ninguém nunca pintou, e o pessoal está revoltado... É a Rodobens que pinta, a casa é sua! Eu não vou mudar a fachada, eu vou usar a tinta da mesma cor, mas não pode! Na rua de cima, se você for lá, tem vermelho e tem rosa na fachada, mudou [...] E agora eles vão começar a punir. (Vera 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Entre os equipamentos coletivos, há salão de festas, piscina, *playground* e quiosque com área de churrasqueira, como podem ser visualizados nas figuras 16, 17, 18 e 19.

Figura 16 – Vista parcial das piscinas e *playground* do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 17 – Área de churrasqueira do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 18 – Playground do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 19 – Piscinas para adultos e crianças do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Embora o condomínio possua espaços destinados à realização de festas, como quiosques com churrasqueira e salão de festas, estes não são tão funcionais quanto sugeridos nos fôlderes de propaganda, distribuídos durante a venda dessas residências. O casal Vera e Osvaldo relata os problemas relacionados à falta de planejamento desses espaços, como a ausência de banheiro e mesas nos quiosques com churrasqueiras, por exemplo, decorrendo na impossibilidade de realizar a comemoração da compra da casa.

> Ah, sim! O que eu gostaria que tivesse... Eu acho que esse condomínio todo está errado, ele é todo construído errado. Nós temos área de churrasqueira lá em cima... Eu vou usar lá, vou fazer churrasco, só que eu vou falar pra vocês assim: "[se] vocês quiserem ir ao banheiro, vocês descem lá na minha casa, eu moro na última rua, você quer?". Ah, toma cerveja e vai lá, a cada 10 minutos lá embaixo

na portaria pra você usar o banheiro... Puseram pia lá pra churrasqueira, bonito lá... Você tem que levar mesa, não tem...

Osvaldo: Se vocês verem, é tão bonitinho, lá...

Vera: Então assim, o que a gente sugere é que eles façam aquelas mesinhas... [De concreto?] **Vera:** De concreto, com os banquinhos do lado... E que também façam dois banheirinhos lá do lado e tudo bem, o pessoal usa... Mas sem, ninguém nunca usou, fica uma área perdida. Nós temos no meio do condomínio aqui, certinho, uma praça enorme, sem nada. [...] Então é assim, o que eu não concordo aqui, é isso daí. Da gente não ter... Ele está precisando, ele está devendo um churrasco pros amigos dele, pra seis amigos dele. Onde que eu vou por eles aqui dentro? Eles vão trazer as namoradas, as filhas, as esposas... Seis... Se tiver três por família... [Já dá 18...] **Vera:** Mais nós quatro, porque tem a Juliana com o namorado, não tenho churrasqueira. Se eu usar o salão de festa, eu posso usar o salão de festa, mas onde eu vou fazer churrasco, se no salão de festas não tem churrasqueira? Churrasqueira é distribuída aí pra fora. Eles querem churrasco, mas vou fazer churrasco onde? Vou fazer aqui e carregar pra lá? Então a gente está meio que perdido, eu estou sentindo isso como um transtorno pra gente, isso aí é um transtorno pra mim. A gente não tem essa liberdade... Eu gostei [do condomínio], porque chamou nossa atenção. Nossa, tem piscina, tem bastante área verde, nossa que legal! A casa é um tamanho bom pra nós, vai dar pra comprar, nossa, ótimo! Agora que eu me deparei com isso aqui... O pessoal não repara não... (Vera e Osvaldo, 50 anos, auxiliar de enfermagem e mecânico de estruturas de avião, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

No condomínio há portaria 24 horas, e é cercado por cerca viva e possui câmera de vigilância na entrada (figuras 20 e 21). Além disso, "estão tentando murar todo o condomínio, que além de aumentar a segurança, vai ter a valorização do imóvel também" (Marcos, microempresário, 36 anos, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos), o que evidencia a associação direta entre a presença dos muros e a valorização imobiliária, mas também sugere que está em

curso um processo que envolve a incorporação de novos equipamentos e mecanismos de segurança, constantemente vistos como insuficientes e geradores de novas necessidades, fortemente conectadas aos interesses desse mercado. Processo semelhante, ainda mais intenso, foi observado por Sposito e Góes (2013, p.227-8) nos espaços residenciais fechados de médio e alto padrão que estudaram em Marília, Presidente Prudente e São Carlos.

Entre as regras do Condomínio Terra Nova São Carlos, além das cores das residências que não podem ser alteradas, há a proibição da construção de muros entre elas, a que alguns moradores procuram adaptar-se utilizando plantas e cercas de bambus (figuras 22 e 23).

Figura 20 – Cerca viva vista a partir do interior do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 21 – Portaria vista a partir do interior do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 22 – Delimitação com plantas entre as residências do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 23 – Delimitação com cercas de bambu entre as residências do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Como as vias internas são estreitas, o estacionamento de carros deve ser realizado na frente da própria residência ou nos bolsões de estacionamento localizados na parte central ou na área externa ao condomínio. Inicialmente, as garagens podiam ser feitas a partir de dois modelos padronizados: pergolado e estrutura em metal (figuras 24 e 25). Após várias discussões, esses modelos foram escolhidos por meio de votação realizada durante reunião de condomínio, mas ainda geram polêmica. O casal Rodrigo e Fernanda reclamou da impossibilidade de reduzir o valor de tal construção por meio da autoconstrução ou contratação de pedreiros de menor custo, pois as garagens têm de ser construídas pela construtora responsável pelo projeto. Segundo eles, isso torna mais cara a obra.

> **Rodrigo:** Garagem foi o pior... O modelo de garagem na época...
> **Fernanda:** Muito caro... As empresas que eles mandam!
> **Rodrigo:** E era obrigado a fazer pelas empresas, por isso ficou complicado, agora não... Agora não, agora tem três modelos que podem fazer. Que são permitidos. Tem três modelos, e aí qualquer um faz. Tinha um negócio de projeto lá, mas parece que não está virando nada. Então se quiser comprar o material e ir lá levantar...
> **Fernanda:** Só que tem que fazer igual aquele ali.

Rodrigo: É tem que fazer igual, o padrão. Quanto a isso até tudo bem, até concordo. Só que eles queriam cobrar o projeto, 300 reais pra empresa.

Fernanda: Não, porque... Mesmo se eu fizer em casa, se eu fizer por mim, contratar alguém pra vir pra fazer igualzinho. "Não. Mas como a gente inventou esse projeto, vocês vão ter que pagar esse projeto". [Mesmo se não fizer pela empresa?]

Rodrigo: Mesmo se não fizer, porque pela empresa ficava em oito mil.

Fernanda: Vê lá... Na frente, sem nada...

Rodrigo: Era um ferro, tipo assim, a garagem está aqui... Era um ferro de cada lado com a estrutura aqui e o telhado em cima.

Fernanda: Telhado, ou senão pergolado. Que é...

Rodrigo: Que é que nem eles estão fazendo, de madeira...

Fernanda: É um absurdo!

Rodrigo: É um absurdo de caro. E uma coisinha muito básica.

Fernanda: Que você sabe que você... Pergolado, por exemplo, vai ter que fazer de novo com o tempo...

Rodrigo: É que estraga. O de ferro não.

Fernanda: É. De ferro não, mas... Eles estão querendo. (Rodrigo e Fernanda, 24 anos, eletricista e podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

A partir da comparação entre os espaços residenciais horizontais populares fechados pesquisados, observamos, por um lado, que naqueles que foram incorporados por grandes empresas especializadas no ramo, como a Rodobens, assim como o Condomínio Vista do Vale, em Presidente Prudente, que tem a PDG como construtora e incorporadora, há presença mais significativa de equipamentos de lazer e serviços de segurança. Por outro lado, nesses empreendimentos, o espaço lateral entre as residências é menor, visto que as casas são geminadas, diferenciando-se dos condomínios Tecumseh Village (São Carlos) e Esmeralda (Presidente Prudente), nos quais, inclusive, não há proibição de construção de muros entre as residências e já há algumas casas que passaram por modificações.

Figura 24 – Modelo de garagem em pergolado do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 25 – Modelo de garagem em estruturas metálicas do Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

No Condomínio Terra Nova São Carlos especificamente, notamos uma maior dificuldade no cumprimento das regras, cujo descumprimento é foco de conflitos entre moradores, entre as quais as mais frequentes estão relacionadas à presença de animais soltos,

que entram na residência de outros moradores, o que será discutido no Capítulo 3.

Condomínio Tecumseh Village (em São Carlos)

O Condomínio Tecumseh Village, introduzido pela Construtora Araguaia e financiado pelas Indústrias Tecumseh, foi aprovado em 2000, com uma área total de 11.954,00 m², dividido em 49 casas de 49,76 m² cada uma. Situa-se no limite do perímetro urbano – como pode ser visualizado nas figuras 26 e 27 – e é um caso especial. O proprietário vendeu as casas, a partir do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para funcionários mais antigos da sua própria fábrica, as Indústrias Tecumseh do Brasil,[19] conseguindo um retorno financeiro que dificilmente seria obtido de outra maneira com a área, em função da localização desfavorável, distante aproximadamente 6 quilômetros do centro da cidade.

Alguns moradores identificam na possibilidade de adquirir uma residência, a partir do tempo de serviço na fábrica, motivo de reconhecimento e gratidão para com a empresa. Mas nem todos os proprietários atuais são ou foram funcionários das Indústrias Tecumseh, e criticam tal visão, argumentando que as casas foram adquiridas, e não doadas, como pode ser notado na fala do síndico do condomínio.

> Inclusive tem pessoas que acham, que acham que a Tecumseh deu, só que na realidade está todo mundo pagando as casas aqui. Eu não trabalhei na Tecumseh. Mas eu comprei a minha num leilão.

---

19 As Indústrias Tecumseh do Brasil, subsidiárias da Tecumseh Products Company (EUA) no ramo de compressores herméticos para refrigeração, foram fundadas em 1972, iniciando suas atividades produtivas em São Carlos, em 1973. Atualmente, as Indústrias Tecumseh do Brasil possuem 803.000 mil m² de área total e 145.000 mil m² de área construída. Disponível em: <http://www.tecumseh.com/pt/south-america/tecumseh_south_america>. Acesso em: 22 jan. 2014.

> O rapaz que trabalhava na Tecumseh deixou de pagar, a Caixa [Econômica Federal] pegou e foi para leilão. Então as pessoas aqui têm que mudar muito a mentalidade. (Renato, 40 anos, analista de planejamento e síndico, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Figura 26 – Placa localizada em frente ao Condomínio Tecumseh Village, São Carlos, indicando o limite do perímetro urbano

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 27 – Chácaras ao redor do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

O Condomínio Tecumseh Village tem área total de 11.954 m^2, na qual foram construídas 49 casas de 49,76 m^2, distribuídas em três quadras. O único espaço de lazer é um campo de futebol, no qual os moradores, principalmente homens, jogam bola nos finais de semana. Porém, a partir desse espaço, criaram outras possibilidades de uso, com a realização de festas, organizadas pelos próprios moradores. Essas iniciativas de sociabilidade, embora não tenham a participação de todos os moradores, são valorizadas, conforme apontam José e Antônia.

> A área que a gente tem de lazer é um campo de futebol, então é mais para homem. Às vezes, que nem agora, o mês que vem vai ter festa junina, então faz lá no campinho. A gente vai pra lá, arma barraca e faz umas festas, se reúne lá, conversa e se distrai. (José, 44 anos, metalúrgico, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

> [A senhora chega a fazer alguma atividade, alguma coisa junto com os outros moradores?] Não, porque a gente tem um sistema estranho, a gente fica mais dentro de... Eu não sei. Tipo assim, no final do ano, eles gostam de fazer, comemorar o pessoal todo do condomínio, Réveillon, festa junina, eu nunca gostei de participar, mas é um sistema nosso, não que eu ache errado, é legal. [Então tem essas comemorações aqui dentro?] Tem, tem. O síndico faz, até convida, cada um dá uma coisa. É até bonito, mas eu acho que por causa dessas dificuldades da visão, tudo, eu sempre deixei... (Antônia, 56 anos, aposentada, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Figura 28 – Campo de futebol do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 29 – Crianças brincando no campo de futebol do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

O condomínio é cercado por muros e grades na parte frontal. Como não há a presença de porteiro, a abertura e o fechamento dos portões são realizados pelos próprios moradores, a partir de suas residências. "[...] aqui só tem o portão eletrônico, cada residência tem o controle, só eles abrem e o interfone. Quando tem visita, por exemplo, a gente abre de casa mesmo" (Silvio, 28 anos, almoxarife, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos).

Na entrada do condomínio, conforme registrado na figura 31, há uma placa sugerindo a presença de câmeras de segurança. No entanto, durante as entrevistas, os moradores disseram que elas não estavam instaladas. De acordo com o síndico, devido ao fato de haver poucas residências (49) e uma pequena taxa de condomínio (R$60,00 mensais), o valor arrecadado é insuficiente para a instalação e manutenção de câmeras de segurança. Diante disso, reconhecemos o papel simbólico desempenhado pela placa, bem explorado pelos moradores, o que acaba por tornar, até certo ponto, dispensável a vigilância.

Figura 30 – Caixa de correspondências no Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 31 – Placa com a indicação de equipamentos de segurança no Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

O máximo aproveitamento da área reflete-se nas vias internas, que são estreitas e compartilhadas por crianças brincando, carros e materiais de construção, o que sugere as dificuldades daí decorrentes, conforme menciona a entrevistada.

> Carro aqui é 20 km por hora, então, eles [os netos] são tão danados que se esticam na rua e o motorista tem que esperar. [...] Nisso é muito bom, é muito bom, tanto é que eles se aproveitam disso, os coitados têm que esperar a criança sair pra prosseguir. (Antônia, 56 anos, aposentada, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Nas vias internas, chamadas de ruas pelos moradores, brincam as crianças, reúnem-se os jovens e circulam os demais moradores.

Elas são focos de conflitos entre vizinhos, justamente pelo fato de serem pequenas e insuficientes, implicando na constante busca por soluções.

> Quando o síndico pintou essas faixas, do lado de lá a rua é mais estreita para ir para lá. Então ele pintou uma faixa do lado de cá e os carros só podem estacionar do lado de cá. Isso visando na própria segurança do condomínio, porque quando tem dois carros estacionados do lado de lá, se for entrar uma ambulância, ela não passa porque fica apertado. Então, quando ele fez a faixa do lado de cá, ele se desentendeu com um rapaz filho de uma moradora, porque ele estacionou carro do lado de lá e tinha carro do lado de cá. Ele foi falar e se desentenderam, mas depois contornaram a situação. Mas o rapaz deve ter uns 25, de 25 a 28 anos. Ele não pensou no que ele podia ocorrer, de repente um acidente lá no campo de futebol, uma mulher quebra uma perna, sei lá, que precisa entrar uma ambulância, não passa. Então foi pensando nisso que ele pintou as faixas e pediu para o pessoal estacionar de um lado só. [Porque é estreita?] É, estreita! (José, 44 anos, metalúrgico, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Figura 32 – Muros do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 33 – Vias internas do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 34 – Vias internas do Condomínio Tecumseh Village, com carros e material de construção

Fonte – Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 35 – Vias internas com crianças brincando, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Os relatos de conflitos que registramos são variados e podem significar que a insegurança está do lado de dentro.

> [...] agora, a parte de segurança é complicado, é muito complicado, tem problemas com drogas aqui dentro. [De moradores que usam?] [fez que sim com a cabeça]. [...] eu não vou fechar [a casa com portão], eu não vou gastar um dinheiro com portão que eu posso investir lá dentro. Eu tenho um portão lá [referência ao portão do condomínio], para que que eu vou por outro aqui? Muita gente colocou, a maioria colocou portão. Por quê? Por motivo mesmo de falta de segurança. Mas eu vejo assim, que a gente está caminhando, a gente está caminhando para o lugar certo, então a gente tem um horizonte, só que o que a gente tropeça. É a renda, a gente não consegue por esse motivo. [Essas pessoas que utilizam drogas chegam a utilizar no lado de fora?] Do lado de dentro também, a gente já achou cápsulas aqui dentro de cartucho. [Não, eu falo pelas áreas do condomínio?] Nas áreas do condomínio, utiliza aqui dentro. E é complicado. [...] Aqui já puxaram até arma para mim, já me ameaçaram com arma,

> morador. Eu tenho três boletins de ocorrência aqui, dois com a mesma pessoa por agressão e um com outro morador com porte ilegal de arma. (Renato, 40 anos, analista de planejamento e síndico, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Os trabalhos de campo e as entrevistas realizadas no condomínio nos permitem afirmar que o padrão construtivo das residências e os conflitos existentes entre vizinhos assemelham-se aos espaços residenciais populares abertos que pesquisamos, embora uma diferença seja notável: a eleição de um síndico pelos condôminos, escolhido entre eles. O síndico é responsável pelo cumprimento das regras e sempre procurado quando há reclamações a esse respeito. Além desse aspecto em comum com os demais condomínios, identificamos no Condomínio Tecumseh Village, em São Carlos, outras características em comum com o Condomínio Esmeralda, em Presidente Prudente.

Condomínio Esmeralda, em Presidente Prudente

O Condomínio Esmeralda está localizado a aproximadamente 11 quilômetros do centro de Presidente Prudente, com 158 casas construídas em setembro de 2004 pela construtora Embras (Honda, 2012) e financiadas pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que é promovido pelo Ministério das Cidades, tendo a Caixa Econômica Federal como agente executor e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) como financiador.

O PAR é desenvolvido em fases distintas. Inicialmente é realizada a compra de terreno e contratação de uma empresa privada no ramo da construção, responsável por construir as unidades habitacionais. Depois de prontas, as unidades são arrendadas, com opção de compra do imóvel ao final do período contratado.[20] Os

---

20 Informações retiradas do site da Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_social/mg/habitacao_social/par/saiba_mais.asp>. Acesso em: jun. 2014.

projetos dos empreendimentos podem ser horizontais ou verticais; adquiridos na planta, em construção, concluídos ou para reforma; em forma de condomínio ou loteamento; prioritariamente inseridos na malha urbana; como uma tentativa de ocupar vazios urbanos, em áreas com urbanização consolidada, com obrigatoriedade de infraestrutura mínima.[21]

Para Shimbo (2010, p.66-9), o PAR, posto em prática há mais de dez anos, após o fim do BNH, insere-se no novo paradigma da política habitacional brasileira, pautado na ampliação da participação do setor privado, na descentralização da alocação dos recursos federais e também na introdução de uma política de crédito para o mutuário final.

A Política Nacional de Habitação (PNH), em vigor à época de criação do PAR, seguiu duas vertentes: a promoção habitacional diretamente por estados e municípios e programas de financiamento diretamente ao mutuário final, entre eles o PAR, que permitia ágil retomada do imóvel em caso de inadimplência (ibidem). Criado em 1999, tem como foco o atendimento às famílias que recebem entre três e seis salários mínimos, trazendo assim uma "nova forma jurídica ao financiamento habitacional, baseada no arrendamento (ou em inglês *leasing*) da moradia – e não na aquisição, apesar de existir a possibilidade de compra do imóvel pelo arrendatário" (ibidem, p.69).

Nesse programa, os moradores pagam, em um prazo de quinze anos, parcelas de acordo com a renda declarada no momento do cadastro na Caixa Econômica Federal. Ao final do prazo contratado, o arrendatário pode optar pela compra do imóvel, e a Caixa outorga a escritura definitiva de compra e venda, cujas taxas, tributos e emolumentos cartorários relativos à transferência de propriedade do imóvel correm por conta do arrendatário. O valor inicial da taxa de arrendamento pode variar entre 0,5% e 0,8% do valor do imóvel e depende da renda mensal do profissional, da especificação do imóvel e da data de contratação da construção desse imóvel, com vencimento da primeira taxa trinta dias após a assinatura do contrato. O reajuste

21 Retirado de: Honda (2012).

da taxa é anual, com base no índice de atualização dos depósitos do FGTS. Atualmente, esse índice é a Taxa Referencial (TR). Além da taxa de arrendamento, é cobrado mensalmente o seguro por Morte e Invalidez Permanente (MIP), equivalente a 0,041% do valor do imóvel.[22] Alguns desses aspectos foram assim descritos pelo casal entrevistado.

> Foi explicado assim: quem trabalhasse marido e mulher, os dois tivessem renda fixa, então poderia pagar um pouco a mais. E quem trabalhasse só o homem ou só a mulher, pagaria a menos. Então na época que a gente fez a inscrição, eu estava desempregada e só ele trabalhando. De vez em quando, eu fazia uma faxina, uma coisa ou outra. Mas nada de registro. Então o da gente é o mínimo. Agora tem gente que disse que paga um pouco a mais.
>
> **Ailton:** Tem gente que paga 180 [reais].
>
> **Helena:** Mas só quando comprovou renda de marido e mulher, os dois juntos. Aí sim, paga um pouco mais. [Mas, será que depois diminui o tamanho dessas parcelas, ou não, a casa sai mais cara?]
>
> **Ailton:** Não, sai mais cara.
>
> **Helena:** Não, do começo ao fim. Pode um ficar desempregado e só um pagando que continua a mesma coisa. Porque quando começou, quando deu início, teve comprovação de renda dos dois. Os dois ganhavam um salário bom, então se paga um pouco mais. (Ailton e Helena, 38 anos, dona de casa e mecânico, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Embora os moradores estejam satisfeitos por adquirir uma casa a partir de parcelas que são de valores inferiores ao de um aluguel, o fato de, ao final dos quinze anos, ter de pagar pelas benfeitorias realizadas na casa pelos próprios moradores lhes parece injusto e penoso,

---

22 Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={7C0EA373-3206-4EAF-8943-7B7EE3573B63}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B97E1261C-81F7-4F50-9E41-D38AD9D316C3%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 6 jul. 2014.

como nos explicou Fabiana, que tem três filhos e pretende aumentar a casa para adequá-la ao seu padrão familiar.

> [E quanto às condições pra aquisição daqui da casa, elas facilitaram ou dificultaram a aquisição?] Quando eu fui, tinha que deixar o nome. Depois, com o tempo é que chamou pra levar os documentos, documentos dos filhos, a renda da casa. Na época, tinha que ganhar pelo menos mil reais, 1.200,00 reais, pra dar certo, se não, não dava. Deu certo, ainda bem que deu! Na época eu estava trabalhando com caldo de cana ainda. Eu ganhava, todo mundo estava ganhando. Então passou... Juntava o de todo mundo e deu certo! Mas, fora disso... Tanto que agora... Porque disse que somos arrendatários! É um termo muito estranho, porque, quando a gente assinou o contrato, disse que você paga isso aqui em quinze anos. Aí é seu. Mas diz que nós somos arrendatários. É um financiamento que você tem, é uma... Está em andamento. Mas depois de cinco anos vem uma proposta de quitar a casa. Aí, o que acontece? Se for quitar a casa, de novo, passa pela mesma análise, de novo. Vai analisar o valor da casa atual, pra poder fazer a quitação. [Então se você fizer alguma melhora, o valor da sua casa eleva?] Eleva. Muro, tudo. Tudo vai elevar. Olha só! Você paga, você vai pagar uma coisa sua, depois você vai pagar de novo, porque você fez [a reforma]... Porque pra cabeça deles lá você tem que ficar cinco anos sem piso, você tem que ficar cinco anos sem muro, sem calçada. Agora falou que é pra fazer a calçada, mas até esses dias não falava nada. Então, é arrendado. É como se fosse um aluguel que você vai pagando em depósito. No dia que você for fazer a quitação, aquilo que você já pagou, aí eles abatem. Caso contrário, você paga quinze anos, e depois a casa acaba sendo sua. [...] o papel que veio pra algumas pessoas que já está há mais tempo que eu, que diz que é 20 mil, 20 e poucos mil hoje. Mas é igual nós estávamos conversando, depende muito da valorização que a pessoa fez. Tem umas que valem 20 [mil], têm outras que valem 40 mil. Depende do que já está feito. E hoje pra mim, se fosse pra eu pagar hoje esse valor não teria como. Teria como só eu continuar nas minhas parcelas. [...] [Você fez ou pretende fazer alguma alteração no imóvel?]

> Tem que fazer! Não tem como. Tem que fazer os muros. Pelo menos os muros, concretar essa frente aqui olha. Não tem como, tem que mexer. Futuramente eu quero que essa sala vire um quarto. Porque eu tenho duas meninas e um menino. Estão os três num *oquinho* lá atrás, no quarto deles. Então eu quero deixar esse pra ele, e fazer uma sala na frente, pra aumentar. Mais cedo ou mais tarde tem que dar uma mexida! Olha o tamanho da cozinha, é tudo bem pequeninho, então com o passar do tempo, a gente vai ter que mexer. Só que fica essa situação: mexe ou não mexe? Pode ou não pode? Já é difícil pra gente ter que fazer, aí você vai valorizar, pra ficar mais difícil pra você mesmo ter que pagar? É complicado! Precisa de um quarto a mais? Precisa. Se eu pudesse escolher, eu escolheria uma casa com três quartos a mais, mas só que daí vai dificultar pra nós mesmos. Já vai fazer ralando, porque nosso gasto é alto. Por causa dos meninos. E depois nós temos que pagar aquilo que a gente gastou de novo? Então é de se pensar. Enquanto isso, gente, vamos cada um no seu cantinho, aguardando o tempo. Vai chegar esse tempo. O tempo chega. (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

A despeito das dificuldades de lidar com as diferenças entre a propriedade e o arrendamento do imóvel, porque, como nos disse Fabiana, "somos arrendatários! É um termo muito estranho", as condições para adquirir a residência e o valor do financiamento foram apontados como determinantes para sua decisão, embora o fato de ser fechado tenha se revelado importante após a mudança para o condomínio, como nos contaram Joana e Fabiana, que valorizaram a maior privacidade, o silêncio decorrente da ausência de fluxo intenso de veículos e de vendedores e políticos em campanha eleitoral.

> [O fato de ele ser fechado e cercado pelas grades influenciou na decisão de estar morando aqui?] Não, porque quando a gente... Um pouco influencia, porque quando a gente veio aqui, a gente gostou porque falou que era fechado. [Mas foi o principal motivo?] Não. A gente queria uma casa mesmo. A gente não tinha, precisava da

casa... Foi o que a gente conseguiu na época fazer financiamento. Foi aqui. A gente se inscreveu e conseguiu. (Joana, 42 anos, dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Então, porque eu fiz inscrição de casa, eu falei assim: "independentemente, o lugar que for mais barato que der, por causa da renda, eu vou!". Então eu não fiz escolha de lugar. Tinha assim, se eu queria em apartamento. Eu falei: "Ah, não, apartamento eu não quero", porque tem criança, e quem tem casa quer espaço! Apartamento eu não gosto, acho melhor casa. Só falei assim, que fosse uma casa. Chamou, a gente veio pra cá. [E o fato dele ser fechado então não influenciou de você vir morar aqui?] Não, não, poderia ser aberto também. Por estar aqui agora, eu acho que já me acostumei. Tem vez que é até bom, tipo, época de eleição é uma bateção na porta que a gente já sabe... Bastante, incomoda. Mas é bom. É bom, é bom, é bom... É uma privacidade, é um jeito melhor [E se essa mesma casa, com as mesmas condições de financiamento que você tem hoje, não estivesse num condomínio, fosse sem muros e grades, você acharia melhor ou pior?] Já está sem muro, já está sem tudo. Mas se fosse aqui fora? [Se não estivesse em um condomínio...] Mas se fosse meu? Não tem problema. Pra mim não é diferente se é em condomínio ou não. Mas claro que lá fora a gente ia ficar mais preocupado! Porque daí ia ser só a minha, tudo aberta assim. As casas aí fora já são todas fechadas! É complicado. E é bom, é bom fechar cada um suas casas mesmo, tanto lá fora quanto aqui dentro. É igual assim, passa um pouco de segurança por causa disso! Tem a portaria, é isso, fechadinho. Mas lá fora acho que seria mais perigoso sim. (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

A oportunidade de ter uma casa e pagá-la em prestações mais baixas do que um aluguel foi apontada como o principal motivo para adquirir uma residência no Condomínio Esmeralda em todas as entrevistas que realizamos com os moradores. Porém, enquanto alguns valorizaram imediatamente o fato de ser um condomínio fechado,

outros fizeram isso posteriormente. Mas todos acabam por mencionar o fato de transmitir maior sensação de segurança (mesmo sem haver dispositivos de segurança como câmera, cerca elétrica, muro etc.), além de ter mais privacidade e proximidade entre vizinhos.

O imóvel padrão do PAR possui dois quartos, sala, cozinha e banheiro, sendo que o tamanho das unidades varia de acordo com as características e a realidade de cada região. Nesse sentido, Raimundo e Joana falaram das dificuldades iniciais, quando as casas "embriões" foram entregues no contrapiso, sem muros, portão e calçamento no quintal.

> [as casas] eram todas iguais. Eram só dois quartos, banheiro e cozinha. Não tinha muro, não tinha nada. A gente foi mexendo aos pouquinhos. Muramos. Colocamos piso, porque só tinha piso na cozinha e no banheiro. A gente foi melhorando. [...] A gente fez a área aqui na frente, porque era muito sol. Você pode ver que elas estão assim sem fazer nada, olha como estão [apontando a casa ao lado, que não tinha área]. Se chove, molha aqui, molha a porta. A gente forrou. Colocamos os pisos, fizemos a área. Porque a casa normal, ela molha. As portas molham. Conforme a chuva, ela molha. (Raimundo e Joana, 54 e 42 anos, aposentado e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O atraso no pagamento da taxa de arredamento implica em atualização do valor devido pelo índice aplicado aos depósitos do FGTS, acrescido de juros moratórios de 0,033% ao dia e multa de 2%. O não pagamento de duas parcelas mensais implica ajuizamento de ação de reintegração de posse do imóvel,[23] como nos contou Helena sobre um caso ocorrido no condomínio de uma moradora que atrasou as prestações e, em vez de refinanciar a dívida com a Caixa Econômica,

---

23 Disponível em de: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={7C0EA373-3206-4EAF-8943-7B7EE3573B63}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B97E1261C-81F7-4F50-9E41-D38AD9D316C3%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 6 jun. 2014.

vendeu o imóvel por um preço irrisório a um terceiro. Assim, acabou perdendo o dinheiro pago, pois tal negociação não é permitida.

> Porque a Thais [ex-vizinha] vendeu a casa dela por 6 mil [reais]. Aquela mulherzinha. Só que ela perdeu e a mulher perdeu a casa também, porque a Caixa [Caixa Econômica Federal] tomou. [Por que foi vendida?] Não, porque ela não estava pagando. Porque a mulher que saiu não estava pagando. Ela atrasou muito as prestações. O marido dela... Eu sei que eles pararam de pagar. Acho que a Caixa [Caixa Econômica Federal] estava dando em cima pra eles poderem pagar e eles resolveram sair. Porque acho que a Caixa ia tomar. Então eles resolverem sair. Só que ao invés deles entregarem a casa pra Caixa, eles venderam a casa pra outra pessoa, pra não sair sem nada. Venderam por 6 mil reais. Mas ela não foi negociar a dívida pra mulher continuar pagando. Então a mulher que entrou, pagou 6 mil pra ela e não pagou nada pra Caixa. [A mulher achou que a casa estava quitada?] Eu sei que parou de vir as prestações. Não vinha mais, nem nada. A mulher acabou perdendo a casa também, a Caixa tirou ela, despejou ela. Quer dizer, a outra que pegou a casa, vendeu. Não negociou a dívida. E a que comprou também perdeu. As duas perderam. (Helena, 38 anos, dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

A partir das entrevistas e da reunião de condomínio que pudemos acompanhar, também notamos que a taxa de condomínio é motivo de muito questionamento por parte dos moradores. Contestam o valor que, segundo eles, é apenas para pagar o porteiro, visto que não há espaços de lazer adequados para os moradores, tampouco equipamentos de segurança, como nos contou Helena:

> [E se essa mesma casa, com essas mesmas condições de financiamento, não estivesse num condomínio, não tivesse as grades ali fora, vocês achariam melhor ou pior? E por quê?] **Ailton:** Um tempo era melhor porque nós não pagaríamos condomínio.
>
> **Helena:** Não pagaríamos condomínio. Era melhor por isso.

Ailton: Mas a nossa tranquilidade aqui é uma só.

Helena: Isso é verdade!

Ailton: Tem o lado ruim, que é pagar condomínio. Que é um absurdo. Paga e não tem melhoria.

Helena: A gente paga 95 reais de condomínio, entendeu? É só pra portaria. Porque antes era a portaria e a água. A gente pediu pra individualizar a água, porque era muito alta. E agora esse valor é só pra portaria lá na frente. E não tem mais nada. Não tem nenhum outro benefício. A gente não tem varredor de rua, não tem nada! (Ailton e Helena, 38 anos, dona de casa e mecânico, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Quanto à valorização do fechamento relacionado à forma condominial a que já nos referimos, mais frequente depois que já residiam no Condomínio Esmeralda do que quando se mudaram, nossa interpretação é que eram outras as suas prioridades naquele contexto.

No que se refere ao sistema de segurança, o condomínio possui porteiro e cancela aberta após identificação do visitante, embora nas visitas que realizamos observamos que a identificação não é sistemática. Seu cercamento externo é de alambrado, o qual é motivo de polêmica: uns querem a construção de muros, outros não, devido ao custo da obra. Frente à polêmica, prevaleceu a indisponibilidade de realizar investimentos considerados excessivos, optando-se pela compra de mudas de sansão-do-campo[24] para uma cerca viva que reforçasse o alambrado, embora a possibilidade de "abaixar as grades", transformando em "um bairro normal", tenha sido cogitada.

24 Ainda em fase de orçamento quando visitamos pela última vez, em outubro de 2013.

Figura 36 – Fachada do Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 37 – Portão com cancela no Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Além do caráter baldio do terreno com o qual os fundos do condomínio limita-se, há outras características dessa área que precisam ser levadas em conta, como a presença de uma encosta que apresenta constantemente problemas em relação ao alambrado, devido à declividade. Além disso, sua localização é próxima a uma nascente e uma área de preservação permanente (figuras 38 e 39).

Figura 38 – Alambrado que estabelece o limite entre o Condomínio Esmeralda e uma propriedade rural, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 39 – Área de proteção ambiental no limite do Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Como área de lazer, há um quiosque (figura 41) destinado a churrasco e festas, porém inutilizado, devido a diversos fatores: ser pequeno, sem banheiro, e as torneiras que havia foram quebradas, conforme contou Ailton. É chamado de "pombal" por alguns dos moradores, o que expressa sua insatisfação.

> **Helena:** Você viu lá aquele pombal lá na frente? É aquele quiosque lá que não vale nada. Aquilo lá pra mim não é nada, aquilo lá não é área de lazer.
>
> **Douglas:** Lazer nosso é comprar espetinho.
>
> **Ailton:** Não tem banheiro, não tem nada ali. Tinha o parquinho, os marmanjões estavam namorando lá, ao invés de ser para as crianças, estavam namorando. Então, pra mim não é área de lazer. (Ailton e Helena, 38 anos, dona de casa e mecânico, e Douglas, vizinho, moradores do Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Figura 40 – Campo de futebol improvisado, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 41 – Quiosque com churrasqueira, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Próximo desse quiosque, segundo os moradores, havia um *playground*, que foi destruído, não havendo atualmente qualquer equipamento de lazer infantil. Além disso, um campo de futebol foi improvisado por seus moradores, denominado por eles de "campinho" (figura 40).

Essa situação é motivo de polêmica entre os moradores, em geral divididos entre aqueles que têm filhos pequenos e aqueles que não têm, conforme constatamos na reunião de condomínio que presenciamos e também durante as entrevistas. O "campinho", localizado no final de umas das vias, além de ser o único local de lazer para as crianças, é inadequado, visto que há a presença de lixo, jogado pelos próprios usuários, e pela localização, ao lado de uma residência. Nesse caso, a inexistência de muro é particularmente problemática.

> Às vezes, que nem eu falei pra ele [marido], tem horas que dá vontade de tirar esse campinho daí. Eles entram, eles invadem a casa

da menina aqui para beber água. Quebram torneira. Para ela aqui é ruim. Fazem xixi, bagunça. Porque lá não tem o muro ainda, eles sentam tudo ali. Moleque, você sabe. Vai falar, eles xingam. (Raimundo, 54 anos, aposentado, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Os coitados dos meninos vão jogar bola lá embaixo, vira e mexe meu filho vem com o pé cortado, alguma coisa machucada. Não tem um campinho, não tem nada no jeito! Lá tem um campinho que eles brincam. Mas não é um campinho... Eles que se ajeitaram por lá mesmo. Mas falar que tem um lugar apropriado pra eles, não [...] Eles falam: "Mãe, vou jogar bola", e voltam com o pé cortado, volta cada dia com uma coisa! Não tem entulho, mas vira e mexe alguma coisa, a própria molecada, às vezes, andando, joga. Acaba que... Já que não tem um povo pra estar limpando. A limpeza é feita assim: de tempos em tempos vem aquela equipe de limpeza e daí vai tosar o mato lá e faz a limpeza geral. Mas assim, diariamente, não tem! Então acaba que... Vira e mexe tem um lixinho lá. Quando a gente veio aqui, tinha quase que era um parquinho ali. Só que eu não sei... O povo destrói. Eu não sei se é o povo que destrói ou se é a manutenção que não é feita. (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Como nos demais condomínios pesquisados, em consequência do máximo aproveitamento do lote, há tanto proibição de estacionamento de carros em frente às residências como desrespeito a essa regra. "[...] os carros não podem dormir na rua à noite. Porque as ruas são estreitas, está vendo? As calçadas são estreitas. Já deixaram a garagem no jeito de entrar, pra deixar o carro, não pode deixar na rua. E muita gente deixa" (Raimundo e Joana, 54 e 42 anos, aposentado e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente). Além disso, há dificuldade em relação às calçadas que também podem ser relacionadas às contradições entre espaços públicos e privados vivenciadas cotidianamente pelos moradores.

> O próprio arrendatário tem que fazer sua calçada agora. Veio um papelzinho falando que agora é pra fazer, pra ajudar na locomoção. Eu falei: "Ninguém anda nessas calçadas aqui, todo mundo já sai na rua. Por quê?". Além de ela ser pequena, todo mundo está com uma árvore pequenininha ali em crescimento. Quem vai andar nessas calçadas? Ninguém anda nas calçadas! (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Figura 42 – Calçada ocupada por material de construção no Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 43 – Vias internas do Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

A partir das entrevistas realizadas no Condomínio Esmeralda, a diferença que há entre os condomínios que foram introduzidos por grandes incorporadoras imobiliárias e os que partiram de investimentos particulares ou de órgãos públicos foram confirmadas. Aqueles construídos por incorporadoras geralmente possuem atrativos, tais como espaços de lazer e equipamentos de segurança, que são estratégicos no estímulo à venda dos imóveis, porém as residências são geminadas. Já os demais, como o Condomínio Esmeralda, possuem maior espaço lateral entre as residências, porém não possuem atrativos relacionados a lazer e segurança, diferenciando-se menos dos espaços residenciais populares abertos. Assim, há vantagens e desvantagens diferentes em cada caso.

O papel representado pelos referidos atrativos na motivação dos compradores desses imóveis está presente nas entrevistas que realizamos com futuros moradores do Condomínio Vista do Vale (caracterizado em seguida), quando falaram de suas expectativas.

Condomínio Vista do Vale, em Presidente Prudente

Vista do Vale é o nome dado ao conjunto dos três condomínios que estão sendo construídos na mesma área, Vale do Ribeira, Vale dos Reis, Vale do Café, distante aproximadamente 9 quilômetros do centro de Presidente Prudente. As seiscentas casas, distribuídas igualmente entre os três, ainda estavam sendo vendidas pela construtora/incorporadora PDG, com financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, quando lá fizemos pesquisa de campo.[25]

---

25 Trabalho de campo realizado em maio de 2012, no stand de vendas do Condomínio Vista do Vale.

Figura 44 – Muros que cercam o Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

O Programa Minha Casa Minha Vida faz parte do Programa Nacional de Habitação e possibilita o financiamento de imóveis em até trinta anos, definindo que as habitações para famílias com renda de até três salários mínimos contemplam a aquisição de empreendimentos na planta, pelo fundo especialmente criado pelo pacote, com subsídios entre 60% e 90% do valor do imóvel. Os empreendimentos precisam seguir as duas tipologias predefinidas pela Caixa Econômica Federal: casa térrea (com 35 m²) ou apartamento (42 m²). O programa Minha Casa Minha Vida I pretendia construir 1 milhão de moradias, distribuídas de acordo com o déficit habitacional do país: 90,9% para quem recebe de zero a três salários mínimos; 6,7% para quem recebe de três a seis salários mínimos; 2,4% para quem recebe de seis a dez salários mínimos (Hirata, 2009). Durante a segunda fase desse programa habitacional (2011-2014), houve um aperfeiçoamento das regras de financiamento e aprimoramento das moradias em relação à primeira fase (2009-2011), tendo como meta construir 2 milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda.

Entre as novas regras há a prioridade para as unidades habitacionais destinadas a famílias com renda mensal de até R$1.600,00

(faixa 1), com o subsídio do governo podendo chegar a 95% do valor do imóvel. Para adquirir a casa própria, essas famílias deverão arcar com 10% da renda, com limite mínimo de R$50,00, por 120 meses. Nessa modalidade, o imóvel não poderá ser vendido antes de dez anos, a não ser que as famílias quitem o valor total, incluindo o subsídio. O principal objetivo, de acordo com a então secretária da habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, é evitar a venda prematura do empreendimento.

Outra mudança da segunda versão do programa habitacional é o fim do limite de cinco pavimentos para os prédios residenciais populares em áreas urbanas centrais e regiões metropolitanas e a possibilidade de instalação de comércio no térreo desses imóveis. O objetivo da verticalização é ampliar a oferta de imóveis à população de baixa renda. De acordo com a secretária, ao liberar a exploração comercial no térreo dos empreendimentos, o governo possibilita uma saída ao custeio do condomínio.

O Minha Casa Minha Vida 2 prevê ainda que mulheres separadas podem adquirir um imóvel mesmo sem a outorga do cônjuge ou no caso em que não houve divórcio judicial, sendo essa modalidade limitada às famílias com renda mensal de até R$1.395,00. Uma nova regra permite, ainda, a aquisição de imóveis, por meio do programa, nas áreas em processo de desapropriação, em operações de urbanização de favelas e assentamentos precários. Nesses casos, é possível a aquisição e cessão dos direitos de posse. Ao final do processo de desapropriação, o direito de propriedade do imóvel será transferido às famílias beneficiárias. Para aderir ao programa, as famílias que se encaixam nas regras do Minha Casa Minha Vida 2 e que tiverem interesse em adquirir um imóvel devem procurar a Prefeitura Municipal. A partir dessa manifestação, as famílias são inseridas em um cadastro nacional. Se selecionadas, são chamadas pela Caixa Econômica Federal para a assinatura de contrato.[26]

---

26 Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/minha-casa-minha-vida-2--tem-novas-regras-e-prioriza-populacao-de-baixa-renda/, de 12/05/2011>. Acesso em: 7 jul. 2014.

O programa, na área urbana, é dividido por três faixas de renda mensal com formatos e taxas diferentes de acordo com a faixa de renda comprovada pelo candidato: até R$1.600,00 (faixa 1), até R$3.100,00 (faixa 2) e até R$5 mil (faixa 3).[27] Além da construção das unidades habitacionais propriamente ditas (Minha Casa Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários.[28]

A forma de introdução dos conjuntos habitacionais provenientes de recursos desse programa vem sendo alvo de muita discussão entre os arquitetos, urbanistas, geógrafos e economistas do país, sobretudo porque, assim como na década de 1960, tais conjuntos continuam sendo construídos em áreas distantes, com casas ainda menores. A crítica insiste em que, novamente, o problema habitacional brasileiro vem sendo tratado como mera produção de casas, sem um planejamento que combine localização, infraestrutura e padrão de moradia.

A localização do Vista do Vale confirma esse aspecto criticado, mas é exemplar da estratégica compensação do tamanho pequeno e da localização distante com atrativos, típica desses empreendimentos lançados por grandes incorporadoras. Entre os atrativos estão: muro externo, portaria, quadra poliesportiva, área para churrasqueira, piscina infantil e de adulto e salão de festas, que são destacados na propaganda veiculada no site da PDG por meio de imagens ilustrativas que apresentam cada ambiente, chamadas significativamente de "perspectiva artística".[29]

Outra diferença em relação aos casos introduzidos anteriormente é que há no regulamento do Programa Minha Casa Minha Vida restrições quanto ao número de unidades habitacionais, visando evitar a tendência de grandes aglomerações. No Condomínio Vista do Vale identificamos a estratégia adotada pela incorporadora PDG para

---

27 Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R$15 mil (faixa 1), até R$30 mil (faixa 2) e até R$60 mil (faixa 3).

28 Disponível em: <http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 7 jul. 2014.

29 Com base no caso do Condomínio Vista do Vale, o papel da publicidade na venda do "sonho da casa própria" é discutido no Capítulo 2.

contornar essa restrição, pela segmentação de uma área contígua em três, chamadas de Vale do Café, Vale do Ribeira e Vale dos Reis, com duzentas unidades habitacionais cada. Assim, ultrapassou o limite de quinhentas unidades por empreendimento, obtendo um máximo aproveitamento das áreas, reduzindo custos e, consequentemente, obtendo maior lucro, a partir da estandardização da produção, como analisam Cardoso e Aragão (2013, p.54-5).

> Por estarem trabalhando com valores preestabelecidos como limites para o preço final de seus produtos, as construtoras de maior porte certamente buscarão reduzir os custos de construção através de ganhos de produtividade. No entanto, esses eventuais ganhos, obtidos através de investimentos em racionalização da construção, serão apropriados como lucros e não transformados em benefícios ao comprador, pela redução do custo dos imóveis ou pela melhoria da sua qualidade e dimensionamento. Por outro lado, para poder viabilizar a racionalização do processo produtivo, será necessário ampliar a escala dos empreendimentos e também investir na estandardização. [...] Para enfrentar esse problema, a regulamentação do programa propunha um limite de 500 unidades por empreendimento. No entanto, os empreendedores resolveram facilmente esse problema ao subdividir os megaempreendimentos, aprovando projetos em terrenos contíguos, mas com as mesmas tipologias arquitetônicas, soluções construtivas e implantação nos terrenos.

Reiteramos que o subsídio federal para a produção de unidades habitacionais pelo mercado acaba por possibilitar a reprodução do velho modelo de solução do problema habitacional, com a mera construção de casas, sem um efetivo planejamento urbano que leve em conta as necessidades cotidianas da população. Como forma de fundamentar esse debate, dedicamo-nos ao tema das políticas habitacionais no capítulo que segue, partindo da construção de megaconjuntos habitacionais do CDHU para chegar às iniciativas privadas fechadas destinadas a segmentos populares, com a construção de condomínios fechados de baixo e médio padrão, procurando refletir como isso afeta, ou não, o sentido da casa própria.

2
Os sentidos da casa própria

As políticas habitacionais

Considerando a importância da habitação para os diversos âmbitos da vida e tendo em vista que sua localização e distribuição, entre os diferentes segmentos sociais, influencia nos demais espaços urbanos, nosso objetivo é buscar os diversos significados que esta assume, tanto na escala de quem a habita quanto na escala geral, no plano das políticas habitacionais e de quem as financia. Para isso, o regimento e a influência do atual programa habitacional Minha Casa Minha Vida para a aquisição desse bem são priorizados na análise.

O consumo da habitação é um aspecto da questão social mais ampla, do quadro de distribuição de renda e dos significados e valores associados a ela. Possui um componente simbólico: é o ser social do seu proprietário; é também um investimento, quer seja como um bem de consumo, como uma poupança não financeira ou, ainda, como uma herança transmissível (Bourdieu, 2000). É um bem com valor de uso (dar abrigo, fixação, atender à necessidade de subsistência) e valor de troca, é uma mercadoria, tem um preço. "Esse bem, na medida em que se transforma em algo permutável por outro valor equivalente, é um valor de troca, uma mercadoria" (Véras; Bonduki, 1986, p.42). Porém, não é uma mercadoria como outra qualquer. É

cara, e sua comercialização depende, muitas vezes, de financiamento em longo prazo. Por um lado, morar em algum lugar é uma necessidade básica, por outro, esse bem representa parcela significativa do setor de construção civil.

A compra da casa, portanto, é "em simultâneo, um investimento econômico – ou, pelo menos, uma forma de entesouramento, enquanto elemento de um patrimônio durável e transmissível – e um investimento social, na medida em que encerra uma aposta no futuro ou, mais exactamente um projeto de reprodução biológica e social" (Bourdieu, 2000, p.39).

Durante os anos 1930, "os promotores da modernização do Brasil propunham a propriedade da residência como forma de 'racionalizar' os trabalhadores em torno dos valores da propriedade e da moradia unifamiliar", permitindo que esses trabalhadores, ao economizar parte da renda gasta com o pagamento de aluguéis, fomentassem a produção industrial, "criando um mercado de consumo de massa, disciplinando as classes perigosas e produzindo trabalhadores mais qualificados e ajustados" (Holston, 2013, p.212-3).

Levando-se em conta a diversificada bibliografia sobre as políticas habitacionais no Brasil, procuramos fazer uma breve retomada dos principais objetivos da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH),[1] o qual era integrado ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH), durante o Governo Militar, para então caracterizar o Minha Casa Minha Vida, buscando identificar mudanças e permanências.

---

1 Embora tenha havido, em 1946, a institucionalização da primeira agência de nível nacional voltada exclusivamente para a construção de casas populares para as classes de baixa renda – a Fundação da Casa Popular (FCP) –, optamos por expor brevemente o papel do Banco Nacional da Habitação (BNH). A escolha se deve ao fato de tal banco ter feito parte da primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional de abrangência nacional com objetivos e metas definidos, fontes de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento, com a edição da Lei n. 4.380/64, na qual instituiu o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o Banco Nacional da Habitação – BNH e a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, entre outras medidas (Caixa, 2011).

A criação do BNH tinha como objetivo principal reduzir o déficit habitacional, então influenciado pelo elevado nível de desemprego e pela queda da renda. O setor imobiliário seria mobilizado para, por meio da suposta multiplicação de renda e emprego da construção civil, minorar os efeitos desta crise (Smolka, 1987). Além disso, sua criação está inserida em um contexto de crise política e econômica, com a qual se defrontava o "novo regime" instaurado com o golpe militar de 1964. Além da crise no setor imobiliário, o período é marcado pela contenção das massas, vistas como focos de tensão, sendo desse modo o "sonho da casa própria" também uma ferramenta de cunho ideológico. "[...] nesse projeto, igualmente encontrava-se implícita a ideia de que a casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em 'aliado da ordem'" (Azevedo, 1988, p.109).

No entanto, a atuação política do BNH foi mais voltada para a geração de mão de obra do que para a atuação social, uma vez que os conjuntos habitacionais não atenderam às populações para os quais foram previstos, pois "o saldo quantitativo de oferta de habitação [continuou] irrisório para o mercado popular, ante a demanda de moradias por parte de classes de mais baixa renda" (Véras; Bonduki, 1986, p.45). Esse programa financiou as edificações de luxo, estimulando o mercado superior. Com isso, as residências destinadas às famílias de menor renda tinham carência de "infraestrutura, seja no que tange às deficiências de construção envolvendo aspectos como qualidade do material utilizado, limitações do projeto arquitetônico" ou ainda, quanto "à localização dos conjuntos que oneram excessivamente a força de trabalho nos seus deslocamentos diários" (ibidem, p.45).

Com a crise econômica iniciada no final dos anos 1970, houve um aumento da inflação e do desemprego e queda dos níveis salariais, gerando um forte desequilíbrio no SFH em decorrência das seguidas alterações nas regras de correção monetária, dentre outros fatores. Tal cenário resultou na extinção do BNH, pelo Decreto-Lei 2.291/86 (novembro de 1986), cujas funções foram redistribuídas por vários órgãos de governo. Coube à Caixa Econômica Federal a

administração do passivo, do ativo, do pessoal e dos bens do BNH, bem como a operação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assumindo desde então a condição de maior executor das políticas habitacionais do Governo Federal (Caixa, 2011).

De 1986 a 2002, houve ausência de um projeto habitacional por iniciativa direta do Governo Federal. A partir do governo FHC (1995-2002), introduziram-se, claramente, princípios de mercado na provisão da habitação. Além de procurar ampliar a participação do setor privado, o novo "paradigma" previa a descentralização da alocação dos recursos federais e a introdução de uma política de crédito para o mutuário final (Shimbo, 2010, p.66). Assim, o setor privado ocupou essa lacuna provendo habitação para o segmento de maior renda.

Considerados os aspectos mais gerais da política habitacional brasileira,[2] realizamos um esforço em apontar as principais características e pressupostos do atual programa habitacional do Governo Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, em função da importância que tem para a compreensão dos significados que a habitação assume.

Ao chegar à Presidência da República, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva propôs mudanças no sistema habitacional, como a criação do Plano Nacional de Habitação, que se constituía no primeiro plano destinado a habitação desde a falência do BNH, gerido pelo recém-criado Ministério das Cidades. Dentro desse plano, criou o Sistema Nacional de Habitação (SNH), que estabelecia as bases do desenho institucional da política. Entre os planos estava a participação do setor privado no atendimento da população com renda superior a cinco salários mínimos e a criação de subsistemas. O primeiro subsistema seria o de Habitação de Interesse Social (subsídio à população de menor renda), e o segundo, o subsistema de Habitação de Mercado,

2 A despeito da importância da Fundação Casa Popular e do Banco Nacional da Habitação para a política habitacional brasileira e da vasta bibliografia sobre tais programas (Valladares, 1983; Véras e Bonduki,1986; Rolnik, 1997; 2010; Maricato, 1987; Shimbo, 2010), optamos por centrar nossa análise no atual Programa Minha Casa Minha Vida, em função dos objetivos do livro.

que tinha como objetivo incluir novos agentes, facilitando a promoção imobiliária.

Entre 2005 e 2008 foram criados novos programas,[3] sobretudo aqueles que movimentavam o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e eram destinados à população com até três salários mínimos de renda mensal. Porém, os programas que obtiveram recursos provenientes do FGTS, em sua maioria, podiam ser acessados por famílias com renda acima de três salários mínimos, chegando até doze desses salários. Esse subsistema acabou sendo acessado pelo mercado imobiliário a taxas de juros inferiores aos construtores na produção de residências para as camadas com faixa de renda superior a três salários mínimos (ibidem).

Em 2009, foi lançado o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida, "apresentado como uma das principais ações do governo em reação à crise econômica internacional e também como uma política social de grande escala" (ibidem, p.93). A partir do subsídio de unidades habitacionais, crédito para aquisição de habitações e ainda redução de juros, o objetivo do programa é "impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção", como constatam Cardoso e Aragão (2013, p.35).

> Em 2008, o mundo submergiu em uma profunda crise econômica que teve início nos Estados Unidos a partir dos problemas sistêmicos financeiros provocados pela crise dos mercados secundários de títulos lastreados em hipotecas, envolvendo os chamados *subprimes.* [...] A reação do governo brasileiro à crise internacional foi rápida, adotando medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio

3 Entre as atividades dos novos programas, estão: construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, aquisição de unidades habitacionais usadas ou de lotes urbanizados, conclusão, reforma ou melhoria das unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados, requalificação de imóveis, assistência técnica. Um quadro, com os produtos, programas/ações e fontes, pode ser consultado em Shimbo (2010, p.79).

> aos setores em dificuldades. [...] Em março de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM), o governo anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O programa está dividido em três modalidades. O Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que "tem como objetivo subsidiar a produção e compra de imóvel para os segmentos populacionais com renda familiar mensal de até 10 salários mínimos" (Rolnik et al., 2010, p.27); o Programa Habitação Popular – Entidades, que "consiste no financiamento às famílias com renda de até 3 salários mínimos, organizadas por entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações, etc.)" (ibidem, p.32), e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que

> consiste no financiamento aos agricultores familiares, organizados de forma associativa por entidades sem fins lucrativos ligadas ao meio rural (Cooperativas, Associações, etc.) ou às famílias de agricultores familiares com renda bruta anual de até R$ 10.000,00 [...] contemplando subsídio, assistência técnica e trabalho técnico social (ibidem, p.33).

As habitações para famílias com renda de até três salários mínimos contemplam a aquisição de empreendimentos na planta, pelo fundo especialmente criado pelo pacote, com subsídios entre 60% e 90% do valor do imóvel. Os empreendimentos precisam seguir as duas tipologias predefinidas pela Caixa Econômica Federal, quais sejam: casa térrea (com 35 m²) ou apartamento (42 m²). A primeira fase desse programa se propôs a construir 1 milhão de moradias, distribuídas de acordo com o déficit habitacional do país.

A presidente Dilma Rousseff[4] deu continuidade ao programa, e no discurso de entrega de unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida, apontou "a necessidade de transformar

4 Seu mandato iniciou-se em janeiro de 2011.

o Brasil em um país de proprietários", possibilitando, a partir da aquisição/venda de moradias, aumentar a oferta de empregos na construção civil, impactando positivamente a economia.

> E por que nós criamos esse programa? Porque nós achamos que essas construções aqui [...] são importantes para transformar o Brasil, e você transforma por vários motivos. Você transforma porque é fundamental que as famílias brasileiras tenham onde morar, primeiro motivo. Segundo motivo, esse tipo de obra, ele vai requerer que se contrate trabalhadores. Esses trabalhadores vão aumentar sua renda, vão ter um emprego com carteira assinada e vai melhorar também a vida dos trabalhadores. Muitos deles, inclusive, acabarão por conseguir também uma casa do Minha Casa Minha Vida. E o terceiro motivo soma esses dois. O Brasil com isso melhora junto, porque o que é o Brasil se não a vida de cada um de nós, de cada um de vocês, a melhoria de vida de cada brasileiro e de cada brasileira.[5]

Com base nos discursos que proferiu em cerimônias de entrega das habitações, observamos que, no plano federal, o Programa Minha Casa Minha Vida deve servir como base para o impulso da economia, por meio do aumento de ofertas de emprego no setor da construção civil, e também como discurso político e ideológico de um Brasil que avança com a "melhoria de vida de cada brasileiro". Em outro discurso da presidente[6] (parcialmente transcrito a seguir), três

---

5 Discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega de casas do Programa Minha Casa Minha Vida em Cuiabá. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta>. Acesso em: 29 abr. 2014.

6 Discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega de 1.438 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida dos conjuntos residenciais Londres, Califórnia I e II e Jardim Itapoá, e entrega de 42 retroescavadeiras. Publicado em 16 jun. 2013 pelo Portal do Planalto. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-de-1.438-unidades-habitacionais-do-programa-minha-casa-minha-vida-dos-conjuntos-residenciais-londres-

aspectos nos chamaram a atenção: 1. a concepção de que a casa própria vai além da edificação; 2. a valorização da presença de infraestrutura básica na entrega das casas, que pode ser interpretada como reconhecimento do direito à cidade, ainda que de modo restrito; e 3. uma referência à necessidade de mediação entre mercado imobiliário e classes populares, realizada pelo Estado, embora as empresas sejam gestoras do financiamento de casas populares.

> [...] porque uma casa não é uma soma de tijolos, não é uma soma de telhado, não é uma soma de ferro, tampouco de alumínio. Uma casa é aquele lugar que nós buscamos, primeiro, como refúgio, depois, como conforto. Como conforto, mas um conforto especial. Casa rima com família. Família rima com amor, com afeto, rima com todo o carinho que envolve, na nossa sociedade, a construção de um ambiente para crianças e jovens se desenvolverem. Por isso, é um sonho realizar o sonho da casa própria. Mas é aquele sonho real, é aquele sonho que vira realidade quando a gente consegue realizar isso que nós estamos realizando aqui hoje. [...] como eu disse, nós sabemos que, além das casas, aqui no entorno tem infraestrutura também, tem infraestrutura urbana [...] porque durante mais de 30 anos, neste país, não se investiu em habitação popular. E se vocês me perguntarem por que não se investia em habitação popular, eu direi a vocês que era pelo seguinte: a conta não fechava. E por que a conta não fechava? A conta não fechava porque queriam que as pessoas fossem no mercado, no chamado "mercado", e comprassem uma casa que, em média, custa entre 40, 50 mil reais, que comprassem, ganhando até um salário mínimo, ou dois salários mínimos.

Destacamos que o primeiro e o terceiro aspecto do discurso contrastam com a realidade por nós pesquisada, em específico, no caso dos condomínios Terra Nova São Carlos (em São Carlos) e Vista do Vale (em Presidente Prudente), que possuem casas entregues pelo

-california-i-e-ii-e-jardim-itapoa-e-entrega-de-42-retroescavadeiras>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Programa Minha Casa Minha Vida. Em relação ao primeiro aspecto, percebemos que o reconhecimento de que a casa própria tem outros significados, para além da edificação, ocorre no plano do discurso, mas entra em xeque quando confrontado com a realidade constatada nas visitas a tais condomínios e com as entrevistas com seus moradores. Vera, moradora do Condomínio Terra Nova São Carlos, relatou-nos problemas cotidianos decorrentes da impossibilidade de a casa ser ampliada, devido ao quintal pequeno e às regras do condomínio, entre as quais a manutenção da padronização da fachada. Além disso, falou dos problemas relacionados à extrema proximidade das casas.

> Todas [as casas] têm um corredorzinho só, fininho. Quando chove, é um horror de terra que desce. A grama, quando chove, pisa e vem tudo pra dentro. As pessoas falam "Deixa a grama", mas num sabe o que você sua pra limpar, porque tem barro, de lá vem barro... Molhou, o barro está no pé, vem aqui. Então não adianta você falar "Vou deixar um quintalzinho com gramado", a não ser que você não pise lá e não use a grama... Se você mora numa casa de quintal pequeno, como você vai ter acesso ao varal, à criação, se você não pode pisar quando chove? [...] quando chove, chove nessa porta, de frente é logo ali [...] Porque é duro você morar assim... Abre a porta e aqui já dá direto pra chuva... Então eu precisava de quintal? Precisava. Gosto desse quintal? Gosto, mas só que não dá pra morar desse jeito. Se chove você não tem pra onde ir, não tem pra onde sair, pra onde secar roupa, não tem pra guardar nada [...] os quartos pra dormir são bastante juntos, a minha [janela] desse quarto é junto com a delas [vizinhas], a minha [parede] do quarto da frente é junto com a da outra... [Chega a incomodar?] Ela não, mas se a Juliana estiver com crise de tosse, a outra que dorme do lado dela pode escutar possivelmente... Pela janela, não pelas paredes. Eu fico até meia-noite no computador, a Juliana fala comigo: "Vai pra cama". Ela responde de lá e eu respondo daqui. Eu falo que ela está incomodando a outra que está dormindo aqui do lado, depois das onze... E eu fico pensando, a gente não pode ficar gritando, aqui tem isso. Eu escuto pela porta, mas ela [a vizinha] está entrando com namorado, às eu vezes eu estou

> entrando com ele [marido], a Juliana [filha] está entrando, a gente se vê na porta, não tem jeito. [Você acha que as residências são muito próximas umas das outras?] De certa forma incomoda sim... Olha eu tenho uma calopsita [pássaro], ela chegou esses dias, ela é uma filhote, porque eu queria muito, ela grita demais... Ela está quieta, ela está ali, mas se você sair daqui e ela se sentir sozinha, ou acabar a comidinha dela... Eu escutei a moça que dorme [a vizinha], que trabalha de noite e dorme de dia, "Xiiii" ali na janela... Isso incomoda ela? Incomoda ela, me incomoda... Eu tenho medo de incomodar as pessoas. [...] Então assim, morar de parede incomoda? Incomoda. Hoje eu tenho que levar a bichinha embora [a calopsita], porque eu vou entrar na Santa Casa na segunda-feira agora, como que eu vou ficar lá sabendo que ele dorme de dia, e o bicho está gritando, zunindo a quem dorme de dia. Incomoda. (Vera 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

A falta de privacidade, decorrente da extrema proximidade entre as casas, e a impossibilidade de aumentar as residências foram comentadas também por Marisa, residente no mesmo condomínio.

> [Você acha que as residências são muito próximas umas das outras?] Ah, isso eu acho. [Isso te incomoda ou é normal?] Me incomoda. Por exemplo, as casas que faziam antes, tipo Santa Felícia, Maristela, Fagá, que são bairros daqui... Tinha [espaço]... No corredor tinha [espaço]... Hoje, as de hoje, não têm, elas são encostadas. Elas não têm isso aqui [explicando com a mão], elas têm um pedaço na frente de terreno, e um pedacinho atrás, então elas não têm o corredor dos lados, mesmo que tem esse negócio de eco e tudo, mas é uma grudada na outra [Fez o barulho na mesa] [Dá pra ouvir do lado?] Não, mas se você... [pensando] Por exemplo: [rindo] meu vizinho faz pum todo dia de manhã e eu ouço [rindo]. Mas por quê? Porque é janela com janela. Então... [barulho de pum]... [risos]. Todo dia de manhã eu ouço! Terrível! (Marisa, 49 anos, podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

A tipologia das habitações entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida é baseada em um único perfil de morador (família nuclear), embora indicadores recentes apontem para alterações importantes, que não dizem respeito apenas a redução de filhos, mas também ao aumento do número de famílias com outros perfis, como as chefiadas por mulheres, as compostas de membros com graus variados de parentesco e ligação, e ainda a existência de consideráveis disparidades, de acordo com a região do país, por exemplo. A proibição de se alterar a divisão dos cômodos agrava os problemas decorrentes das inadequações frequentes.

Outro aspecto do discurso da presidente que deve ser problematizado é a menção ao mercado, ou melhor, a mediação exercida pelo Estado entre o mercado e os brasileiros pobres, uma vez que, no atual programa, o mercado define para qual segmento de renda vai construir, tanto que privilegia o segmento de três a seis salários mínimos. A preferência pela tipologia fechada também é do mercado e deve-se, segundo nossa interpretação, a dois motivos principais: a possibilidade de agregar valor a tais imóveis (o que é amplamente explorado pelo marketing) e o máximo aproveitamento dos lotes, com vias estreitas, casas sem recuo lateral, gerando, consequentemente, maior lucratividade, mas, simultaneamente, maior desconforto aos seus moradores, como as entrevistas revelam.

Embora o Governo Lula tivesse interesse político e econômico em atingir a base da pirâmide, ou seja, as famílias que ganham entre zero e três salários mínimos,[7] e o Governo Dilma também, os agentes privados privilegiaram o segmento "mercado popular" (famílias com renda entre três a dez salários mínimos), devido à possibilidade de maiores ganhos econômicos. Há dependência "do mercado para implementar uma política social, pois o sucateamento dos órgãos públicos, das secretarias de habitação e das Cohabs, além

---

7 Não desconsideramos a importância de o Programa Minha Casa Minha Vida incluir a possibilidade de construção de moradias para as camadas de mais baixa renda, visto que as principais críticas quanto à atuação do BNH foi o fato de esse segmento não ter sido priorizado. O que pretendemos é identificar os limites dessa possibilidade.

de questões ideológicas, impedem uma ação dirigida predominantemente pelo Estado", como revelam Fix e Arantes (2009):[8]

> O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total (dados da Fundação João Pinheiro para o ano 2000), mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. [...] essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. No caso do déficit rural, [...] a porcentagem de atendimento é pífia, 3% do total necessário.

Além da citada preferência pelo segmento de renda média, outra decorrência do papel exercido pelo mercado diz respeito à localização das moradias. Em função do emprego do mesmo critério de maximização dos lucros, novamente a população de menor renda é expulsa para a periferia da cidade. Durante a atuação do BNH, a ausência de política fundiária que regulasse a supervalorização de áreas foi uma das determinantes para a construção de conjuntos habitacionais em áreas cada vez mais distantes. Atualmente há mecanismos jurídicos que, se aplicados, são capazes de ordenar o planejamento urbano. A Constituição Federal de 1988 é, sem dúvida, um marco nesse processo, por introduzir o conceito de função social da cidade e da propriedade, além do Estatuto da Cidade e do próprio Plano Diretor, que, por meio de seus instrumentos urbanísticos, podem ampliar o acesso às áreas bem localizadas para produção de moradia. Mas, a despeito desses mecanismos jurídicos, a prática da introdução de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas continua a vigorar no Brasil, como revelam Cardoso e Aragão (2013, p.47-54):

---

8 Retirado de Fix e Arantes. "Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida." Correio da Cidadania. 2009. Disponível em: <http://correiodacidadania.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

> Um dos consensos referentes à crítica à experiência do BNH foi exatamente a ausência de mecanismos de política fundiária que permitissem evitar que os recursos disponibilizados para o financiamento habitacional gerassem uma pressão de demanda sobre a terra, aumentando consequentemente o preço dos imóveis produzidos numa escalada ascendente, o que acabaria por inviabilizar a produção de novas moradias. [...] a tendência será sempre que os novos empreendimentos se viabilizem a partir da dinâmica de mercado, buscando as terras mais baratas, que são aquelas mais distantes das centralidades urbanas e com maior precariedade de infraestrutura. Um dos problemas anunciados pela própria estrutura institucional e operacional do programa será, portanto, a questão da localização dos novos empreendimentos. [...] Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. [...] a utilização dos terrenos mais baratos reverterá como ampliação das margens de lucro e não como redução do preço final. Mas essa estratégia de valorização do capital tem como consequência um aumento do "custo" social final do empreendimento, já que os adquirentes terão que arcar com maiores despesas de transportes e com problemas de infraestrutura no entorno, "pagando" então pelo lucro das construtoras e reafirmando o modelo da espoliação urbana que caracteriza o processo de urbanização brasileiro historicamente.

A prioridade aos interesses das empresas construtoras revela-se tanto na operacionalização do pacote como no volume de recursos destinados. Segundo Arantes e Fix (2009), 97% do subsídio público disponibilizado, com recursos da União e do FGTS, são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos (como cooperativas e movimentos sociais).

Em discurso proferido no lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida 2, Paulo Safady Simão[9] é claro em relação à satisfação do mercado imobiliário quando afirma que "o Governo soube encontrar, a um só tempo, um caminho para equacionar – em alguns anos – o grave déficit habitacional brasileiro e um conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a crise financeira que o mundo vivia".

Porém, Nascimento e Tostes (2011), ao analisarem o estoque e a distribuição de moradias no país, constataram que, apesar de o Brasil ter um estoque de 6 milhões de domicílios vagos, o déficit entre as famílias que recebem até três salários mínimos (SM), que é de 5.607.745, poderá ser reduzido em apenas 7,13%, enquanto que em relação às que recebem de três a dez salários mínimos, o déficit poderá ser reduzido em 99,63%, chegando às seguintes conclusões: "essa estatística revela não só má distribuição das moradias, em razão da atuação dos agentes do mercado privado, mas também o baixo poder aquisitivo dos pobres no acesso ao estoque habitacional adequado".

Com base na bibliografia discutida, compreendemos que o Programa Minha Casa Minha Vida, ao constituir-se como uma medida anticíclica, com o estímulo ao mercado da construção civil, vem tornando-se muito mais uma política imobiliária do que habitacional. É preciso superar a execução de política habitacional como a mera construção de casas. Deve-se também levar em consideração a localização, a relação entre a forma da habitação e a tipologia das famílias que lá irão residir, a acessibilidade aos equipamentos coletivos e espaços públicos, além da infraestrutura e o acesso para as famílias que recebem até três salários mínimos, em relação às quais há a concentração do déficit habitacional. É preciso, portanto, reconhecer a vinculação necessária entre o direito à habitação e o direito à cidade.

Mas o que se vê novamente é o problema habitacional brasileiro sendo tratado como mera produção de casas, sem um planejamento

---

9 Paulo Safady Simão foi presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – (CBIC) de 2011 a 2014. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/discurso/lancamento-do-minha-casa-minha-vida-2>. Acesso em: 2 maio 2014.

que harmonize localização, infraestrutura e padrão de moradia. Se não houver um planejamento coerente, com a instalação das habitações em lugares adequados, o que ocorrerá "é uma condição de deseconomia e de insustentabilidade, que no mínimo gera muitas viagens. O contrário do que o urbanismo atualmente preconiza" (Maricato, 2009, p.63).

Cardoso e Aragão (2012, p.44) sintetizam em oito pontos as críticas realizadas por diversos especialistas quanto ao atual programa:

> (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescentamos ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado.

Se antes havia a atuação do BNH como banco de primeira linha, atualmente há uma privatização da produção de moradias, ficando o mercado no controle da produção destas, com uma posição confortável, em função dos juros baixos no financiamento de casas, com perda zero, pois o mutuário paga o financiamento diretamente para a Caixa Econômica Federal (CEF), além de o mercado obter lucro na venda das residências.

Com base nesse debate que ainda está em curso, o que é importante pontuar é que o problema da política habitacional brasileira, desde o BNH, é o fato de ela ser pensada em termos de acesso a crédito e financiamento, isto é, dar condições para as pessoas adquirirem no mercado a mercadoria habitação, sem haver um planejamento de outros fatores, como a distância da malha urbana compactada, infraestrutura, padrão de moradia, entre outros. Em outros termos, sem que se reconheça, na prática, que os sentidos da moradia vão

além de sua edificação, conforme reconhecido, no nível do discurso, pela presidente Dilma.

Outra perspectiva interessante para a compreensão dos sentidos da casa própria é proposta por Holston (2013), que identifica um deslocamento da "luta de classes" para a "luta pela cidade" como eixo principal do processo a partir do qual as classes trabalhadoras foram reconhecidas como cidadãs no Brasil. A partir dessa premissa, duas ideias discutidas pelo autor são importantes para este livro. Primeiro, ele considera que, na eleição de 2002,

> Lula representava esse Brasil dos trabalhadores exatamente por vir de periferias "autoconstruídas"... Em outras palavras, Lula representava não apenas a autoformação individual de uma São Paulo imigrante e industriosa. Ele exemplifica também as experiências coletivas de formação de periferias urbanas e de uma cidadania decorrente em todo o Brasil. (ibidem, p.25)

Em função de sua própria experiência, Lula enfatizou, desde o início de sua carreira, a importância do consumo para as classes trabalhadoras, em sua relação direta com "o projeto de construção e montagem de uma casa própria no qual o trabalhador pobre tem se empenhado desde a década de 1960" (ibidem, p.26).

A segunda ideia refere-se às mudanças, objetivas e subjetivas, decorrentes desse acesso ao consumo.

> Quando passaram a construir e montar suas casas, as classes trabalhadoras assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores de vida urbana. Suas casas se tornaram textos legíveis que atestam essa mudança, performances arquitetônicas tanto da aquisição de bens individuais e da competição por status como do drama coletivo de produzir as próprias periferias ao se apropriar e transformar o solo mesmo da cidade. Na condição de construtores de cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e sua sociedade. (ibidem, p.26-7)

Além da proximidade em relação às preocupações com o "direito à cidade" e ao reconhecimento de que o espaço, especialmente os espaços periféricos, transforma seus moradores, ao mesmo tempo em que é transformado por eles, as ideias propostas pelo autor nos possibilitam identificar uma dimensão política nas falas de alguns de nossos entrevistados, mesmo quando se referem às banalidades do seu cotidiano, como é o caso de Vera.

> *Quer dizer que nós não somos ninguém?* Quem não tem carro não sai daqui... Não sai... Tem um [ônibus], hora ímpar... De sábado e domingo eles põe um hora sim, e outro hora não... Depois das duas de sábado, aí continua até amanhã cedo... A cada duas horas... [...] Eu acho super difícil, eu falei com ele [vereador], e ele, daí, como é época de eleição, "Está corrido e ninguém pode fazer nada, a gente vai tentar mexer depois que passar a eleição", independente se ele entrar ou não. Ele botou um ônibus grande, mas não foi esse que eu pedi pra ele. Eu queria que ele colocasse uma outra linha a cada meia hora, não os dois juntos, esse ônibus passa aqui... Nós somos em 1.200 famílias, sem a inauguração dos novos, 660 [casas] no Moradas [Condomínio] e 440 [casas] aqui, uma coisa assim..., nem todo mundo tem carro aqui no Moradas, o pessoal mais simples. A gente ainda tem, mas a minha filha não pega o carro... O carro mesmo é só pra uso no supermercado, pagar uma conta, ir ao banco... (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos) (destaque nosso).

Levando-se em conta as relações necessárias entre tempo e espaço, perguntamo-nos o que mudou desde os anos 1960, o que diferencia as periferias metropolitanas pesquisadas por Holston daquelas de Presidente Prudente e São Carlos, e identificamos muitos elementos presentes neste livro que contribuem para a resposta a tais perguntas, ainda que esse não tenha sido nosso foco principal. Mas consideramos que a confrontação das ideias propostas por Holston (2013) com as políticas habitacionais atuais que discutimos e, especialmente, com a presença recente dos condomínios horizontais

populares fechados nas periferias dessas duas cidades médias nos ajuda a identificar sentidos políticos da casa própria também nesses espaços. Nesse sentido, trata-se de mais uma semelhança, ou continuidade, entre intra e extramuros, uma vez que a referência subliminar ao direito à cidade é evidente na sugestiva fala da entrevistada Vera, mencionada anteriormente.[10]

A padronização das casas construídas pelas incorporadoras, sob a forma condominial fechada, é discutida, no próximo tópico, com base nos casos pesquisados, buscando elucidar os principais problemas de tal modelo, a partir das entrevistas realizadas com seus moradores.

Os condomínios horizontais populares fechados

De acordo com o roteiro de entrevista que elaboramos, depois de traçar um perfil de nossos entrevistados (idade, profissão, local anterior de residência...), a primeira pergunta era sempre essa: Por que morar em condomínio fechado? E a resposta, na maioria das vezes, apontava no mesmo sentido: "pela facilidade em adquiri-la" (Fernanda e Rodrigo, 24 anos, podóloga e eletrônico, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos); "a gente queria uma casa mesmo. A gente não tinha, precisava de casa" (Joana e Raimundo, dona de casa e aposentado, 42 e 54 anos, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente); "porque eu fiz inscrição de casa, eu falei assim: independentemente do lugar que for mais barato, que der, por causa da renda, eu vou. Então eu não fiz escolha de lugar" (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente); "porque saiu a casa. Nós pagávamos aluguel. Então nós viemos pra cá. Saiu e nós viemos pra cá" (Ailton e Helena, 38 anos, mecânico e

10 Trata-se também de uma diferença marcante em relação aos espaços residenciais fechados de classe média e alta, inclusive daqueles presentes nas mesmas cidades médias, estudados por Sposito e Góes (2013), nos quais o desinteresse pela cidade chamou a atenção. Ou seja, a dimensão política tem, nesses casos, outro conteúdo e outros desdobramentos.

dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente), "essa escolha foi... Não foi escolha minha. Foi porque apareceu a oportunidade e eu vim pra cá" (José, 44 anos, metalúrgico, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos).

Como se pode observar, a opção deveu-se, na maioria dos casos, a uma possibilidade de sair do aluguel e adquirir a casa própria. A facilidade no financiamento por meio de programas governamentais, (como o Minha Casa Minha Vida ou mesmo o Programa de Arrendamento Residencial – PAR) é um fator central nessa escolha que não valorizava o fato de o imóvel estar em um condomínio fechado.

> Na realidade não foi nem escolha, assim, apareceu foi justamente a oportunidade que apareceu. E eu também nem imaginava que ia acontecer [...] Não foi nem assim uma escolha, ah!, eu quero uma casa dentro de num condomínio, não. Caiu justo. Sem planejamento. (Renato, 40 anos, analista de planejamento, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

> Na verdade não foi escolha, opção, condomínio ou... É que eu era funcionária da Tecumseh, agora sou aposentada. Na época eu estava querendo comprar uma casa, e a assistente social ofereceu. Disse que iam construir 49 casas, e que seriam vendidas só para funcionários, e que eu poderia usar meu fundo de garantia, aí eu fiz a ficha. (Antônia, 56 anos, aposentada, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Em outros casos, embora não tenha sido mencionada imediatamente como fator, a facilidade no financiamento apareceu ao longo da entrevista, como desdobramento de outros assuntos.

> A dificuldade de conseguir financiar uma casa hoje está muito alta. A gente tentou muito lugar antes, a gente só conseguiu pegar essa na planta. A gente procurou outras casas. E porque sempre tem que ter entrada, sempre tem que ter uma grana na mão, e pela

segurança, o lugar. (Lia e Gustavo, 32 e 28 anos, cabeleireira e faturista, Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente)

> Para... No caso, para mais segurança, mas porque a casa aqui estava mais barata do que lá em Ibaté. A casa que a gente morava, era própria, mas não nossa, era do falecido pai dela. [Quando vocês procuraram casa, vocês procuraram em condomínio?] Não necessariamente, a gente procurou o lugar que era mais em conta pra gente. (Silvio, 28 anos, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

As únicas exceções em que o motivo principal não foi a facilidade de adquirir o imóvel relacionam-se aos casos em que já havia acontecido alguma ocorrência de roubo na família ou com alguém próximo. Porém, foram apenas dois casos, ambos em São Carlos, cidade na qual Antônia afirmou não notar diferença entre o condomínio e "a rua" (como se referiu aos espaços residenciais abertos), no que diz respeito à segurança.

> Sinceramente, eu acho que aqui é como se eu tivesse morando numa casa na rua porque mesmo sendo pequeno, fechado, não tem um segurança, porque nem tem como você pagar um vigia pra 49 casas, é onde na hora que se abre um portão para entrar, entra meia dúzia. Pensa bem, à noite, principalmente à noite, eu acho que não tem tanta segurança melhor do que na rua não, é igual. (Antônia, 56 anos, aposentada, moradora do Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Nas entrevistas realizadas em Presidente Prudente, tanto com moradores como com futuros moradores de condomínios horizontais populares fechados, nenhum fato relacionado à violência foi mencionado como motivação para sua opção. Mesmo assim, o fator da segurança foi valorizado: "A gente optou pelo valor da casa e pelo subsídio do governo. Pelo valor e pelo subsídio. Também pela segurança. São três detalhes importantes, eu acho" (Diego, 27 anos, administrador de empresas, Condomínio Vista do Vale, Presidente

Prudente); "Mais pela segurança. Que é melhor assim, que a gente achou seguro. É um lugar bom também que a gente achou pra morar. Mais por causa disso" (Mariana, 22 anos, auxiliar administrativo, Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente); "Mais é a segurança mesmo, também por ele [o marido] trabalhar à noite e eu ficar sozinha." (Lia e Gustavo, 32 e 28 anos, cabeleireira e faturista, Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente)

Mas há opiniões diferentes que se relacionam a práticas socioespaciais também diferentes entre moradores de um mesmo condomínio, como constatamos nas entrevistas e na reunião de condomínio de que participamos no Condomínio Esmeralda. Assim, aqueles que moram mais próximos ao limite do condomínio, separado de um terreno baldio por alambrado, que já tiveram suas casas assaltadas (ou furtadas) são os principais defensores da substituição do alambrado por muros, enquanto aqueles que moravam na parte central declaram-se seguros com o "olho dos vizinhos" e opõem-se aos investimentos necessários para sua construção.[11]

Identificamos nessa polêmica, além das questões decorrentes da baixa renda dos moradores do Condomínio Esmeralda, também a convivência entre práticas espaciais que consideramos tradicionais porque presentes em muitos espaços residenciais abertos, nos quais "cada morador... aufere certo proveito dessa vizinhança, desde que pague o devido preço" e respeita certas regras de convívio que envolvem controles de vizinhança e proporcionam segurança (Prost, 1992, p.116), não isenta de pequenas desvantagens relacionadas às dificuldades de se manter a privacidade desejada, com novas práticas que apostam nos muros e outros equipamentos de segurança, em geral, associados a estratégias mais individuais.

Mas a polêmica sobre a substituição do alambrado por muros no Condomínio Esmeralda envolveu outro aspecto significativo, que coloca em questão as relações entre interior e exterior: a possibilidade de pôr abaixo o alambrado, conforme nos conta a entrevistada,

---

11 Conforme mencionado no Capítulo 1, a solução foi investir em uma cerca viva, plantando sansão-do-campo.

que também menciona os limites da representação social positiva relacionada à residência num condomínio.

> Porque assim, se se diz ser um condomínio deveria ter mais segurança. Mas se essa segurança vai interferir em condição [...] Não tem uma estrutura... Ou então que tirasse tudo, abaixasse essas grades aí, abaixasse tudo então, deixasse ser um bairro normal. Porque aqui não entra ninguém. Não pode. Diz que não pode... Diz que não pode, né? Um vendedor não entra. Tem lá as suas privações. [...] às vezes as pessoas acham que você mora NO [com ênfase] condomínio! Pelo fato de falar condomínio, a pessoa pensa: "Nossa, ela mora num lugar bom. Ela deve ter uma condição boa". E não é nada disso. É um lugar pra pessoa de baixa renda, renda baixa, acho que é isso aí mesmo. E que assim, tem assim algumas coisas, mas poderia mudar, poderia ser um pouquinho melhor... Eu acredito que dá pra ser melhor. (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O casal Raimundo e Joana, moradores do mesmo condomínio, também falou sobre as particularidades negativas de se morar em um espaço residencial fechado, privado, portanto, sem a "ajuda" do poder público:

> **Raimundo:** Essa estrada aí, isso aí pertence à prefeitura. Porque os moradores que moram aqui pra baixo queriam terra pra altear... Porque a terra está derrubando o nosso alambrado. [Será que é por causa daquele córrego ali?] É. Sempre passa trator aí. Então conforme passa o trator, vai tirando a terra do alambrado, e lá na frente caiu. O prejudicado está sendo a gente. Até a administradora já fez a reunião, pra ir à prefeitura ver se a prefeitura resolve isso. Porque aqui é uma coisa particular, ninguém entra aqui dentro. Prefeitura não entra, a gente já procurou ajuda da prefeitura, prefeitura não entra, vereador não faz nada pra gente aqui dentro, nem o prefeito. Não consegue fazer nada aqui dentro, se não for a gente. Se a gente

quiser fazer qualquer coisa aqui, a gente tem que pagar. [Mas aí, como que fica a situação?]

Joana: Como que fica? Que nem a história da água que estourava aqui dentro, a gente teve que pagar um advogado com o dinheiro da gente, pra entrar no Ministério Público, para o Ministério Público lutar pela gente. Foi o que aconteceu. O asfalto, a água, foi tudo que o Ministério Público conseguiu pra gente. Porque prefeitura não entra aqui. A gente paga imposto da casa, e ainda paga imposto dessa área aqui, todinha. Não tem lista telefônica também. Porque o telefone que a gente tem aqui é dessas operadoras novas, que saiu agora. Da Cabonet [internet por fibra ótica] Porque se você ia à Telefônica, eles falavam que não podia mudar, a gente tinha que pagar na época 60 mil. 60 mil!

Raimundo: É.

Joana: Tinha que pagar 60 mil para eles poderem vir instalar aqui. Deixamos pra lá, porque o pessoal achava muito caro. A gente conseguiu a rede de celular. A gente conseguiu essa nova que entrou aqui. Conseguiu colocar esse telefone. Mas é difícil, prefeitura fazer alguma coisa aqui é muito difícil.

Raimundo: É porque ele já está registrado como um condomínio, então, nem que a gente quisesse, a gente pode tirar os alambrados. A gente já conversou isso com... Lá no Ministério Público, e ele já falou que ele foi registrado como condomínio. Então não tem como. Porque já até falou, vamos tirar esse alambrado, mas não pode. [Você acha que pelos moradores tirariam?]

Joana: Muitos moradores aqui tirariam. Muitos tirariam, mas a gente mesmo que mora aqui, a gente acha melhor... Porque isso aí não segura nada, só que inibe muita coisa. Não segura, mas inibe. (Raimundo, 54 anos, aposentado, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Devido ao fato de as residências serem construídas dentro de uma área privada, os moradores têm que pagar por todos os serviços realizados, mesmo aqueles destinados às vias internas do condomínio. Desse modo, as contradições de se residir em um espaço

privado, como o Condomínio Esmeralda, adquirem caráter específico por sua característica popular. Alguns dos problemas decorrentes do próprio processo de privatização em curso nas cidades brasileiras podem ser problematizados com base nos argumentos do casal Ailton e Helena.

> Ainda teve sorte do recapeamento que fez aqui dentro. Que fez ali em cima... [As ruas já vieram asfaltadas, ou vocês tiveram que asfaltar?] **Ailton:** Já veio asfaltada. Um asfalto horrível!
>
> **Helena:** É o asfalto era que nem uma casquinha. Mas quer dizer, não andava na terra, tinha o asfalto. [O recapeamento foi a prefeitura quem fez, ou vocês tiveram que pagar por isso?]
>
> **Ailton:** Foi uma terceirizada.
>
> **Helena:** É! A construtora que tinha feito as casas aqui é quem pagou o recapeamento, porque ela estava devendo pra gente.
>
> **Ailton:** A prefeitura, a Sabesp não entra aqui dentro. Tudo terceirizado. Nem a Caiuá não entra. [Se estourar um cano, a Sabesp não entra?]
>
> **Ailton:** Não. Tem que ligar na imobiliária. A imobiliária vai atrás de um terceirizado, pra fazer o serviço. Porque diz que aqui é particular, não pode. Não é da prefeitura. [E isso não atrapalha um pouco?]
>
> **Ailton:** Atrapalha, atrapalha...
>
> **Helena:** Atrapalha, às vezes... Igual a luz daí da frente, tem vez que não acende. Fica uma, duas semanas sem...
>
> **Ailton:** Cada vez que a coisa da... Vem aí, é 60 reais pra trocar uma lâmpada. 60 reais! [Sai caro...] **Ailton:** Se não sai...
>
> **Helena:** É descontado no condomínio. Todo mundo, cada um paga pouquinho. Porque é no condomínio! Agora mesmo é o portãozinho lá da frente, não sei se você viu. Já arrumou?
>
> **Ailton:** Não, está quebrado ainda!
>
> **Helena:** Está quebrado ainda o portãozinho de lá da frente. Disse que a empresa... Não sei qual empresa que vem arrumar. Já imaginei... Mais dinheiro que vai... Acho que eles quebram pra ver nós pagando, pra aumentar. Pra tirar dinheiro da gente parece!

Ailton: É. Porque aquilo ali é difícil quebrar. (Ailton e Helena, 38 anos, dona de casa e mecânico, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Buscando avançar nessa análise, exploramos a resposta a outra pergunta que demonstra a incorporação do discurso da (in)segurança: "Se essa mesma casa, com as mesmas condições de financiamento, não estivesse num condomínio, fosse sem muros ou grades, você acharia melhor ou pior? Por quê?". Nesse caso, as respostas sempre valorizaram algum aspecto da forma condominial.

Rodrigo: Eu acho que seria pior... É... Acho que... Em alguns pontos seria melhor e alguns pontos seria pior. Seria melhor porque no caso o terreno seria maior do que aqui, porque esse tamanho de terreno é pequeno, é praticamente sua casa mesmo. Pouco espaço.

Fernanda: Souberam utilizar bem os espaços.

Rodrigo: A casa é bem feita e tal, só que o espaço do terreno, quintal, seria bem maior numa casa normal. Só que o problema é que a gente fica o tempo todo fora, então morando num condomínio, ajuda bastante. Então tem pontos positivos e negativos.

Fernanda: Fora a segurança também, porque até você fazer o [muro do] fundo, sua casa também está desprotegida, em alguns casos. (Rodrigo e Fernanda, 24 anos, eletrônico e podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Assim, na opinião dos moradores entrevistados, o tamanho menor dos terrenos no condomínio é compensado pela segurança. Porém, essa questão pode ser relativizada, já que em todos os condomínios – exceto o Vista do Vale, que ainda não possuía moradores até o período de realização das entrevistas – há casos relatados de furtos e agressão dentro do próprio condomínio.

E se essa mesma casa, com as mesmas condições de financiamento que você teve não estivesse em um condomínio, fosse num lugar sem a cerca viva, por exemplo, que não fosse condomínio, você acharia que era melhor, ou pior?

> Não compraria, não, porque se fosse pra procurar uma casa na rua, não que eu conseguiria com o mesmo valor, até porque seria impossível. Teria que ser uma casa bem afastada mesmo, mais na periferia da cidade mesmo. Porque eu sei que terreno de rua hoje em dia custa na faixa de 60 mil [reais]. Então uma casa pronta por 80 mil [reais] na rua é praticamente impossível de achar. Mas se fosse pra comprar na rua, eu procuraria uma casa maior. Pelo menos com dois banheiros, não necessariamente três quartos, mas com dois banheiros, uma sala um pouco maior, uma cozinha um pouco maior. [...] Eu fui procurar umas casas na rua antes do condomínio e tinha na faixa de 60, 80 mil [reais]. Mas são bairros muito distantes, então fica ruim pra tudo, pra comércio, pra locomoção, pra tudo. Então como eu falei, como eu viajo muito, eu precisava de um lugar que fosse mais seguro. E nos bairros mais afastados, eu sei que a segurança é um pouco menor, porque a polícia vai atrás onde tem maior fluxo de pessoas, que é onde tem maior risco de acontecer algum problema. Onde é mais afastado, a polícia passa menos. Isso é um problema de segurança pública, já entra outra questão. (Bruno, 26 anos, empresário, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Nota-se que a segurança serve de contraponto ao tamanho pequeno das residências e à distância, vista como aspecto negativo quando se reside em bairros periféricos. Porém, a importância da distância é relativizada quando se mora em condomínio, já que o Condomínio Terra Nova São Carlos, onde reside o entrevistado, está a mais ou menos 8 quilômetros do centro da cidade.

Para melhor compreensão da importância adquirida pela segurança, a despeito da ausência de experiências violentas que tenham motivado a mudança para espaços residenciais fechados, recorremos ao papel desempenhado pela "fala do crime", conforme proposto por Caldeira (2000, p.27):

> A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. [...] a fala do crime alimenta um círculo em

> que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. É nesses intercâmbios verbais do dia a dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas, isto é, a fala do crime não só é expressiva como também produtiva. [...] O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.

De acordo com a autora, a fala do crime define o mundo, sendo emitida tanto por pessoas que falam de um determinado fato violento entre si quanto pela mídia, por meio de programas sensacionalistas que o evidenciam, sem referências à localização em que ocorreram os fatos. Dois aspectos são particularmente importantes para nossa análise: 1. a fala do crime dispensa que tenham ocorrido experiências anteriores de violência, ou seja, ela é tão poderosa que em si já é suficiente para organizar o mundo: "ao contrário da experiência do crime, que rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo" (ibidem, p.28), ela "faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo" (ibidem, p.43); 2. em geral, e sobretudo por influência da mídia, ela é baseada em elementos discursivos que não espacializam as ocorrências, assim a violência parece estar em toda parte.

Nota-se que há, cada vez mais, a incorporação dessa fala nas representações sociais que geram novas práticas espaciais, baseadas na supervalorização da segurança, ou seja, na reação à insegurança urbana. A fala do crime "é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é segregação (social e espacial), abusos por parte das instituições de ordem, contestação dos direitos da cidadania e, especialmente, a própria violência" (ibidem, p.43-4), mesmo entre citadinos que não tiveram contato direto com a criminalidade, o que é mais frequente nas cidades médias que nas metrópoles, como ocorre em São Paulo, caso pesquisado por Caldeira (ibidem).

Outro aspecto relacionado à segurança presente nas entrevistas e que chamou nossa atenção diz respeito à reclamação por parte dos moradores por pagar taxa condominial sem de fato ver melhorias que consideram necessárias e que sempre dizem respeito à segurança. Entre elas, a substituição do alambrado ou da cerca viva por muro e a instalação de equipamentos e serviços de segurança, como ronda e câmeras de vigilância. Porém, alguns ressaltam que esse esforço é compensado pela tranquilidade.

> **Ailton:** Um tempo era melhor porque nós não pagaríamos condomínio.
>
> **Helena:** Não pagaríamos condomínio. Era melhor por isso.
>
> **Ailton:** Mas a nossa tranquilidade aqui é uma só.
>
> **Helena:** Isso é verdade!
>
> **Ailton:** Tem o lado ruim, que é pagar condomínio. Que é um absurdo. Paga e não tem melhoria. (Ailton e Helena, 38 anos, mecânico e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Observamos que o motivo principal para se residir nessas áreas não é, a princípio, a busca por segurança, mas sim a satisfação da necessidade de um bem que tem um valor simbólico e um valor econômico – um lar, uma habitação própria. Ou seja, evidencia-se a importância da produção e oferta desse produto imobiliário, em condições favoráveis de aquisição. Mas o discurso da insegurança, que não aparecia de início como preocupação, passa a ser incorporado, aliado ao da facilidade no financiamento, evidenciando o papel da publicidade em tornar a segurança e os equipamentos de lazer mais atrativos do que a casa em si. "O objetivo das propagandas é seduzir. Os anúncios usam um repertório de imagens e valores que fala à sensibilidade e fantasia das pessoas a fim de atingir seus desejos" (ibidem, p.264).

Analisando anúncios imobiliários de condomínios para as classes alta e média-alta, Caldeira (ibidem, p.265) elenca cinco elementos básicos do que chama de "um novo conceito de moradia": segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. E segue:

> Na verdade, o "novo conceito de moradia" é uma resposta à necessidade dos empreendedores imobiliários de construir prédios de apartamentos longe do centro e em imensos lotes por causa dos códigos de zoneamento e do aumento do preço da terra. Nos anúncios, porém, essa necessidade aparece transfigurada em "escolha de um estilo de vida". Da mesma maneira, se os apartamentos estão sendo construídos com áreas internas menores, tanto por causa do menor poder aquisitivo dos compradores quanto da necessidade de manter uma certa taxa de utilização, o espaço reduzido é anunciado como "solução racional" perfeitamente adaptada à "vida moderna de pessoas dinâmicas". (ibidem, p.265)

Os condomínios horizontais populares fechados por nós pesquisados, embora destinados a segmentos de menor poder aquisitivo e em realidades urbanas não metropolitanas, apresentam algumas características semelhantes, tais como introdução em áreas distantes do centro e a venda mediante a utilização de anúncios publicitários que oferecem "um novo estilo de vida", ou seja, muito mais que um imóvel. Mas há diferenças, o que nos coloca frente ao desafio de compreender os impactos desse tipo de habitação nas cidades médias.

Como produtos do capital incorporador, esses empreendimentos atribuem valores aos seus produtos (os mais variados: ambientais, sociais, de segurança) como forma de valorizar as habitações que estão vendendo a um preço maior do que de fato valem. Entre as estratégias utilizadas estão as imagens veiculadas pelas campanhas de publicidade e as casas decoradas.[12]

O papel da publicidade, vendendo ideias, valores, estereótipos e preconceitos, explorando muito mais os significados e as possibilidades de emoções do que o sentido, ou seja, do que a utilidade dos produtos em si, não pode ser desconsiderado. Dessa maneira, produz a

12 Tais imagens podem ser visualizadas no site da PDG (Disponível em: <http://www.pdg.com.br/imovel-print.php?idEmpreendimento=190>. Acesso em: 26 fev. 2013), simbolicamente chamadas de perspectivas artísticas.

necessidade de não consumir "apenas coisas, mas valores", que ajuda a difundir (Padilha, 2006, p.109). Seu papel na *sociedade de consumo*, criando necessidades e atribuindo valor às mercadorias, é discutido por autores como Baudrillard (1995), por exemplo, para quem,

> o consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação moral, como instituição. Compõe todo um sistema de valores, com tudo que esse termo implica enquanto função de integração do grupo e de controle social. (ibidem, p.95)

> Os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior. (ibidem, p.66)

> É precisamente aí que residem o valor estratégico e a astúcia da publicidade: atingir cada qual *em função dos outros*, nas suas veleidades de prestígio social reificado. (ibidem, p.72, destaque no original)

Lembrando que "toda publicidade carece de *sentido*: só tem significação" (ibidem, p.105, destaque no original), durante a visita que realizamos no plantão de vendas do Condomínio Vista do Vale observamos que não eram vendidas apenas casas, mas o "sonho da casa própria", o local onde seria possível ter qualidade de vida, tranquilidade, lazer, ilustrados "artisticamente" na casa decorada, utilizada para as vendas. As áreas verdes presentes nas "perspectivas artísticas", assim como as praças e vias internas, caracterizadas como ruas, possibilitam que o consumidor, ao entrar nesse mundo artificial, "não fique totalmente privado de algum contato com a natureza ou com a imagem das ruas e praças do mundo que ele deixou para fora" (Padilha, 2006, p.111).

Composta por objetos que convertem o lar em um cenário de exposição, deparamo-nos com uma espécie de *showroom* do consumismo, que "por meio do apartamento decorado, tem como um dos seus diferenciais justamente a capacidade de estimular os sonhos das pessoas que o visitam" (Almeida, 2012, p.30). Nesse *showroom*,

o estímulo à sensação de visitar um lar, uma casa habitável, é perceptível por meio do *mix* de objetos estrategicamente selecionados e posicionados – uma escova de dentes na pia do banheiro, a mesa posta com todos os itens para o jantar, alguns sapatos e brinquedos no quarto infantil – que estimulam o potencial comprador a idealizar sua vida naquele ambiente. Além desses estímulos visuais, estímulos sonoros são empregados, com música de fundo ou som de pássaros.

Uma arquiteta responsável pela decoração de *showrooms*, em entrevista com Almeida (2012, p.225), detalha:

> A partir do momento que o cliente entra no apartamento decorado ele entende o tamanho, a dimensão, ele se encanta, é um sonho no qual ele está vendo o futuro. Ele pode sentar, ele pode pegar, ele pode olhar, ele entende qual revestimento e bancada que lhe serão entregues, como vai ser o apartamento dele, qual a dimensão, ele consegue sonhar [...] fazem um ambiente para a pessoa se sentir confortável como numa casa, é isso que vende, é o emocional que influencia estas pessoas.

O significativo papel da publicidade pode ser observado ainda a partir do "retoque" presente nas "perspectivas artísticas". Nelas, a disposição estratégica dos objetos também pretende estimular nos potenciais compradores a sensação de pertencimento a grupos de status superiores a partir da aquisição da residência nesse condomínio. Detalhes como a bolsa esportiva na quadra de tênis, os brinquedos infantis, os móveis de madeira na área de churrasqueira, os artigos recreativos para piscina, as palmeiras na portaria, além da fachada das residências já equipadas com garagem, carro, bicicleta e brinquedos infantis no jardim, têm seu caráter de simulação (*como se*...), evidenciado quando é confrontado com as obras finalizadas.[13] Sem os móveis planejados, a bandeja de café sobre a cama, os deta-

13 Todas as imagens da PDG aqui citadas podem ser acessadas pelo site: <http://www.pdg.com.br/imovel-print.php?idEmpreendimento=190>. Acesso em: 21 jan. 2014.

lhes da decoração, outros aspectos ganham evidência, tais como os espaços reduzidos, tanto coletivos (na área de churrasqueira, por exemplo) quanto individuais (cômodos da residência), a intensidade solar provocada pela inexistência de árvores, a proximidade entre as residências e, ainda, a estética da portaria, inferior ao sugerido na "perspectiva artística". Então se confirma o papel estratégico da publicidade em nunca tomar os indivíduos separadamente, mas sempre a partir das relações que ele possa ter com o *outro* (Baudrillard, 1995, p.72).

A publicidade exerce papel fundamental na reafirmação do "espetáculo". "Se num dado momento a mercadoria era a sua própria publicidade (não havia outra), hoje a publicidade tornou-se a sua própria mercadoria" (idem, 1991, p.117). O que vemos atualmente é o desejo de consumir representações da realidade, não racionalmente programado pelos espectadores, mas já incorporado a partir da publicidade.

Notamos ainda que na casa decorada, de 44 m², visitada pelos interessados em adquirir uma residência, há em pequenos cômodos tudo o que se precisa em uma casa, com beleza e conforto, a partir dos móveis embutidos, planejados. Os móveis estão dispostos de tal forma que permitem que camas, guarda-roupa e demais itens de um quarto caibam com espaço em um cômodo de um pouco mais de 8 m². A disposição dos móveis e utensílios para casa transmite a sensação de que são casas plenamente aptas a se morar, dependendo *apenas* do próprio morador adquirir tais bens, supervalorizando às responsabilidades individuais (Bauman, 2007).

As imagens são reveladores do papel da propaganda no encobrimento ou minimização de uma característica fundamental, que é o tamanho pequeno das residências, que implica na impossibilidade de utilizar móveis de tamanho padrão, vendidos no mercado. Ou seja, trata-se de adiar o problema que terá que ser necessariamente enfrentado, mas apenas quando a compra for efetivada e os imóveis ocupados. Objetos finos e de decoração, como lustre moderno, taças e quadro, além de cores harmônicas, são utilizados para criar expectativas positivas nos futuros moradores, e espelhos estão

sempre presentes, como forma de aumentar o ambiente, criando uma perspectiva ampla dos cômodos da casa. Mas para adequar a casa aos móveis (como mesa, cama, sofá), a única solução é fazê-los planejados, para otimizar os espaços.

> Aqui não está pequeno porque a gente se programou, pediu pra fazer os móveis... Planejou! Só está um pouco [apertada] a sala, porque eu não sei o que quero fazer com ela ainda, eu estou com uns projetos que eu estou vendo... Mas assim, a gente trocou os armários, chamou a loja e mandou eles fazerem, [e também] parte do banheiro [...] a gente já decorou, só falta decoração de papel, de cortina, espelho, mas a gente investiu já na casa, já foi uns 30 mil [reais] de móveis.... E a gente ia ver as casinhas do Moradas [Condomínio Moradas de São Carlos], que estavam divulgando, o moço mostrou lá e eu falei "E esse condomínio aqui?". Quando eu entrei pra ver os decorados, eu falei: "Nossa, aqui é maior do que lá!" E a gente se apaixonou logo de cara. [O que mais te chamou a atenção quando você foi a casa decorada? Você lembra? O que você viu e gostou?] O que eu vi e gostei? Foi a colocação [dos móveis] que nem eu fiz. A colocação dos móveis já fixos no espaço, bem distribuídos. Eu achei assim: a casa não é pequena, a gente que tem que saber onde enfiar nossas coisas. Foi mesmo e acho que não é todo mundo que tem condições não, a maior parte aqui trouxe os móveis e estão apertados. Não cabe a cama com o guarda-roupa, o guarda-roupa se cabe aqui não cabe ali, o pessoal está morando assim [fez com o corpo como se estivesse amarrada, apertada]. O que me chamou a atenção foi poder planejar aqui... Mas a gente também nem tinha essas condições, a gente financiou... [Os móveis?] É... Uma coisa assim, que eu não ia... Se eu comprasse na loja eu ia gastar mensal, 500 reais por mês também, e dali a pouco ia ter que trocar todos os móveis também... Então financiei tudo em 3 anos e acabou... É mais tranquilo do que você ficar trocando, a única coisa que eu não troquei foi o sofá, mas ele [o marido] também nem quer um sofá que possa trocar e não estar adaptando nessa sala. Você está vendo? Está ficando atravessado no meio da porta [...] Por isso que eu falo que aqui não está adaptado

[...] Ali vou colocar espelho, colocar um quadro grande ali, com aparador... Vai ficar bom, vai ficar bem distribuído [...] vai ficar aconchegante, então se planejar, eu acho que é melhor... (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Lia: Num ponto, até você entrar, até pelo tamanho da casa, você tem que mobiliar ela inteira. Então tem que pensar muito, porque nem tudo cabe. Tanto que a gente hoje em dia, a gente está sem móveis. A gente vai praticamente entrar com poucas coisas. [Vocês pretendem fazer planejado, ou não?] **Lia:** É o que tem que ser feito. Porque não tem como você colocar uma coisa se não for muito bem planejado lá dentro, não cabe.

Gustavo: É pequeno lá dentro. Não tem espaço. Pra economizar espaço, tem que ser planejado. É pequeno. [...]

Lia: Porque no caso se você tivesse condições, por exemplo, de hoje, pra eu pensar em comprar uma casa, que não tivesse esses tipos de condomínio, nada, eu queria uma casa maior um pouquinho e que tivesse quintal. No caso, você poderia aumentar. Mas a segurança também não ia ser muito das boas.

Gustavo: Lá, ao contrário, o que acontece? Lá tem segurança, tem tudo, tem área de lazer, tem as coisas. Só que também é uma casa, como a gente estava conversando, é pequena, condições de aumentar são poucas também. Mas o que a gente está mais frisando é a parte de segurança. Não é tanto pelo tamanho [...]

Lia: É que foi uma coisa que foi mais fácil também pra gente poder ter também. [...] Você imagina, se pudesse, hoje em dia, a gente comprar uma casa do jeito que a gente quisesse, com mais condições da gente pagar, mais facilidade, seria ótimo. Pode ser que até não teria tanto condomínio também. Se tivesse essa facilidade. Só que hoje você não encontra muita facilidade. Se fosse fora, a gente ia procurar uma casa maior.

Gustavo: E lá supre a falta de espaço na casa na área de lazer, porque vai ser grande, vai ter área verde.

> **Lia:** E vai ter lugar, por exemplo, se eu for ter filho, vai ter parque, vai ter lugar de piscina, vai ter área de lazer, vai ter salão de festa. Vai poder ficar solto no condomínio... (Lia e Gustavo, 32 e 28 anos, cabeleireira e faturista, Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente)

Na fala da primeira entrevistada, Vera, fica evidente a relativização das relações de tamanho (pequeno e grande) e a incorporação da publicidade, sobretudo pela menção reiterativa da palavra planejado/planejar. Além disso, a supervalorização da responsabilidade individual (Bauman, 2007) passa a diferenciar aqueles que foram capazes de planejar seus móveis daqueles que não foram, resultando dessa estratégia a neutralização de qualquer crítica ou problema do imóvel adquirido, cuja conquista não poderia ser minimizada. Na fala da segunda entrevistada, Lia, e de seu marido, outra estratégia de amenização do problema do tamanho reduzido da habitação comparece: a compensação oferecida pela segurança e pela área de lazer, tudo isso dentro de sua capacidade de pagamento. Tal combinação revela-se igualmente eficiente, ao menos enquanto são futuros moradores.

A propaganda empregada na venda desses imóveis combina imaginariamente e com grande habilidade aquilo que na realidade costuma estar separado: aspectos estrategicamente selecionados, a partir de modelos elitistas, como é o caso da segurança e do lazer oferecidos (*aquilo que todos desejam*), e aquilo que é fundamental para o consumidor-alvo, que é a facilidade na aquisição da casa própria, porém, acompanhada de tudo isso, por meio de financiamentos (figuras 45 e 46).

Figura 45 – Outdoor apresentando as facilidades na aquisição das residências do Condomínio Vista do Vale, em Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 46 – Outdoor apresentando as facilidades na aquisição das residências do Condomínio Vista do Vale, em Presidente Prudente

Fonte: Ricardo Lopes Batista, Viviane Fernanda de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Os espaços de lazer das áreas condominiais são enfatizados nas propagandas como atrativos para o cotidiano nesses espaços, porém, diferentemente do imaginado, quando os moradores de fato mudam-se, essas áreas não são utilizadas como idealizadas anteriormente. Quando questionada sobre o que mais chamou a atenção no panfleto com a propaganda do condomínio, uma moradora do Terra Nova São Carlos respondeu: "É a questão de ser condomínio, de ter área de lazer, piscina... Essas coisas que acabam atraindo". Porém, em outro momento da entrevista, quando perguntada se frequentava as áreas de lazer no condomínio, respondeu:

> Não. Só quando estou com meus primos, minha afilhada vem, aí eu vou... A gente vai à área de lazer pra brincar com eles... Mas piscinas, essas coisas, dia de semana, não... Trabalha, né? [risos]. [Pela piscina você não se interessa?] Não... [Nem no final de semana?] Não. (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos).

A construção e comercialização das habitações envolvem desde o planejamento, gestão, controle e financiamento até o cotidiano dos moradores e de suas famílias, no qual os conflitos também estão presentes. Levar em conta os diversos âmbitos não é tarefa fácil, mas é um exercício que nos permite compreender como as ações/lógicas do capital e do estado, em diferentes escalas, interferem no cotidiano dos citadinos em uma microescala.

3
Da segmentação à fragmentação socioespacial: novas práticas de moradores de condomínios horizontais populares fechados de Presidente Prudente e São Carlos

A cidade é uma realidade material concreta e um conceito interpretativo. É a expressão do processo de urbanização, mas também é síntese de sua dinâmica espaço-temporal (Rémy; Voyé, 1994). Logo, as práticas espaciais e temporais de seus habitantes podem alterar o uso desse tempo e desse espaço.

Atualmente há novas lógicas que se sobrepõem e se misturam. Há, ao mesmo tempo, uma expansão da cidade para a periferia e também um novo significado desta, não apenas com uma diferenciação de uso no âmbito residencial, mas também uma multiplicação e diversificação das áreas que exercem papeis centrais, tais como centros de negócios, subcentros, shopping centers, compondo uma cidade que contém não apenas muitos centros, mas centros diferentes do ponto de vista social. Assim, está em curso um processo de diferenciação dos frequentadores desses espaços.

Esse conjunto de escolhas locacionais, com a cisão entre os espaços de uns e os espaços de outros – tendo o transporte automotivo particular como um facilitador desse processo – gera uma tendência ao esgarçamento do tecido social do espaço, com múltiplos usos do solo, em uma combinação entre espacialidades e temporalidades muito mais segmentada. Há cada vez mais não apenas uma segmentação do uso residencial do espaço, mas uma separação cada vez mais

marcante nos espaços de consumo, com uma parte dos citadinos (que não é numericamente maior, essencialmente) conseguindo viver na cidade sem frequentar mais qualquer área de vida social que seja pública. Dessa forma, está em curso um processo pautado na segmentação da vida urbana: nas residências, nas escolas, nos lugares de lazer e nas práticas esportivas, nos lugares de consumir. Observamos a tendência à privatização e segmentação dos espaços também nas entrevistas que realizamos com os moradores dos espaços residenciais populares que pesquisamos, mas há especificidades nesses casos relacionadas à localização comum, periférica, e ao perfil socioeconômico dos seus moradores, como apresentamos adiante.

Na medida em que todas as dimensões da vida cotidiana estão em processo de segmentação, inclusive nos papéis e usos do espaço, o encontro com a diferença torna-se menos frequente e a cidade tende a um espraiamento, que vem sendo tratado a partir da noção de fragmentação socioespacial (Prévôt-Schapira; Pineda, 2008; Saraví, 2008; Sposito, 2011; 2013; Sposito; Góes, 2013; Magrini, 2013). Em um esforço de conceituar a fragmentação por meio da produção dos espaços urbanos periféricos na Argentina, no México e no Brasil, Prévôt-Schapira (2001, p.34-5) ressalta três importantes aspectos que compõem esse processo: "esta noção associa componentes espaciais (desconexão física, descontinuidades morfológicas), dimensões sociais (retirada para a comunidade, lógicas exclusivas) e políticas (dispersão de atores e autonomia de dispositivos de gestão e regulação urbana)".[1] Dessa maneira, tal processo supõe "que o que deveria mostrar um funcionamento global quebrou (ou rompeu-se) em múltiplas unidades e que já não haveria uma unidade do conjunto urbano"[2] (ibidem, p.38). Há uma disjunção do tecido urbano, além de uma segmentação das práticas sociais e comerciais que permeiam

---

1 *"esta noción asocia componentes espaciales (desconexión física, discontinuidades morfológicas), dimensiones sociales (repliegue comunitario. lógicas exclusivas) y políticas (dispersión de actores y autonomización de dispositivos de gestión y regulación urbana)."*

2 *"que lo que debía mostrar un funcionamiento global estalló en múltiples unidades y que no habría ya una unidad del conjunto urbano."*

os espaços urbanos, "numa sobreposição de três dimensões complementares: a) as alterações nos tecidos urbanos, b) as mudanças nas práticas espaciais, com destaque para as relações de sociabilidade e c) as implicações que integram o imaginário dos citadinos" (Magrini, 2013, p.369). A fragmentação socioespacial, portanto, não se resume à produção de enclaves, posto que "as práticas e as representações que orientam o cotidiano urbano vão além das clivagens materializadas espacialmente, com limites bem definidos" (ibidem, p.437).

Por um lado, as narrativas das práticas socioespaciais dos moradores dos espaços residenciais populares fechados revelam que há certa seletividade espacial quanto aos locais de consumo e lazer na cidade, diretamente influenciada pelo tempo e distância a percorrer, e ainda pela insegurança que relacionam, subjetivamente, a certos espaços da cidade. Por outro lado, as narrativas das práticas socioespaciais dos moradores dos espaços residenciais populares abertos revelam, muitas vezes, condicionantes e limitações decorrentes do estigma socioespacial. Tais processos são reveladores de um componente fundamental do processo de fragmentação socioespacial, que é o estilhaçamento de todas as dimensões que compõem a vida urbana, as quais não se limitam, portanto, à localização das residências, mas envolvem a diferenciação entre os espaços de consumo, lazer etc. A segmentação do espaço de cada um na cidade, combinada com a diferenciação e separação das práticas socioespaciais, são alguns dos componentes do processo de fragmentação em curso nas cidades que pesquisamos.

Porém, há que atentar para a polissemia e uso indiscriminado do termo "fragmentação", que podem enfraquecer seu potencial explicativo, embora:

> A amplitude de usos e conteúdos do termo indica que estamos diante de novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que apontam para novos modos de articulação entre o tempo e o espaço, recombinados representados e apreendidos em escalas múltiplas. A evidência da força dessas mudanças e de seu caráter está justo nessa frequência com que se adota a ideia de fragmentação nas duas

> últimas décadas, mas também na multiplicidade de acepções segundo as quais o termo vem sendo adotado (Sposito; Góes, 2013, p.294)

A crescente desconexão entre esse conjunto de dimensões da vida cotidiana, com uma separação não apenas residencial entre os citadinos, mas também quanto ao uso dos espaços públicos e a maneira de conceber a cidade, relações cada vez mais permeadas pela busca de segurança, associada aos espaços privados, apareceu em algumas das entrevistas, como é o caso de Marisa, moradora do Condomínio Terra Nova São Carlos, que enfatiza a vinda do shopping center e dos hipermercados atacadistas como extremamente positiva, devido ao fato de ela e seu carro estarem protegidos contra eventuais imprevistos dentro desses espaços. Mas a possibilidade que oferecem de horários mais flexíveis também foi valorizada, justificando a substituição dos antigos locais de compra – Jaú e Dotto, localizados na área central da cidade, onde trabalha – pelos novos, mais distantes do seu local de trabalho e moradia.

> O shopping me facilitou a vida. Por quê? Às vezes eu quero, eu saio daqui dez horas da noite, eu tenho onde fazer compras, então eu vou lá ao shopping, sabe? Eu me sinto segura dentro *do* shopping, meu carro está seguro, eu posso ir a qualquer hora da noite, então por isso eu gosto de shopping. Mas agora eu estou indo ao Tenda [atacadista]. Por quê? Porque agora lá eu também me sinto segura, fica aberto até mais tarde e posso guardar meu carro [...] Antigamente eu comprava só no Jaú e no Dotto. Depois que veio o shopping, eu passei a comprar no shopping, por causa da noite e por causa do estacionamento. [E qual é o tipo de comércio que tem em seu bairro?] Não tem perto. Porque em condomínio não pode ter comércio. E como tem muitos condomínios... No bairro ao lado do [bairro] Ipanema, que é a [bairro] Santa Felícia, tem uma padaria. [...] Tem que ir de carro. Ou se você tiver tempo, dá pra ir a pé, mas como eu não tenho tempo, eu tenho que ir de carro. (Marisa, 49 anos, podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

É importante ressaltar que a flexibilidade no tempo proporcionada pelos novos empreendimentos comerciais só é possível a partir da disponibilidade de um automóvel particular, que permite o acesso facilitado a extensas distâncias e variados horários. Portanto, essa flexibilidade não está disponível a todos, principalmente a quem não dispõe de um automóvel particular e mora em área estigmatizada, como nos contou Fátima, moradora do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, em Presidente Prudente, ao falar sobre a dificuldade quanto ao retorno do hipermercado para sua casa.

> Para fazer compra em dia de saldão, você vem tarde, né? Porque é cheio. Para você conseguir um táxi, é um sacrifício. Ou a pessoa te conhece de você pegar direto, ou senão você fica lá com a compra. Passou das onze e meia, meia-noite, ele [o taxista] não vem. Tem que ser muito conhecido para descer aqui no Humberto [Salvador]. (Fátima, dona de casa, Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente)

Assim, "os tempos desiguais dos citadinos, sobretudo em termos de mobilidade, tornam-se, deste modo, mais um plano que condiciona e orienta o processo de fragmentação socioespacial" (Sposito, 2013, p.85). Nessa perspectiva, a mesma autora revela que a fragmentação socioespacial vai além da descontinuidade territorial, é um processo que envolve a dimensão temporal, a articulação entre diferentes escalas e as práticas espaciais.

> Não se trata apenas de considerar a cidade fragmentada (fato), em função de descontinuidades territoriais no tecido urbano ou da presença de muros e de sistemas de segurança, o que podem ser indicadores fortes, mas não são, *de per si*, o processo de fragmentação, visto que para entendê-la são necessárias, de um lado, a perspectiva do tempo, de outro, a observação das articulações entre escalas e, por fim, o mais importante, deve-se frisar que os aspectos observados podem resultar em redefinição das ações econômicas e sociais,

> das práticas espaciais, bem como dos valores que sobre o urbano são reformulados. (ibidem, p.83).

Possuir um transporte automotivo particular é fator relevante na escolha do local para realizar as compras: no próprio bairro, em uma rede atacadista ou em um local acessível por transporte coletivo. Dos 32 entrevistados, moradores de espaços residenciais populares abertos e fechados, 18 responderam preferir realizar as compras em hipermercados atacadistas, mesmo sendo mais distantes, devido a diferentes motivos: menor preço, maior segurança, flexibilidade no tempo, facilidade em estacionar etc. Antonia afirma preferir percorrer distâncias maiores para chegar aos hipermercados atacadistas e ao Shopping Iguatemi, em São Carlos, a ter que utilizar o centro da cidade, onde há maior dificuldade de estacionamento.

> O meu marido não gosta muito do centrão, não, porque quando você vai lá, você não tem mais lugar para estacionar [...] Agora com o Tenda [atacadista], com o Toninho [atacadista], o shopping [Shopping Iguatemi], a Havan [loja de departamentos], que está gostoso para ir, vai até mais longe para não ter que enfrentar o trânsito. (Antônia, 56 anos, aposentada, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Dos dezoito moradores que declaram preferir deslocar-se a distâncias maiores, dezessete possuem transporte automotivo particular, e um respondeu que o acesso era possível por meio de ônibus, sendo treze moradores dos espaços residenciais horizontais populares fechados e cinco dos espaços residenciais populares abertos. Gislene, moradora do Cidade Aracy, embora ainda prefira realizar as compras de alimentos em redes de supermercado localizadas na área central da cidade, revela a importância adquirida pela compra on-line, que permite que ela compre o mesmo produto que viu na loja por menor preço. Além disso, prefere o shopping para compra de artigos de vestuário, privilegiando suas lojas âncora.

> [E quais são os locais que você frequenta para fazer compras?] Compras no geral, você fala? [É. Por exemplo, compras de supermercado...] De supermercado é no Jaú [Jaú Serve – rede local] ou no Savegnago [rede de supermercados]. Agora com o Savegnago, mais o Savegnago do que o Jaú, porque é um mercado novo. E lojas mais no shopping mesmo, na C&A e na Marisa, mais assim para o lado de lá mesmo... A gente vai mais ao shopping do que em loja de rua... [Do que no centro?] Do que no centro. Hoje a gente compra mais pela internet. A gente está comprando bem mais pela internet. Eletroeletrônico eu só compro pela internet. Não compro mais por loja, a diferença é enorme de preço e chega super rápido. Não compensa. Tem diferença de 200 a 300 reais às vezes, da loja mesmo. Por exemplo, eu entro no site do Magazine Luiza. Comprei um celular agora para minha filha, que ele é um smartphone, e faz de tudo, por uma diferença de 250 reais. Na loja estava 250 reais a mais. [Você já sabia como era o celular na loja e comprou pela internet?] Já comprei. A gente foi lá, olhou, ela falou "é esse que eu quero". A gente foi lá no site e fez o pedido. Três dias já estava com a gente. (Gislene, 38 anos, auxiliar administrativo, Cidade Aracy, São Carlos)

Identificamos na pesquisa alguns padrões de práticas espaciais pautados na apropriação de empreendimentos comerciais localizados em diferentes partes da cidade, como apresentado nas falas de Simone e Fabiana. Simone, moradora do Condomínio Terra Nova São Carlos, possui carro, o que lhe possibilita escolher o local de compras, a despeito da distância a percorrer, de acordo com a necessidade do momento. O contrário ocorre com Fabiana, que utiliza esporadicamente meios como mototáxi e ônibus como alternativa de deslocamento na busca de menor preço, mas depende principalmente do carro da irmã para levá-la ao mercado, revelando que os locais variam de acordo com a disponibilidade de transporte (coletivo ou individual).

> [Que locais você frequenta para fazer compras?] Alimento, a maioria das vezes, eu vou ao Carrefour [...] É, vou de vez em quando

> ao Tenda [atacadista] e no Tonin [atacadista]. Mas dependendo do que precisa, compensa passar no Carrefour [hipermercado], os outros são muito grandes, muito longe, só se for pra fazer compra mensal... [E roupa, calçado... Você prefere shopping, centro? Algum outro bairro na cidade, internet?] Eu prefiro o shopping, porque lá você concentra tudo. Você precisa pegar tudo mais fácil, você vai num lugar só e vê várias coisas. (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

> Nossos deslocamentos são sempre perto, os mercados a gente já vai aqui perto. Quando não, é com minha irmã, que ela vem de carro, nós já vamos ao Muffato [Hipermercado] em algum lugar, já faz as compras e já vem. Tem mercado no bairro também. Tem vários mercados, tem o União, tem o Center. Os preços são bons, então acaba indo ali mesmo! [Os locais que você frequenta para fazer compras são esses mesmos?] É. Por aqui mesmo. E quando eu vejo que tem alguma coisa assim, que eu quero comprar que compensa, é mais barato no centro, eu pego a moto e vou para o centro! Aí é meia hora... Meia hora, quarenta minutos! Aí é uma viagem. Eu falo que a gente não mora nem em Prudente, nem em Pirapó, a gente está no meio do caminho. Tem de tudo aqui. Tem farmácia, tem casa de ração. Tem tudo aí. Material de construção. Calçado, roupa, supercaro. Não! Se quiser comprar roupa, você não compra aqui, você vai lá para o centro! Compensa pegar o ônibus, compensa pegar o mototáxi, porque a coisa aqui é cara! Isso eu achei um absurdo! (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Além da importância das condições de mobilidade, das combinações de diferentes funções em um mesmo espaço (caso do shopping center), notamos que as formas de pagamento aceitas, especialmente o cartão de crédito, influenciam nas escolhas dos moradores. Haidê, que faz suas compras no bairro em que mora, Cidade Aracy, comentou que "é difícil ir à cidade comprar alguma coisa, alguma roupa", acrescentando que "quem tem cartão gasta no cartão. Chega ao fim

do mês, recebe, aí vem a conta e vai no banco e paga. E outra, vai na cidade, vai fazer compra nas lojas grandes, para lá, essas coisas, [consegue] diferença de preço". Na mesma direção, Renato, que trabalha na TAM e possui dois tipos diferentes de benefício pagos pela empresa (vale-alimentação – VA e vale-refeição – VR), falou dos diferentes locais da cidade que percorre para utilizar os benefícios e garantir um maior aproveitamento do uso dos cartões.

> [E quais são os locais que você frequenta para fazer compras?] Como lá na TAM a gente tem o cartão, o VR, que é o vale-refeição, tem alguns mercados da Rede 10 que pega esse cartão. Como a gente não é sempre que está indo à pizzaria, lanchonete, alguma coisa assim, então a gente usa o cartão também para agregar o valor ao consumo de alimentação. Então muitas vezes eu estou, a maioria das vezes, eu estou sempre naquele mercado Paraná, que é na Vila São José, porque ele aceita o cartão. Eu tenho os dois, tenho o VR e o VA, que é vale-alimentação. O VA a gente dá uma "andadinha" um pouco mais, a gente consegue pegar bastante promoção com ele porque todos os mercados aceitam, mas a maioria das vezes é no Paraná ali, que é próximo. (Renato, 40 anos, analista de planejamento, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Outro aspecto constatado é que, embora haja uma tendência de parte dos moradores em preferir utilizar as grandes redes atacadistas, localizadas distantes da área central, gerando, muitas vezes, novas centralidades, como se trata de um processo, não há uma completa substituição de uma forma pela outra. O centro principal ainda mantém sua importância para grande parte dos moradores, como conta Joana, que ali realiza suas compras de roupas e calçados por considerar[3] que os preços são menores do que os encontrados no bairro em que está localizado o condomínio, o Conjunto Habitacional Ana Jacinta. Assim, considera que "ir para Prudente" vale a pena.

---

3 Do mesmo modo que Fabiana, anteriormente citada.

> [Que locais frequentam para fazer compras?] Depende. Fazemos no Muffato ou no Walmart, depende... [Compra de roupa, de calçado faz aqui no bairro mesmo, no centro, no shopping?] Não. Tudo no centro. Aqui não. Aqui as coisas são mais caras. Acho que por ser um bairro mais afastado, as coisas são mais... A gente sente diferença no preço de tudo. [Aqui vocês chegam a comprar alguma coisa para alimentação?] É sempre padaria. Padaria que é mais perto. Mas para fazer a compra do mês, tem que ser na cidade mesmo, porque aqui... Às vezes a gente fala assim, nós vamos para Prudente [riso]. A gente vai para Prudente. Porque você pensa que não, mas é distante até o centro. (Joana, 42 anos, dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

A importância da flexibilidade no tempo dedicado ao lazer também foi comentada por alguns moradores residentes nos condomínios pesquisados por nós, como é o caso de Marisa, que realiza exercícios físicos após o expediente de trabalho na piscina do condomínio, além de se sentir segura em utilizar a bicicleta no período da noite dentro desse espaço: "a gente faz os exercícios à noite na piscina porque nós chegamos à noite em casa. [...] E lá está seguro. Pode andar de bicicleta dentro do condomínio, que não vai ser roubada a sua bicicleta". Marisa contou-nos, ainda, que deixou de frequentar outros clubes da cidade, visto que encontra os mesmos equipamentos dentro do condomínio, além de caracterizar negativamente, como inseguro, um espaço público que possui quadras para a prática de esportes.

> Tem o lazer lá dentro mesmo, não precisa sair para ir a um clube. Os clubes vão fechar tudo, viu? [risos] A coitada da ABASC, o Country [clubes populares da cidade] vai fechar. Por quê? São Carlos Clube [clube tradicional da elite]... Só se não se morar em condomínio, porque se você mora em um condomínio, tem tudo ali, tudo o que tem nos clubes tem ali. Tem quadra de tênis, quadra de esportes, tem natação, tem lugar pra você fazer caminhada, então é tudo mais perto. [Você chegou a deixar de ir a algum lugar? Por exemplo, você

está falando dos clubes, você deixou de ir?] Deixei. Eu era sócia do clube, eu vendi. [Existe área de lazer no condomínio?] Tem, é o que eu acho de bom, é o que te falei. Por exemplo: aqui? Só se for ali na Cica [Centro Integrado da Criança e do Adolescente], ser assaltado, ou morrer, mas não tem, e lá tem. E lá está seguro. Pode andar de bicicleta dentro do condomínio, que não vai ser roubada a sua bicicleta. Essa bicicleta pousa lá fora. (Marisa, 49 anos, podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Além da segmentação na cidade entre os locais de consumo em que é possível o acesso para quem possui transporte automotivo individual, a segmentação residencial entre os moradores de menor poder aquisitivo, por meio dos condomínios horizontais populares fechados, tem favorecido seu isolamento, embora, também nesse caso, se trate de um processo, e não de uma mudança abrupta e radical. A preferência por realizar atividades dentro das barreiras que cercam o condomínio transmite a seus moradores uma sensação de segurança, diretamente relacionada ao evitamento dos *outros*, os de *fora*, perigosos, passando esses moradores a assumir "práticas semelhantes aos que optaram pela segregação, em vários casos, ao elaborarem discursos que distinguem ou discriminam os 'outros'" (Sposito, 2013, p.72).

O que queremos demonstrar por meio da fala dos nossos entrevistados é que não se trata apenas de residir em áreas fechadas, mas de um processo muito mais profundo e amplo, que toma todas as esferas da vida urbana e, sobretudo, coloca em xeque o espaço público, como esse ambiente em que outrora quase que se podia encontrar uma equivalência com a realização da esfera pública.[4] Há, portanto, novos imaginários urbanos, novas aspirações, sem que isso implique em uma mudança da cidade por completo. Além disso,

4 Reflexões realizadas a partir das anotações da disciplina "Urbanização e cidades", ministrada pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito durante o ano de 2012.

> as relações entre proximidade e contiguidade foram alteradas, uma vez que o uso do transporte automotivo e a ampliação das possibilidades de comunicação redefinem as interações espaciais entre diferentes áreas residenciais, entre estas e as áreas de trabalho, consumo e lazer. (Sposito; Góes, 2013, p.299)

É importante considerarmos que o encontro entre os diferentes ainda ocorre, mas questionando sobre a qualidade desses encontros, visto que o que realmente importa não é (somente) a possibilidade do encontro, da relação com os outros, mas a qualidade e densidade desses encontros e dessas relações entre "outros" (Saraví, 2008, p.102).

Atualmente, parte da realização da esfera pública se faz em espaços privados, como os shopping centers, que são espaços privados de uso coletivo (Sposito; Góes, 2013). Há uma contradição entre a realização da esfera pública para parte da sociedade brasileira em espaços que não são de fato públicos, que são controlados, intermediados, normatizados por um conjunto de regras que são próprias e atinentes à propriedade privada e ao mercado, que representa a privatização da cidade. Com a hierarquização dos espaços e a desqualificação dos mais pobres (e também entre estes), ocorre a desvalorização dos espaços públicos, "entendidos, ao mesmo tempo, como produtores e produtos da cidade fragmentada socioespacialmente, visto que são tanto expressão deste processo quanto condições necessárias para a manutenção de suas principais características" (Magrini, 2013, p.225).

Dentro e fora dos "condomínios pra pobre"

A despeito da notável diferença de tamanho entre eles, em comum entre todos os condomínios populares pesquisados, além da distância de pelo menos 6 quilômetros em relação ao centro, há o aproveitamento máximo das áreas, não apenas com lotes pequenos, mas principalmente com vias internas e calçadas estreitas. Combinadas às facilidades de financiamento, essas características

próprias dos espaços residenciais populares fechados os diferenciam dos espaços residenciais fechados de classe média e elite (Caldeira, 2000; Sposito; e Góes, 2013) e nos ajudam a entender o misto de surpresa e contentamento de Helena ao constatar que há "condomínio pra pobre".

> A gente viu a maquete... Eu falei assim: "Ah moça, isso é pra rico! Eu sou pobre, eu não posso não". E ela falou assim: "Não! Esse é condomínio pra pobre!". Eu falei assim: "Você tem certeza?". Ela falou: "É pra pobre!". Eu falei: "Então nesse eu quero, esse eu pretendo ter uma casa!". (Helena, 38 anos, dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Relacionada aos esforços do marketing que vende imóveis nesses empreendimentos populares de associá-los a um modo de morar das classes médias e elites, portanto, desejável por todos, a fala expressiva dessa entrevistada pode ser complementada por outras, mais sutis, como a de Fabiana, moradora do mesmo condomínio, que casualmente se refere a uma semelhança em relação ao Condomínio Damha, de classe média e alta, referente à vegetação.

> No contrato diz que aqui pelo menos essa cerca aí era pra ser um alambrado fechado, que não era pra ter muro, porque era mais caro, mas era pra ser aquela... Uma planta que eles plantam, lá no [Condomínio] Damha. (Fabiana, estudante de enfermagem, 30 anos, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

As distinções entre condomínios fechados de classes média e elite, cujo status é valorizado por seus moradores, e condomínios fechados populares, cujos moradores têm outras prioridades, podem ser identificadas em outro momento da entrevista com Fabiana, na qual a carga simbólica da expressão "condomínio" é mencionada.

> Do jeito que eu era lá fora, eu continuo aqui dentro. [...] Por ter nome de condomínio... Digo assim, deveria ter um pouquinho a

> mais, ser melhor. Mas, eu acho assim: fica mais ou menos a desejar, eu penso. Porque quando você fala: "Ah, moro num condomínio", as pessoas falam: "Nossa, ela mora num lugar chique!". Mas só que não tem assim... Não tem uma estrutura... Ou então que tirasse tudo, abaixasse as... Essa grade aí, abaixasse tudo então, deixasse ser um bairro normal. Porque aqui não entra ninguém. Não pode. Diz que não pode... Diz que não pode, não é? Um vendedor não entra. Tem lá as suas privações. (Fabiana, estudante de enfermagem, 30 anos, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Outra distinção diz respeito ao espaço interno, ou a sua exiguidade, nos condomínios populares. A disputa entre práticas diferentes em um mesmo espaço, assim como a imposição de regras ausentes nos seus espaços anteriores de residência, são os principais geradores de conflitos, conforme já mencionamos e demonstram os seguintes entrevistados:

> O cara discutiu comigo, bateu boca comigo porque eu peguei no pé dele. Eu falei: "Maneira na velocidade porque tem criança na rua, não precisa entrar voando que nem você entrou. Não tem necessidade". Aqui já até puxaram arma pra mim. [Morador?] É. Eu tenho três boletins de ocorrência aqui. Dois com a mesma pessoa, por agressão, e outro com outro morador, por porte ilegal de arma [...] porque eu chamei a atenção dele, ele deu um cavalo de pau com uma camionete aqui dentro. Ali no meio, naquela área que tem o estacionamento. [...] Porque ele é um ex-militar, ele não está no direito de fazer isso aí. (Renato, 40 anos, analista de planejamento, Tecumseh Village, São Carlos)

> Eles não deixam estacionar o carro na rua. Se chega, tem que estacionar na vaga de visitante, que é lá fora do condomínio, não pode por aqui dentro, porque não pode parar em frente de casa. Porque realmente a rua é estreita. Mas imagina, um dia de chuva, uma coisa assim? Como que a visita faz? Entendeu? Eu acho que isso está errado. (Marcos, 36 anos, microempresário, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

> Não pode parar carro na rua. Não pode deixar carro nem um pouquinho fora da calçada. As crianças não podem brincar na região da portaria, que isso eu acho que está certo, segurança. [...] eu acho que essa regra de poder parar o carro na rua tem que ter um pouco de senso. Não tem que ser um negócio muito rígido. Você vai parar o carro na rua uma hora, tudo bem. Agora é diferente você deixar o carro dormir na rua. Chegar do trabalho e deixar o carro na rua até o dia seguinte. Isso eu concordo, as ruas são estreitas. Se você para um carro aqui, só passa um por vez. As ruas já não são muito boas. Nós não temos calçadas próprias de concreto, então o pessoal geralmente caminha na rua. Mas eu acho que assim, você vai deixar o carro na rua 15 minutos, meia hora, uma hora que seja, não tem problema nenhum. O fluxo de carro que tem no condomínio não é o que tem na rua. (Bruno, 26 anos, empresário, Condomínio Terra Nova São Carlos)

O significado da rua, sua função e seu caráter eminentemente público são indiretamente questionados, implicando na pergunta: há ruas dentro dos condomínios? Nos condomínios populares fechados, práticas próprias de espaços privados, como quintais, por exemplo, disputam espaço com outras, próprias das ruas, enquanto a imposição de regras, às quais se recorre em busca da neutralização dos conflitos decorrentes das disputas, acaba por tornar-se por si só foco de novos conflitos. Como pano de fundo, identificamos simultaneamente a escassez de espaços, tanto individuais (de cada residência) quanto coletivos, como é o caso das vias, denominadas de ruas pelos moradores. Esses são problemas comuns aos espaços residenciais populares abertos, assim como os dilemas que envolvem os limites (ou fronteiras) entre espaços privados e públicos, sobretudo no que se refere às práticas espaciais.

Soluções individuais, como a construção de muro entre as residências, são justificadas pela proximidade considerada excessiva entre elas, da qual decorre a "necessidade" de manter a privacidade e ainda de proteger a casa de pequenos furtos no interior de condomínios horizontais populares fechados. Nesse caso, novamente o superaproveitamento das áreas por parte das construtoras é o pano de

fundo, mas as soluções apontam para um processo de privatização que já pauta a própria vida nesses novos hábitats e que gera reações diversas.

> Tem gente que coloca [o muro] pra separar. Eu acho que mata o que você comprou. [A estética?] Sim. Vai por muro aqui? [...] Tem gente que quer portão eletrônico fechado. Já não mudou aqui, já não sabe que é estilo americano, que o padrão é esse, é verde, é aberto? Pra que você vai fechar? (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

> Aqui fechou o muro, não vejo mais a vizinha de cá também [apontando para um dos lados]. Porque fez a muralha aí, só via ela quando não tinha o muro. Então já ficou pra lá também. A do fundo, antes de nós fazermos o muro, a gente conversava mais, acabou também. Levantou a parede, acabou (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

> Eu vejo que morar num lugar que nem esse, eu penso que não haveria necessidade de colocar cerca elétrica, câmeras. A gente teria uma certa segurança, desde que o condomínio conseguisse ter uma segurança certinho, do jeito que pede [...] eu vejo como desnecessária a instalação de um portão aqui [referindo-se à sua residência], eu vou gastar 4, 5 mil reais em um portão eletrônico, sendo que eu tenho uma segurança lá na frente. (Renato, 40 anos, analista de planejamento, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

> [Você acha que as casas são próximas umas das outras?] Antes eu até achava, mas agora eu não acho, não. Aqui eu até achava, quando estava sem o muro. Você saía na porta da sua cozinha, você via a parede do quarto do vizinho ali [...] Incomodava. Agora com o muro, não. Depois que fez o muro, sei lá, eu acho assim, tudo numa distância boa. (Ailton e Helena, 38 anos, mecânico e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O espaço intramuros é imaginado por alguns como uma cidade ideal, ou seja, onde todos se conhecem, vivendo em perfeita harmonia, com lazer, segurança, conforto e contato com a natureza, onde as crianças podem brincar sossegadas, e os jovens, circular sem preocupação. Porém, no cotidiano, as regras são de difícil cumprimento, conforme demonstram as narrativas de conflitos.

> [Já presenciou ou ouviu falar de conflitos?] Eu nem saio pra ver... Já teve aqui, acho que uma daqui com uma de lá [apontando para a direita e esquerda]. As duas brigaram. Mas porque a moça passou correndo, e uma das regras é o carro... E nessa rua tem muita criança, e a moça passou muito rápido, e realmente, você... Ela passa muito rápido, sempre. E a mãe estava com as crianças ali e falou pra ela, "Ôhh, passa mais devagar", assim! Ela já achou ruim, já chamou o marido, o marido veio aqui bater boca. (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

> [Você já presenciou ou ouviu falar de algum conflito, algum bate-boca entre vizinhos por conta do descumprimento de alguma regra?] Olha, eu nunca presenciei, não posso falar exatamente dos motivos porque foi o que eu ouvi, mas eu sei que já teve tapa na cara durante reunião e já teve outras situações de pessoal mais ignorante que não consegue entender que a criançada tem que brincar e vai gritar com criança, vai brigar com criança, e já teve bate-boca de pais, eu sei das situações... Mas nunca presenciei, graças a Deus... Também já sei que atiraram pedra em cachorro, porque o cachorro estava solto e foi fazer as "necessidades" no jardim do outro. Então são coisas que acontecem... Se o pessoal cumprisse a regra de deixar o cachorro dentro de casa, ou o pai conversasse com o filho: "Olha, brinca, mas brinca perto de casa pra não ter problema com outros vizinhos", coisa desse tipo, acho que poderia ser evitada... Mas é pouco! Pra três anos de condomínio que eu moro aqui, eu acho que tem pouco... (Bruno, 26 anos, empresário, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

As ações dos promotores imobiliários são eficazes em difundir novos conceitos em termos de produção de espaços diferenciados, que se valorizam pelos diversos atrativos que oferecem, principalmente os relacionados à segurança, embora no cotidiano tal sensação se revele contraditória, como nos contou Vera, a respeito de um acidente de automóvel provocado por um morador envolvendo uma criança que brincava em uma das vias do condomínio.

> Teve uma vez, aquele senhor do Escort preto, lá, que estava bêbado, passando na rua, atropelando todo mundo. Foi lá pra cima também... A família teve um desentendimento, porque o menino estava jogando bola, disse que quase atropelou o menino, aí o menino esperou o carro passar e voltou, ele voltou, virou não sei onde lá e já veio em cima do menino de novo, passou por cima da bola. A mulher foi tentar tirar a bola também, teve que se jogar na grama, porque quase pegou na mulher também. O marido da mulher atravessou, queria pegar o cara, um veio apartar, uma coisa assim... Mas foi só essa vez... [...] Teve polícia, a síndica ficou lá pra tirar eles de casa, com segurança, chegou a passar [o carro] na perna de um dos rapazes lá... Não passar... Bater assim, sabe? (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Também é significativo o papel intimidador atribuído à presença das câmeras, que, para os moradores, é sempre uma característica positiva desses espaços, mas não revela quem de fato está fazendo algo considerado fora das normas ou evita que isso ocorra.

> Agora colocou câmera... A câmera não chega lá, só sabe que está, que tem gente, mas não dá pra você ver de longe quem é, quem está pegando... Você só sabe que tem gente lá... Não funciona... Não é uma alta definição... A moça [da portaria] falou que não consegue ver. Eu falei: "Mas pôs aí as câmeras no vestiário aqui pra fora assim, pra piscina e outra aqui... Então quem que vê isso?". "Ah, ninguém. A gente não tem tempo, a portaria não para. Como que eu vou ficar olhando essa tela?" "E o que dá pra ver?" "Dá pra ver

que vocês abriram, que alguém entrou, mas não dá pra ver o que está fazendo"... O material é ruim. Adiantou nada, não é? (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

A legitimação e a valorização cada vez maior dos espaços privatizados, fechados, monitorados, controlados, resultam em relações pessoais mediadas por controles de segurança, que se contrapõem à representação dos espaços públicos como vulneráveis e perigosos. Durante as entrevistas, foi recorrente os moradores reclamarem que as pessoas não estão acostumadas a morar em espaços em que há regras, sugerindo que tal controle também deveria ser exercido nos espaços públicos e contrapondo dentro e fora, sem regras e com regras, os de fora e os de dentro, positivo e negativo.

Existe um problema que nem todo mundo que vem morar em condomínio sabe que você está se colocando diante de regras, que você não tem geralmente na sua casa... Se você fosse pra uma casa fora, não tem horário pras coisas, apesar de que até se você tiver incomodando o vizinho, dez horas da noite, você não pode, a questão de interfonar, isso e aquilo... De não poder estacionar... Então tem as regras que precisa cumprir, e nem sempre as pessoas que vêm morar em condomínio sabe ou tem consciência de como é isso... É o mesmo negócio que você morar num prédio e ficar fazendo baderna lá, "nêgo" te põe pra fora... A mesma coisa acontece aqui... Não é uma em cima da outra, mas é uma do lado da outra... Em vez de ser vertical, é horizontal... Mas você tem regras, então acho que isso que tem que cumprir, as pessoas têm que ter noção disso, como se colocam... (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Então eu acho que assim, o ruim daqui é isso, o pessoal não cumpre nenhuma regra, pelo fato que eu falei. Acho que 80% não veio de condomínios, então não tem a ideia de como é morar num condomínio mesmo, numa comunidade fechada, por que condomínio é

> uma comunidade fechada, então isso é ruim! [...] Como eu falei, eu já vim de um condomínio, eu tenho ideia de como é morar num condomínio. Muita gente aqui nunca viveu em condomínio, então não sabe como que funciona morar em condomínio. Então as pessoas não pensam no todo, pensam em si próprias, então cada um quer uma coisa diferente, então não é assim, "Vamos colocar duas, três opções e vamos votar. Olha, é isso? É isso. É legal, é o bom, melhor pra todo mundo? É melhor pra todo mundo". Não dá pra fazer cem por cento... (Bruno, 26 anos, empresário, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Mesmo que a mudança para o condomínio tenha ocorrido há pouco tempo, há uma relativa diferenciação entre os moradores dos condomínios horizontais populares fechados e os moradores dos seus espaços residenciais anteriores, baseada na questão do respeito às regras internas. O depoimento de Joana é exemplar ao contrapor o extramuros, com sua "ausência de regras", ao intramuros, em que há o estabelecimento de regras e onde os moradores devem cuidar das áreas condominiais e aprender "a viver em comunidade".

> No comecinho o pessoal bateu muito no negócio das regras. Mas por isso que teve essa assistente social no começo, porque ela já veio para preparar o pessoal sobre as regras no condomínio. Porque muita gente que veio aqui morava lá fora e não sabe morar em um lugar que tem regra. Se você mora lá fora, você faz o que você quiser na tua casa, na frente da tua casa. Agora, aqui dentro não. Não é assim. Você mora na tua casa. Você tem a tua casa, tudo bem. Mas não é... Como fala, você tem que viver em comunidade. Aqui todo mundo tem que cuidar. Não é você, um cuidar e o outro destruir... (Joana, 42 anos, dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

No mesmo sentido de diferenciação entre os moradores de dentro e fora do condomínio, Douglas descreve os hábitos trazidos por alguns moradores de outros bairros da cidade, como jogar lixo ou mesmo pôr fogo em áreas vazias, além de identificar as diferenças

na aparência entre os moradores dos setores Leste e Sul da cidade, onde atualmente mora. Embora afirme que em todos os lugares há pessoas "que não valem nada", busca diferenciar-se socialmente ao afirmar que os moradores que mudaram para o condomínio mudaram de nível, mas não perceberam.

> A gente conhece o pessoal do outro lado da cidade. A gente veio tudo do Parque Alvorada [bairro localizado na Zona Leste da cidade]. É um pessoal diferente. Porque a gente veio da quebrada, e vê que é um pessoal diferente. São pessoas bem humildes. Você anda no Cambuci [bairro localizado na Zona Leste da cidade], no Parque Alvorada [bairro localizado na Zona Leste da cidade] é um pessoal feio da p**** [risos]. [De lá pra cá você sentiu diferença entre os bairros?] Por mais que, vamos supor, aqui tem gente que não vale nada e lá também. Todo lugar tem, mas é diferente o nível. As pessoas que moram lá são todas sem condições. [...] Teve gente que saiu das quebradas, que chegou aqui e viu a portaria ficou... O pessoal morou no buraco lá, chega aqui não tem respeito. [Você acha que gostaram?] Eu acho que foi assim, como que falo para você?... Eu acho que mudou o nível dele e ele não percebeu. Ele continuou pensando que está morando no... Tinha uns vizinhos aqui que jogavam lixo lá embaixo! Vamos supor: sofá velho, lá embaixo. A gente teve que chegar nele e falar que não é assim que funciona. Aí virava a cara para gente. No outro dia fazia a mesma coisa. Chegou a tacar fogo no sofá lá que o fogo deu tudo no... [...] Eu cheguei no vizinho, e falei: "Não é assim que funciona, não!". Aí ele fechou a cara comigo. É isso que é errado. Acha que está morando onde? Se você não zelar pelo lugar que você mora, quem é que vai zelar? (Douglas, 40 anos, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O fato de os moradores terem a quem diretamente se reportar quando algo ocorre fora das regras, aliado ao crescente desinteresse pelos espaços públicos, contribui para a dissolução cada "vez maior da possibilidade de convívio na cidade e da cidade como lugar das diferenças, havendo, ao contrário, um acirramento da indiferença

e do individualismo na resolução (ou amenização, a exemplo do escapismo para condomínios exclusivos) dos problemas urbanos" (Fernandes, 2009, p.210).

> Aconteceram todas essas desavenças, que a polícia ficou três dias na casa da moça lá, que elas rolaram na grama uma com a outra lá, debaixo de chuva. A síndica levantou uma hora da manhã e foi pra lá, e a briga continuou de manhã, continuou no outro dia, veio a polícia. Dois, três dias. A síndica serve pra isso. A síndica então serve pra... Colocar o condomínio... Apaziguar as pessoas, ver o que precisa, o que falta, o que precisa melhorar, e só... Na hora de administrar mesmo, somos nós, e o que a gente decide, ela faz... (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Além disso, a imposição de regras pode dificultar a apropriação dos espaços coletivos de lazer, mesmo que eles sejam atraentes.

> Eu tenho há dezesseis anos a chácara, dezesseis que eu morava lá [batendo na mesa], eu nunca passei um domingo de solidão! Eu tinha meus irmãos, baixavam na chácara no final de semana, pra relaxar. Minhas primas, minhas tias, minha família toda, meus amigos. Eu fazia um caldo na sexta-feira. Toda sexta-feira era caldo em casa, toda sexta-feira à noite. A minha cozinha é grande. Então é isso. Isso é tudo sobrinho dormindo. Vai todo mundo. Essa que é minha copinha. Então é tudo de bom. Tem a cozinha, olha a área, olha o tamanho da mesa... [mostrando algumas fotos]. Sabe, eu tenho três fogões de lenha... Mas então, de repente... Hoje eu saio, eu estou de frente com um vizinho, eu não posso... Na chácara você pode aumentar o rádio e fazer o serviço, porque mulher é assim, aumenta a TV e o rádio pra fazer o serviço! Você não pode no condomínio. Você não pode, é tudo bem comum, são novas regras, é tudo quanto a isso... No condomínio você... Que nem, na chácara tem piscina, as crianças brincam, vai todo mundo... À tarde eu coloco remedinho, no outro dia está pronta, está clarinha, limpa. No condomínio,

> seus parentes não vão à piscina. É só você. São só os que moram na casa. [Seus parentes não podem entrar?] Não podem, não podem entrar na piscina. E é uma piscina maravilhosa do condomínio onde moramos. É linda, grandona, tem duas, tem infantil... [Vocês frequentam?] Frequentamos à noite. À noite por quê? A gente faz os exercícios à noite na piscina porque nós chegamos à noite em casa, e nós temos uma vida sedentária, somos gordinhas, temos uma vida sedentária, paradinha. Então à noite, eu vou. [Entendi.] Então, a única coisa que eu acho ruim... Vão meus sobrinhos, meus irmãos, em casa no fim de semana, vê a piscina e fala: "Ah, puxa! Uma piscina agora seria legal!". "Mas, benzinho, não pode." "Vamos para a chácara!" Aí desce todo mundo pra chácara de novo. Lá brinca, joga, faz tudo. Anda a cavalo... Faz tudo! (Marisa, 49 anos, podóloga, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Embora tenha piscina e outros equipamentos de lazer,[5] em todas as visitas que realizamos ao Condomínio Terra Nova São Carlos, esses espaços privados de uso coletivo estavam vazios. O fato de não poder compartilhar alguns destes com eventuais visitas, o que seria normal em um espaço residencial aberto, pode explicar a ausência de uso nesses espaços. De acordo com as regras do condomínio, as piscinas podem ser frequentadas apenas por moradores, embora tenha havido por diversas vezes o descumprimento dessa regra, conforme nos contaram os entrevistados.

Mas há manifestações mais radicais que merecem atenção especial. São práticas protagonizadas sobretudo por crianças e jovens moradores desses espaços, como os casos de vandalismo, pichações, destruição de áreas coletivas, como playgrounds, piscina, área de churrasco, que foram descritas nas entrevistas (seguidas de reclamações) e registradas em fotos durante os trabalhos de campo.

5 Descritos no Capítulo 1.

Figura 47 – Detalhe da pia, da cuba e do sifão quebrados no quiosque do Condomínio Terra Nova São Carlos, em São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 48 – Equipamento interno depredado na área de lazer no Condomínio Terra Nova, em São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 49 – Pisos encardidos no quiosque da área de lazer no Condomínio Terra Nova São Carlos, em São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

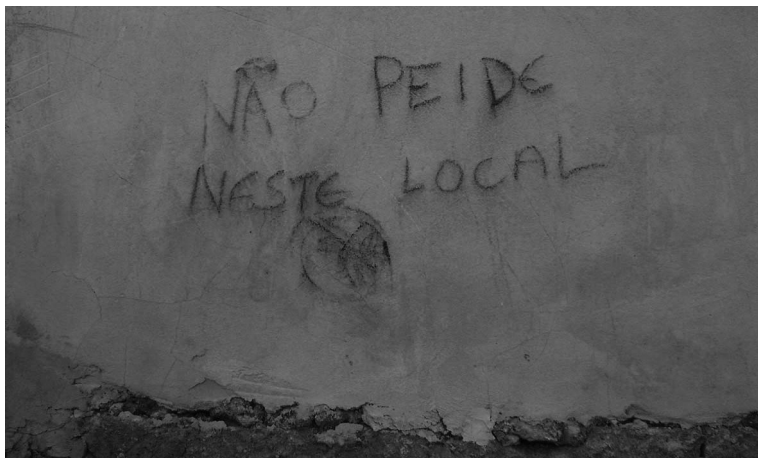
Figura 50 – Muro interno pichado no Condomínio Tecumseh Village, em São Carlos

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, maio 2013.

Figura 51 – Quiosque da área de lazer no Condomínio Esmeralda, em Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Figura 52 – Calçadas estreitas e irregulares no Condomínio Esmeralda, em Presidente Prudente

Fonte: Viviane F. de Oliveira. Trabalho de campo, jul. 2013.

Agora, lá em cima sim, tem um pessoalzinho que quebra, senta em cima de pia, quebra, tira as coisas do lugar, mexe nas plantas [...] Chegaram a rasgar o vinil da piscina. [...] Soltaram e puxaram o vinil. Isso foi no Ano-Novo. Arrumaram a piscina agora, no mês passado [abril]. Estava vazia a piscina. No alto do verão estava sem piscina. Mas como foi uma coisa assim, que teve presença, ninguém quis assinar na época. Porque você tem que fazer uma ata, e as testemunhas assinam que viram. E as pessoas ficaram com medo de se comprometer e acabou que o condomínio inteiro pagou. Todo mundo sabe quem foi, mas ninguém foi lá [...] Quem presenciou ficou com medo, porque condomínio é uma comunidade, então você está muito mais próximo. (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Eu acho que as crianças, principalmente os *aborrecentes*, são os piores. Fala com eles num dia, no dia seguinte estão fazendo pior. [O que eles fazem?] Vandalismo! Lá pra cima, o pessoal lá da casa de cima estão mais longe daqui do salão, então eles têm a churrasqueira, têm as pias, eles sobem em cima da pia. Disse que eles estão pulando na cuba, que chegou a soltar, cair a cuba no chão. Soltam o sifão... Molharam o papel higiênico e tacaram no teto. São bem vândalos mesmo. (Marcos 37 anos, microempresário, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

[Existe área de lazer aqui neste condomínio?] Você viu lá aquele pombal lá na frente? [...] Aquele quiosque lá que não vale nada. Aquilo lá pra mim não é nada, aquilo lá não é área de lazer. Não tem banheiro, não tem nada ali. Tinha o parquinho, os marmanjões estavam namorando lá. Ao invés de ser pras crianças, estavam namorando. Então, pra mim, não é área de lazer. [Você gostaria que tivesse área de lazer?] Eu queria. Eu gostaria, mas o negócio é o seguinte: se faz um parquinho aqui... uma quadra. Que nem, tinha os *molecões* lá de fora... As molecadas aqui de dentro chamam os moleques lá de fora pra vir namorar aqui dentro, as meninas. (Ailton e Helena, 38 anos, mecânico e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

> Que nem às vezes, que nem eu falei pra ele, tem horas que dá vontade de tirar esse campinho daí. [Por causa do barulho?] Eles entram [as crianças e jovens], eles invadem a casa da menina aqui para beber água. Quebram torneira. Para ela aqui é ruim. Fazem xixi, bagunça. Porque lá não tem o muro ainda, eles sentam tudo ali. Moleque, você sabe. Vai falar, eles xingam. (Joana e Raimundo, 42 e 54 anos, dona de casa e aposentado, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O descaso para com os equipamentos coletivos e a frequente impunidade em relação aos "pequenos delitos" cometidos dentro dos espaços residenciais fechados podem levar esses jovens à conclusão de que tudo pode ser feito, sem maiores consequências. A noção e o respeito às regras do que é privado, mas coletivo, acabam por se tornar mais problemáticos nesses espaços. Observamos que, quando reclamam dos problemas internos relacionados ao vandalismo ou às pichações, a preocupação maior dos entrevistados é sempre em relação ao custo que terão para reformá-los. Os princípios da vida democrática, de respeito ao direito dos outros e também dos espaços que são coletivos, não são promovidos, nem vistos como algo importante nos espaços intramuros, o que se torna mais preocupante quando levamos em conta que a cidade do futuro será dos jovens e das crianças de hoje.

Para alguns moradores, dentro desses espaços, cria-se uma simulação de cidade, uma falsa liberdade, em que há regras para tudo, mas que não precisam, necessariamente, ser cumpridas. Por um lado, as pessoas consideram que as regras impostas são exageradas, mas, por outro, esboçam o desejo de viver em uma cidade em que tudo fosse regrado, privatizado, o que sugere a aposta no processo de esvaziamento da vida urbana. Do direito à vida pública, que na *Belle Époque* significou um direito a processos democráticos (Prost, 1992), passa-se ao direito à vida privada, com uma privatização dos espaços de consumo, do lazer e da habitação.

A cidade fragmentada produz uma desintegração física e subjetiva, no sentido de que as práticas espaciais tornam-se segmentadas de

acordo com o poder econômico e as possibilidades de deslocamento, convergindo para uma tendência ao desconhecimento do *outro* também entre os residentes das áreas mais pobres, reafirmando processos de estigmatização socioespacial.

Para a compreensão dessas mudanças, são importantes as contribuições de Caldeira (2000), que analisa o modo pelo qual a desigualdade é reproduzida nas cidades contemporâneas, fortemente enraizadas na desvalorização do que é público e no acirramento dos processos discriminatórios e de segregação socioespacial. Em pesquisa realizada na metrópole paulistana, ela constata que a vida em comum presente nos condomínios fechados voltados a segmentos de média e alta renda acaba não criando "uma vida pública regulada por princípios democráticos, responsabilidade pública e civilidade" (ibidem, p.277).

Observamos que a produção de condomínios residenciais horizontais populares fechados reflete e reproduz os processos já em curso de segmentação do espaço urbano. Além de provocar o encarecimento da vida urbana, devido à distância dos principais equipamentos e infraestruturas, esses processos contribuem para o estranhamento e separação entre os diferentes citadinos, estimulando a criação de espaços cada vez mais "antiurbanos". Os espaços comerciais adquirem outros conteúdos, e os espaços públicos deixam de ser frequentados, passando a ser vistos como perigosos, conforme demonstra o trecho da entrevista de Marisa.

Assim, a criação de barreiras – simbólicas e físicas – não favorece o contato entre os citadinos. Os vários muros que demarcam espaços e separam os habitantes da cidade produzem um espaço urbano cada vez mais antidemocrático e individualizado.

Esses processos estão em curso também em cidades médias, nas quais as distâncias são mais curtas, visto que os deslocamentos, se comparados com os da metrópole, são mais facilmente realizados, sobretudo para os citadinos que dispõem de veículos automotivos, permitindo que haja uma descontinuidade territorial mais acentuada.

Outros papéis desempenhados pelos muros dos condomínios populares na periferia

A questão da localização periférica dos espaços residenciais pesquisados precisa ser retomada, em função da sua importância. O casal Fernanda e Rodrigo, por exemplo, nos contou que o condomínio em que moram está mais próximo de outra cidade, Ibaté, do que o centro de São Carlos, e ainda comparam a residência atual com a anterior, em Rio Claro, onde andavam a pé ou de bicicleta, "não ficando tão amarrado" ao meio de transporte, ou mesmo sem "muita liberdade pra fazer as coisas".

> **Fernanda:** É longe, muito longe. A gente se esconde...
> **Rodrigo:** Aqui a cidade foi afastando...
> **Fernanda:** Aqui já está chegando quase na... A gente fala que mais algumas coisas, a gente mora em Ibaté, que é uma cidade aqui do lado. [Ibaté está há quantos quilômetros daqui?]
> **Rodrigo:** Daqui, acho que uns 6 quilômetros. [Ibaté está mais próxima do que o centro de São Carlos?]
> **Fernanda:** Se for ver, está... Eu trabalhava em Ibaté, na clínica de lá. É pertinho... [...]
> **Rodrigo:** A distância atrapalhou bastante. Que nem, lá em Rio Claro, é costume andar de bicicleta. Lá é tudo pertinho, o serviço mais longe que eu trabalhei fica 6 quilômetros, pra atravessar a cidade. E o último que eu trabalhei lá, eram 3 quilômetros. Então você ia de bicicleta, às vezes, ia de carro, ia de ônibus... Então... Agora aqui não tem como. Uma vez eu fui trabalhar a pé... quase que eu morro pra voltar. Fica a 10 quilômetros, eu vim pela pista. Saí de lá cinco e meia, cheguei aqui sete e pouco. Sete e quinze, eu acho. Então... Você não tem muita liberdade pra fazer as coisas. Se acontecer alguma coisa, se quebrar um carro, ficar sem transporte, você fica meio amarrado.
> **Fernanda:** E às vezes, assim... E não é muito ônibus que vem pra cá. Tem ônibus, sim, algumas horas... Uma vez só que a gente pegou ônibus... Pegamos um ônibus, paramos no lugar errado,

ainda paramos lá em cima, viemos a pé. Mas... A única coisa, assim, é bom que tem tudo aqui perto, agora.

Rodrigo: É, o Carrefour [hipermercado] não fica tão longe... [Dá tudo pra ir a pé?] **Rodrigo:** É... Mais ou menos...

Fernanda: É. Não... São tudo petitico. Minifarmácia, minissacolão, minipadaria... [Como são feitos os deslocamentos de vocês pela cidade?]

Rodrigo: Sempre de carro. [Você considera que o condomínio é perto ou longe do centro da cidade?] **Rodrigo:** Longe, bastante longe [...] Mais na hora de... A hora do rush... 6 horas... 6 horas da tarde... 7 horas aqui... Nem pega essa parte. Também ali no centro está muito... É muito carro pra pouca cidade. [...] Eu gosto de moto, e aqui moto é uma maravilha, porque é muito carro, você tem que andar só nos horários mais sossegados. Você perde muito tempo do centro pra cá nos horários de pico. Então é isso que... Vai ser que nem São Paulo: uma placa, um dia [riso]... Muito carro...

Fernanda: Verdade. Ônibus tem bastante até aqui, não tem tanto horário. Mas... Tem... Uma vez só que eu precisei de ônibus e deu certo. Demora muito pra chegar. Demora bastante pra chegar até lá... Mas tem... Não sei se é... Que eu saiba é a cada duas horas que passa o ônibus aqui. Eu não sei... Eu fui uma vez só, que o porteiro me falou e eu aproveitei, porque meu carro tinha quebrado. (Fernanda e Rodrigo, 24 anos, podóloga e eletrônico, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Assim como ocorre nos espaços residenciais abertos, além da distância, esses moradores têm que lidar com a falta de acessibilidade ao transporte coletivo, optando por meios alternativos de transporte individual, como a moto, por exemplo, que acaba deixando "tudo mais perto".

[E a senhora acha que o condomínio é perto ou longe do centro da cidade?] Não sei. Para a gente se torna perto porque com moto e com carro fica pertinho, mas se for de ônibus, eu acho que fica mais complicado, mas é perto. [...] eu acho que condução, que nem

> ônibus, tem toda hora, que desce, e se não tiver também pega o carro ou a moto e vai trabalhar. Isso aí não tem nada a ver, eu não acho "dificultoso" não. (Antonia, 56 anos, aposentada, Condomínio Tecumseh Village, São Carlos)

Essa alternativa individual, especialmente pelo automóvel, que é, aparentemente, a mais eficiente, colabora para o aumento de congestionamentos, resultando em maior tempo para o deslocamento de determinados espaços. O perfil socioeconômico dos moradores dos condomínios que pesquisamos influencia na frequência dos deslocamentos realizados, visto que, como nos disse Helena, "se você não tiver dinheiro, você não sai", implicando na necessidade de resolver seus problemas de uma vez, em uma única ida ao centro.

> [Vocês consideram que esse condomínio é perto ou longe do centro da cidade?] **Helena:** Não, ele é longe!
>
> **Ailton:** É longe! Ele é longe. Porque é uma coisa que não dá pra você ir a pé. É longe. Se você não tiver dinheiro, você não sai. Mas, quer dizer... Você tem tudo aqui. Você não precisa estar saindo pro centro, porque se você tem tudo aqui dentro. (Ailton e Helena, 38 anos, mecânico e dona de casa, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

O fato de percorrer longas distâncias para obter melhor preço no centro ou mesmo realizar todas as atividades próximas ao condomínio, quando é possível, é compensado pela libertação em relação ao aluguel, por ter uma casa para morar, ter "um cantinho pra ficar", como nos contou Fabiana.

> Eu morava no Jardim Aviação. Do Aviação eu vou de a pé pro centro, era dez minutos. Aí você vem pra cá, fala: "Nossa, eu estou no fim do mundo!" [riso] Tem vantagens e desvantagens. Às vezes você acha uma casa pra você alugar lá, pertinho. É 500 [reais]? É! Mas você não vai gastar com moto, você não vai gastar com nada. Você anda tudo a pé, aproveita e já faz uma caminhada... Tem os seus pré e os seus prós. Mas, graças a Deus, é bom ter um cantinho pra gente ficar... [...]

> Então, nossos deslocamentos são sempre perto, os mercados a gente já vai aqui perto. Quando não, é com minha irmã, que ela vem de carro, nós já vamos ao Muffato [hipermercado] em algum lugar, já faz as compras e já vem. A igreja já é perto também. Então é tudo perto que a gente já sai. Na avenida aqui perto. Então não tem muito deslocamento pra longe assim, não. Quando eu vejo que tem alguma coisa assim, que eu quero comprar que compensa, é mais barato no centro, eu pego a moto e vou pro centro! Aí é meia hora... Meia hora, quarenta minutos! Aí é uma viagem. Eu falo que a gente não mora nem em Prudente, nem em Pirapó, a gente está no meio do caminho. [Você considera que esse condomínio é perto ou longe do centro da cidade?] É longe pra chuchu [riso], é bem longe! (Fabiana, 30 anos, estudante de enfermagem, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

As limitadas possibilidades de deslocamento não diferem muito daquelas dos espaços residenciais abertos que pesquisamos, como podemos perceber na narrativa de Haidê, uma dona de casa aposentada, moradora do Cidade Aracy, que nos contou que passou a ser possível deslocar-se mais pela cidade quando adquiriu a carteira de isenção disponibilizada pelas empresas de transporte a quem é maior de 60 anos.

> Eu só vou à cidade quando eu preciso mesmo, de ir no médico ou alguma coisa assim. Que nem, pra ir pro centro, eu não tinha... Agora eu tenho 60 anos. Eu não consegui aposentar, por causa que eu não tenho os quinze anos completos. Então agora, se eu puder... Agora que eu consegui a minha carteirinha. Então agora, a hora que eu quiser ir na cidade, eu vou mais fácil, porque de primeira, às vezes tinha o ônibus, mas talvez eu nem tinha o dinheiro. Eu trabalhei lá pro lado da Vila São José ali, cinco anos e seis meses. Não tinha ônibus que subia lá pra cima, eu tinha que subir inteiro no Jardim Cruzeiro do Sul. Acabava de chegar do meu serviço, andava catorze quarteirões todo dia. Ia a pé e vinha a pé. Então era difícil. Na época que a gente mudou, era bem mais difícil. Melhorou só no transporte. Aqui que eu acho que é uma coisa que melhorou bem pra gente. Ficou mais fácil daqui pra cidade agora... (Haidê, 60 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

> Você precisa fazer uma compra, pra pegar um preço melhor ou comprar coisa diferente, você tem que ir pro centro, para os outros bairros. Aqui não tem. E é um pouquinho longe também. Tem que fazer todo esse trajeto, subir todo esse morro pra chegar lá pra cima. Quem depende de ônibus... É que a maioria das pessoas do bairro tem carro. Mas pra quem depende de ônibus, é um pouquinho mais difícil. A questão do ônibus também é péssima, todos eles vêm despencando. Todos eles vêm cheios. Nesse horário da tarde então, é terrível. (Luciana, 30 anos, dona de casa, Cidade Aracy, São Carlos)

Diante dessas respostas dos entrevistados, retomamos nossa hipótese, elaborada a partir de observações de campo e das entrevistas, de que os muros acabam por desempenhar o papel de viabilizar a introdução dos condomínios horizontais populares, visto que são utilizados para separar um espaço urbano de outro "não urbano", como ocorre em São Carlos, entre o Tecumseh Village e as chácaras ao seu redor, entre o Terra Nova São Carlos e o canavial e outros condomínios que estão nos seus limites. Em Presidente Prudente, isso ocorre entre o Vista do Vale e a rodovia Raposo Tavares, e ainda entre o Condomínio Esmeralda e a área de preservação permanente que fica nos fundos. Em função de localizações muito desfavoráveis, diretamente relacionadas aos baixos preços desses terrenos, os muros passam a ser condição para a valorização das residências, conforme explicita a resposta de uma futura moradora.

> Eu acho que depende do lugar, assim. Não sei te falar. Eu cheguei a ver outras casas, mas não compensaram. Não época em que eu estava vendo, não compensava. Compensou mais, pesou mais o fato de ser um condomínio fechado, ter mais benefícios do que você comprar uma casa pelo mesmo valor e não ter nada dos benefícios que tem, no caso, condomínio e segurança. [Não compensavam por quê? Por causa de bairro?] Do local, do bairro. Porque pelo mesmo valor, os bairros eram bem afastados e não tinha povoamento bom assim. Era... Parecia que você estava entrando numa cidade assim que... Por exemplo, as casas tinham galinha ainda no quintal, era

> sem muro, não tinha portão. Então era bem assim, uma coisa assim... Não era bem localizado mesmo. Você via assim, que tinha muito buraco, muito terreno baldio ainda. Então não compensava, pelo mesmo valor. (Mariana, 22 anos, auxiliar administrativo, Condomínio Vista do Vale, Presidente Prudente)

Dessa forma, as desvantagens locacionais são estrategicamente compensadas pela forma condominial fechada, pelo menos enquanto compõem as expectativas positivas de futuros moradores, como revelou a entrevistada citada anteriormente. Ela articula subjetivamente a segurança, a localização e a privacidade, sem levar em conta outros aspectos, o que se contrapõe ao cotidiano descrito pelos moradores de outros condomínios já habitados há algum tempo, uma vez que esses espaços são construídos em áreas distantes da malha urbana compactada e, por vezes, também dos demais equipamentos coletivos de saúde, educação, serviços, lazer e até mesmo de consumo, como mercados, padarias e demais estabelecimentos comerciais. Como forma de agregar valor a essas habitações, os muros são erguidos e passam a ser vendidos como sinônimos de qualidade de vida, segurança e, por vezes, lazer.

Isso implica em mudanças no conteúdo da periferia? Antiga como fato e como representação social, inicialmente a periferia foi concebida como local de habitação de trabalhadores pobres, representada como espaço homogeneizado de criminalização e pobreza (Rosa, 2009), mas salientamos os novos significados que a periferia assume, principalmente a partir da introdução de empreendimentos imobiliários, por exemplo, permitindo que haja nesses locais uma diversificação de grupos sociais, com uma distribuição espacial mais complexa entre ricos e pobres. Pobreza e riqueza distribuem-se de forma descontínua, com os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alterando as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos. Mas isso ocorre apenas quando os empreendimentos imobiliários são voltados às classes médias e altas?

Como vimos, quando passam a residir em condomínios fechados, nossos entrevistados experimentam mudanças nas suas práticas

espaciais, mas o alcance delas é variado. Algumas são próprias da condição condominial e limitam-se ao intramuros, como escolher o síndico, participar das decisões, muitas vezes problemáticas e frequentemente pautadas na preocupação com as despesas comuns, mas também na organização (e manutenção) de áreas coletivas e nas regras. No que se refere ao extramuros, ou mais precisamente às relações entre interior e exterior, morar em um condomínio que é popular e está na periferia contribui para que os moradores livrem-se do peso dos estigmas socioespaciais. A referência simbólica a uma forma de morar própria da classe média e elite atua positivamente nesse sentido, mas pode gerar falsas expectativas, o que é negativo, conforme mencionado por Fabiana em depoimento já citado.

> Por ter nome de condomínio... Digo assim, deveria ter um pouquinho a mais, ser melhor. Mas, eu acho assim: fica mais ou menos a desejar, eu penso. Porque quando você fala "Ah, moro num condomínio", as pessoas falam: "Nossa, ela mora num lugar chique!". Mas só que não tem, assim... Não tem uma estrutura... (Fabiana, estudante de enfermagem, 30 anos, Condomínio Esmeralda, Presidente Prudente)

Evidenciam-se as relações entre a dimensão subjetiva e objetiva do cotidiano, inclusive porque a questão da insegurança vai ganhando cada vez mais prioridade. Mas essas mudanças não são nem absolutas, nem percebidas por todos da mesma maneira, havendo descontinuidades em relação à sua experiência anterior, mas também continuidades, como o fato de morar em áreas periféricas, mal servidas por transporte público,[6] em casas menores e impossíveis de serem ampliadas.

Considerando que na "sociedade do consumo" símbolos são mais importantes do que conteúdos, a publicidade percebe e

6 Não desconsideramos as mudanças experimentadas por essas áreas, conforme mencionamos anteriormente, principalmente no caso do Cidade Aracy e do Jardim Humberto Salvador, especialmente no que se refere à infraestrutura.

aproveita a representação positiva do condomínio para amenizar os fatores desfavoráveis de se viver na periferia, sendo, sobretudo, uma simulação da qual participa outro tipo de morador da periferia, como um privilégio. As desvantagens de falta de espaço interno acabam sendo compensadas pela forma condominial fechada. Nesse sentido, as mudanças nas periferias que pesquisamos são mais simuladas que vivenciadas objetivamente pelos seus moradores, em função dos problemas cotidianos presentes intra e extramuros.

Na entrevista subsequente, a entrevistada, que comprou a casa no condomínio onde seus pais adquiriram um imóvel anteriormente, mas ao qual não se adaptaram, revela como as necessidades cotidianas não se limitam a um local para morar.

> É o seguinte: minha mãe, ela saiu de uma casa de 250 m², porque eu tinha casado, a minha outra irmã... A mais nova casou e ela achou muito grande pra ela... Quando ele comprou aqui, foi meio no susto, ninguém imaginava que ele [seu pai] ia comprar, porque eu vim ver, e ele acabou comprando, depois eu comprei. Como comprou, a hora que ficou pronto, ele falou "Vamos mudar", e minha mãe falou "Ah, está bom. É pequenininha e tudo, mas vamos, vamos então". Daí vieram, ela fez tudo na casa, mobiliou toda a casa e vieram pra cá. Só que daí chega de final de semana, eu vinha de Descalvado [cidade vizinha de São Carlos], a minha outra irmã tem duas crianças, vinha ela, o marido e duas crianças, a minha irmã mais nova, vinha ela, o marido e a nenê, então você imagina... A casa ficou pequena pra muita gente no final de semana, e aí ela resolveu comprar outra. Ela comprou uma lá no Cardinali [condomínio], que é maior. (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Foi procurando entender como esses moradores lidam cotidianamente com um dos problemas mais comumente mencionados por eles, a proximidade entre as residências, bem como protegem o espaço privado, íntimo, do controle e/ou visibilidade de outrem, que elaboramos parte de nossa análise. A partir das visitas aos condomínios, constatamos a visibilidade do interior das habitações

proporcionada pelas janelas e a importância dos muros internos ou de barreiras que demarquem o espaço privado de cada um, o que favoreceu a compreensão das falas dos moradores.

São empregadas diversas maneiras para separar o espaço de cada um: por meio da construção de muros, quando é permitido ou se têm condições financeiras para isso, ou pela utilização de cercas vivas, pequenos bambus ou pedaços de madeiras. Essas estratégias confirmam a constatação de Sennett (1998, p.29) de que "os seres humanos precisam manter certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis", que, no entanto, não é levada em conta quando as habitações populares são construídas, seja nos condomínios fechados, seja em espaços residenciais abertos.

Durante uma visita a campo, notamos que em um domingo de sol, por volta das 11h da manhã, todas as janelas das residências do Condomínio Terra Nova São Carlos estavam fechadas. Quando perguntamos o porquê, uma das moradoras respondeu que, se as janelas ficassem abertas, todos veriam o que está acontecendo dentro das casas, não apenas no quarto, mas também em parte da sala. Outra moradora explicou que recorrem à construção de muros ou mesmo ao fechamento das áreas abertas, mesmo sendo proibidas pelo regulamento do condomínio, como forma de preservar o espaço privado de cada um.

> O pessoal fecha, fica tudo escuro, escurece o terceiro quarto, escurece a cozinha, não tem claridade, não tem sol... Eu não sei... Em minha opinião é a área de jardim de inverno, tem que ficar aberto, desvaloriza a casa fechado... Aí eles estão fechando, porque não quer contato com ninguém. Eu não sou assim, eu gosto de todo mundo, eu respeito todo mundo, você tem o seu limite, eu tenho o meu, não tem porque estar fechando... É, e eu fico pensando, a gente não pode ficar gritando, aqui tem isso. Eu escuto pela porta, mas ela [a vizinha] está entrando com namorado, às vezes eu estou entrando com ele [marido], a Juliana [filha] está entrando, a gente se vê na porta, não tem jeito. A gente se cumprimenta e tudo, mas ouvir barulho aqui... (Vera, 50 anos, auxiliar de enfermagem, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Se, por um lado, o fechamento das casas pauta-se no direito à vida privada, por outro, implica em um distanciamento nas relações sociais, em um desconhecimento da rotina do vizinho, que poderia perceber, por exemplo, quando há algum desconhecido na casa em um horário em que os moradores habitualmente não estão, oferecendo assim alguma segurança. Nessas relações, "há mais do que um conhecimento mútuo: há um contato social. Cada morador do bairro ou da vila aufere certo proveito dessa vizinhança, desde que pague o devido preço" (Prost, 1992, p.116), ou seja, ela envolve também outra forma de controle social.

> Quando você vem pra condomínio, você primeiro busca segurança, e outra... Você tem uma convivência maior com o vizinho, principalmente nesse tipo de condomínio que você não tem muro na frente, não tem portão na frente, então você tem uma convivência muito maior... [Permite que você veja o vizinho... Converse com ele...] Exato... Então aproxima um pouco mais as pessoas... [E quais são os equipamentos e as medidas de segurança que têm aqui no condomínio?] Tem a portaria, um sistema de câmera e o boca a boca dos vizinhos... Porque se a pessoa vê alguma coisa diferente do que está, da rotina, então acaba comunicando. Os vizinhos, para isso, acaba ajudando... (Simone, 35 anos, veterinária, Condomínio Terra Nova São Carlos, São Carlos)

Outros moradores, ao longo das entrevistas, relataram que, embora achassem necessário ter uma demarcação clara do espaço de cada um, possuíam boa relação com os vizinhos, porém sempre limitadas ao "Bom dia" e "Boa tarde". Essa superficialidade nas relações não pode deixar de considerar o papel das diferentes maneiras de lidar com o tempo, principalmente o do trabalho, sempre privilegiado, e que acaba influenciando nessas relações sociais, além das recentes mudanças nas formas urbanas. Segundo Prost (1992, p.121), a articulação que havia outrora entre público e privado foi destruída pela urbanização recente.

> As formas arquitetônicas e urbanas da modernidade dificultam ainda mais a articulação entre o privado e o público no espaço do bairro, pois elas desestruturam esse espaço. É o fim das ruas, que canalizavam os itinerários, e o fim das lojinhas: os centros comerciais ocupam o lugar das mercearias, e as pessoas frequentemente vão de carro. [...] Certamente os arquitetos dos grandes conjuntos, como os responsáveis pelas restaurações de ilhotas insalubres entre 1950 e 1970, não haviam entendido que a forma urbana desempenha uma função social para além de suas funções utilitárias evidentes (moradia, comércio, trabalho). Assim, suas realizações não facilitam a formação de espaços de transição ao mesmo tempo públicos e privados. (ibidem, p.125)

Para compreender o significado atual de tal proximidade, é importante levar em conta o processo de construção da vida privada na sociedade burguesa. Ao longo dos séculos, a construção da vida privada foi realizada de diferentes maneiras. Ela começa pela história de suas fronteiras, ela "não é uma realidade natural, data desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas" (ibidem, p.15). Na sociedade francesa da *Belle Époque*, pesquisada pelo autor, o direito à vida privada passou a ser uma prioridade, com a efetiva separação entre o espaço de trabalho e moradia, que aprofundou as distinções entre espaço público e privado (ibidem).

Para entender a transferência entre o público e o privado na cultura moderna, Sennett (1998) investigou as mudanças históricas dos papéis públicos. Segundo esse autor, ao contrário do que se imaginava, a proximidade física entre as residências gerou o distanciamento nas relações sociais entre a população, o que nos ajuda a entender as mudanças ocorridas nas periferias de Presidente Prudente e São Carlos. As relações de proximidade que antes havia entre vizinhos permitiam que as pessoas desenvolvessem uma maior sociabilidade entre os habitantes do mesmo bairro, ao contrário do que se vê atualmente.

A proximidade física das residências não se traduz, portanto, em proximidade entre os moradores, mas ocorre o contrário: não apenas

gera menor aproximação, como estimula o distanciamento. O prolongamento dos muros e o fechamento das garagens são construídos como reação a tal proximidade forçada.

Morando em áreas distantes e ainda submetidos às novas regras, entre elas algumas que não permitem a instalação de pequenos comércios nesses condomínios, como padarias, açougues, mercearias, farmácias, que tradicionalmente auxiliam nas necessidades cotidianas dos moradores de áreas periféricas, eles também vivenciam dificuldades relacionadas à distância. A compra do pão matinal tem que ser realizada no dia anterior, durante a volta do trabalho para a casa, ou mediante deslocamento feito necessariamente de carro ou bicicleta até a padaria mais próxima, que geralmente está a não menos que 3 quilômetros de distância.

Dessa maneira, a reflexão sobre a história recente das políticas habitacionais brasileiras torna-se necessária, como forma de reafirmar que a resolução desse problema não se limita à mera construção de casas. Os empreendimentos imobiliários têm impactos tanto no ordenamento territorial como no cotidiano dos moradores. É necessário levar em conta essas articulações e produzir um modelo habitacional que de fato priorize os segmentos de menor renda e os integre à cidade, garantindo-lhes realmente o direito a esta.

Considerações finais

A expansão urbana experimentada pelas cidades brasileiras vem ocorrendo em descontinuidade, com a introdução de espaços residenciais fechados de classe média e elite, em áreas distantes da malha urbana compactada, mas também de condomínios horizontais populares fechados, aos quais voltamos nossa atenção neste livro, que procura compreender como essas novas formas de morar são influenciadas e influenciam a produção do espaço urbano de cidades médias, como Presidente Prudente e São Carlos.

Tendo em vista esse objetivo geral, um amplo conjunto de questionamentos norteou este trabalho, entre eles: 1. Fisicamente e subjetivamente, como estão configuradas essas áreas? 2. Quais são as expectativas e em que medida elas são contempladas conforme se estabelecem essas residências? 3. Em que medida as práticas cotidianas e os problemas nessas áreas assemelham-se ou diferem daqueles presentes em espaços residenciais populares abertos? 4. Em que medida as regras que costumam ser adotadas nos condomínios horizontais populares fechados influenciam no cotidiano de crianças e jovens moradores? 5. Do ponto de vista do consumo do espaço urbano, o que significa morar nessas áreas? 6. Qual é o "pacote" comprado junto com as residências? 7. Em que medida o que é vendido passa a ser desejado e, consequentemente, necessário? 8. Por que há

o incentivo desse tipo de residência por parte dos organismos governamentais? 9. Qual a relação entre a localização no espaço urbano e a presença de muros e eventualmente de outros equipamentos e/ou serviços de segurança?

Algumas dessas questões, por motivos de ordem diversa, não puderam ser respondidas, como a de número 2, devido ao fato de a entrega das casas aos moradores ter ocorrido vários meses após o prazo previsto, inviabilizando a entrevista com as mesmas pessoas na condição de moradores. Outras questões, devido à própria dinâmica da realidade, não puderam ser aprofundadas, como é o caso das políticas habitacionais, visto que estávamos finalizando a pesquisa quando uma nova fase do Programa Minha Casa Minha Vida foi lançada. Além disso, consideramos que alguns questionamentos, como o proposto no item 5, tornaram-se um desafio para nossas próprias pesquisas futuras, e também as de outros pesquisadores, pois suscitaram mais de uma forma de interpretar as transformações dos espaços urbanos.

Nestas considerações finais, embora conscientes de nossas limitações, procuramos sintetizar as contribuições mais relevantes que produzimos para ajudar a respondê-las:

1. Os condomínios residenciais horizontais populares fechados que pesquisamos localizam-se em áreas periféricas e são separados por barreiras físicas (muros ou cercas), que também exercem a função de criar barreiras simbólicas, tanto por parte de quem vende as residências neles localizadas (construtoras, incorporadoras) como de quem as compra. Tal divisão do espaço atua em dois sentidos principais. Por um lado, contribui para a reversão, ainda que limitada, da desqualificação que caracteriza os espaços periféricos e seus moradores, baseada em estigmas, integrantes de processos de segregação socioespacial. Assim, em Presidente Prudente, residir no Condomínio Vista do Vale é simbolicamente positivo, visto que a palavra "condomínio" é associada a aspectos que remetem a símbolos de status, livrando seus moradores

do peso dos estigmas que caracterizam alguns espaços periféricos, como o Jardim Humberto Salvador, em que o peso de residir nesse espaço é simbolicamente negativo (sobretudo para os demais citadinos), pois são discriminados por seu local de moradia, quer seja para abrir um cadastro em uma loja, quer seja para pegar um táxi para sua casa em determinado horário, como elucidaram seus moradores. Embora ambos estejam situados em áreas periféricas, o primeiro esteja mais distante do centro do que o segundo e o perfil socioeconômico de seus moradores sejam semelhantes. Do mesmo modo, em São Carlos, residir no Condomínio Terra Nova São Carlos é simbolicamente positivo, enquanto residir no Cidade Aracy é simbolicamente negativo, embora ambos estejam situados em áreas periféricas, o primeiro esteja mais distante do centro do que o segundo e o perfil socioeconômico dos seus moradores seja semelhante.

2. Por outro lado, a divisão do espaço promovida pelos condomínios populares amplia a tendência de privatização em curso nas cidades brasileiras e cria diferenciações entre interior e exterior desses espaços residenciais, embora seus moradores possuam perfil socioeconômico semelhante, ou seja, estimula novas segmentações que se sobrepõem às já existentes, conforme explicitaram os entrevistados Douglas ("Teve gente que saiu das quebradas, que chegou aqui e viu a portaria ficou... O pessoal morou no buraco lá, chega aqui não tem respeito... Eu acho que mudou o nível dele e ele não percebeu"), de Presidente Prudente, e Bruno ("Muita gente aqui nunca viveu em condomínio, então não sabe como que funciona morar em condomínio, então as pessoas não pensam no todo, pensam em si próprias"), de São Carlos. Reforçando essa tendência, a preferência por realizar atividades no interior do condomínio transmite a seus moradores uma sensação de segurança, diretamente relacionada ao evitamento dos *outros*, os de *fora*, perigosos, passando esses moradores a assumir "práticas semelhantes aos que optaram pela segregação,

em vários casos, ao elaborarem discursos que distinguem ou discriminam os 'outros'" (Sposito, 2013, p.72), em uma aproximação, ainda que imaginária (ou simbólica), com os modos de morar dos segmentos médios e de elite.

3. Com base na bibliografia sobre políticas habitacionais brasileiras, percorremos sua trajetória desde a construção de megaconjuntos habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) até a construção de condomínios horizontais fechados de baixo e médio padrão, para compreender por que a localização descontínua em relação à malha urbana continua a se repetir, além de ser ampliada e reforçada pela inserção dos muros. Mas observamos, ainda, que a presença dos muros também é uma forma de reverter problemas como as desvantagens locacionais e a superexploração de espaços internos, diretamente relacionados com a atuação da iniciativa privada na produção de habitações populares. Concluímos que a preferência pela tipologia fechada é do mercado e deve-se a dois motivos principais: a possibilidade de agregar valor a tais imóveis (o que é amplamente explorado pelo marketing) e o máximo aproveitamento dos lotes, com vias estreitas, casas sem recuo lateral, que geram maior lucratividade.

   Do ponto de vista dos moradores, a facilidade no financiamento por meio de programas governamentais[1] é determinante para essa escolha, que não valoriza inicialmente o fato de o imóvel estar em um condomínio fechado. Mas, para eles, o tamanho menor dos terrenos no condomínio é compensado pela segurança, mesmo que seus próprios depoimentos indiquem a necessidade de relativização dessa compensação, já que em todos os condomínios – exceto o Vista do Vale, que ainda não possuía moradores até o período de realização das

1 Referimo-nos principalmente ao Minha Casa Minha Vida, mas também ao PAR (Programa de Arrendamento Residencial (PAR), conforme discutido no Capítulo 2.

entrevistas – foram relatados casos de furto e agressão. Concluímos que o discurso da insegurança, que não aparecia inicialmente como preocupação, passa a ser incorporado, aliado ao da facilidade no financiamento, evidenciando o papel da publicidade em tornar a segurança e os equipamentos de lazer mais atrativos que a casa em si e contribuindo para que a casa própria adquira novos sentidos.

4. Quatro aspectos (interligados) foram considerados importantes sobre a habitação: a) o consumo da habitação integra a questão social mais ampla; b) a habitação possui um componente simbólico, "é o ser social do seu proprietário; é também um investimento, quer seja como um bem de consumo, como uma poupança não financeira e ainda uma herança transmissível" (Bourdieu, 2000); c) é um bem com valor de uso (dar abrigo, fixação, atender à necessidade de subsistência) e valor de troca, é uma mercadoria, tem um preço, assim, passa a ser desejada como "casa própria"; d) a habitação vai além da sua edificação, conforme reconhecido pela presidente Dilma no discurso que analisamos. Do ponto de vista analítico, procuramos incorporar a proposição de Holston (2013, p.26) de entender cada habitação como "textos legíveis" que atestam mudanças, conquistas de bens individuais e de status, o que possibilitou a identificação da dimensão política presente nas falas de alguns de nossos entrevistados, moradores de condomínios horizontais populares fechados, que evidenciaram sua demanda pelo direito à cidade.
5. Os trabalhos de campo nos quais fizemos observações e entrevistas em espaços residenciais populares abertos e fechados das duas cidades desempenharam papel fundamental na construção deste livro, em função dos parâmetros produzidos para a identificação de novas e velhas práticas espaciais, das mudanças objetivas e subjetivas experimentadas por esses espaços periféricos, da identificação de continuidades e descontinuidades entre o interior e o exterior dos condomínios horizontais populares fechados (padrões

construtivos semelhantes das residências, mesmos conflitos entre vizinhos, embora algumas diferenças sejam notáveis, como a possibilidade de eleição de um síndico pelos condôminos, escolhido entre eles, e a necessidade de pagar por todos os serviços realizados nas áreas comuns, mesmo aquelas destinados às vias internas do condomínio, em função do seu caráter privado).

6. Esperamos ter demonstrado, com base nas entrevistas, que não se trata apenas de residir em áreas fechadas, mas de um processo mais profundo e amplo, que toma múltiplas esferas da vida urbana e, sobretudo, coloca em xeque o espaço público. A atual expansão urbana experimentada pelas cidades brasileiras resulta de políticas públicas e de mecanismos de mercado que expulsam para cada vez mais longe a população de menor renda, embora empreguem estratégias para amenizar seus impactos. A partir da comparação entre Presidente Prudente e São Carlos, que possuem tamanho populacional semelhante, mas ocupam posições hierárquicas diferentes na rede urbana, concluímos que estão em curso nessas cidades processos de fragmentação socioespacial, com distância/separação espacial maior entre ricos e pobres que vão além dos espaços residenciais e das novas diferenciações entre espaços populares. A facilidade no acesso a financiamento de residências em condomínios fechados, aliada à facilidade de circulação disponível nas cidades médias em que estão inseridos, em função das distâncias menores, amplia a possibilidade de adquiri-las, o que configura uma das particularidades das cidades médias.

Por fim, reafirmamos que construir moradias também é produzir cidades, assim, é urgente que o acesso à casa própria também signifique acesso à cidade.

Referências bibliográficas

ABREU, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista*. Presidente Prudente, 1972. Tese (Doutorado em História Política, Econômica e Social Geral e do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

ALMEIDA, E. *A comunicação de mercado e a atmosfera do showroom*. Aspectos polissêmicos do discurso persuasivo. São Bernardo do Campo, 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.

AZEVEDO, S. de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.22(4), p.107-119, out./dez, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação.* Lisboa: Relógio D'água, 1991.

______. *A sociedade de consumo.* Tradução de: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

______. *A sociedade individualizada.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, P. *As estruturas sociais da economia.* Tradução de: Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Demanda habitacional no Brasil.* Brasília: Caixa, 2011. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/documentos_gerais/demanda_habitacional.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2014.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.17-65.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de**.** A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.9, p.143-59, 1988.

DAL POZZO, C. F. *Territórios de autossegregação e de segregação imposta*: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**.** Presidente Prudente, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOZENA, A. *São Carlos e seu "desenvolvimento"*: contradições urbanas de um polo tecnológico. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, USP.

FELTRAN, G. *Histórias da água quente*: um olhar sobre a ocupação urbana da bacia. 2005. [Relatório de pesquisa]

FERNANDES, F. L. *Violência, medo e estigma*: efeitos socioespaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro**.** Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

FERNANDES, S. A. S. *Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente.* Presidente Prudente, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

FERREIRA, F. B. *Transformações urbanas na cidade de São Carlos*: condomínios horizontais fechados e novas formas de sociabilidade. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

FIX, M. *São Paulo cidade global*: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

______; ARANTES, P. F. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. *Correio da Cidadania*, 2009. Disponível em: <http://correiodacidania.com.br>. Acessado em: 20 jan. 2014.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos.* Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GRUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000, p.30-49.

HIRATA, F. "Minha Casa Minha Vida": política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? *Aurora*, Marília, ano III, n.4, julho de 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/aurora>. Acesso em: 10 dez. 2012.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

HONDA, S. C. de A. *Habitação de baixa renda como produto do capital*: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em Presidente Prudente. São Paulo, 2011, 204f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

______; ALBANO, M. P. Residencial Atalaia. Habitação social em Presidente Prudente. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v.9, n.1, p.1-9, jan./jun. 2012.

JAMESON, F. *A virada cultural*: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JESUS, P. M. de. *Produção do espaço urbano no Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente/SP*: afastamento, exclusão ou segregação socioespacial. Presidente Prudente, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

______. *Viver em risco*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAISNER, R. C. *Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas*: uma análise das representações de moradores de periferia de São Carlos/SP. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Unicamp.

LEFEBVRE, H. *La revolución urbana*. Barcelona: Oikos-tau, 1983.

LIMA, R. P. *O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977)*. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, n.59, p.208-300, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=763>. Acesso em: abr. 212.

MAGRINI, M. A. *Vidas em enclaves*. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia,* São Paulo, n.34, p.197-221, 1991.

MARICATO, E. *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987.

______. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. *Revista Praga*, São Paulo, v.1, n.6, p.67-78, 1998. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

______. É preciso repensar o modelo. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, Editora Pini, p.63, set. 2009. Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/186/artigo151670-2.asp>. Acesso em: dez. 2012.

MARQUES, D. de S. *A constituição do eixo comercial e de serviços da rodovia Raposo Tavares em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2007. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT; Unesp.

MAY, T. *Pesquisa social*: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MELAZZO, E. S. *Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intraurbana*: o caso de Presidente Prudente-SP. Presidente Prudente, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

NASCIMENTO, A. da S. *No vazio caberiam, casas, parques, fábricas... Caberia muita cidade*. Presidente Prudente, 2014, 133f. Relatório de Qualificação. Universidade Estadual Paulista; FCT, *campus* de Presidente Prudente.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. Acesso em: 20 jan. 2014.

OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: MARRE, J. A. L. (org.). *Metodologia das ciências humanas.* São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p.17-26.

OLIVEIRA, V. F. de. *Mobilidade e acessibilidade urbana*: uma análise socioespacial a partir dos bairros Jardim Morada do Sol e Conjunto Habitacional Ana Jacinta, em Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2011. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

PADILHA, V.. *Shopping Center*. A catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEDRO, L. C. *Ambiente e apropriação dos compartimentos geomorfológicos do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador e do Condomínio fechado Damha – Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

______. Geomorfologia urbana: impactos no ambiente urbano decorrente da forma de apropriação, ocupação do relevo. *Revista Geografia em Questão*, [s. l.], v.4, n.1, p.53-172, 2011.

POCHMANN, M. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLI, M. N. *A geografia do espaço vivido*. Análise do uso social do solo urbano – estudo de caso na cidade de São Carlos. São Carlos, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*, El Colegio Mexiquense, A. C. Toluca, México, v.II, n.7, p.405-31, ene./jun. 2000.

______. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Distrito Federal, México, n.19, p.33-56, dic. 2001.

______; PINEDA, R. C. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. *EURE*, Santiago, Chile, v.XXXIV, n.103, p.73-92, dec. 2008.

PROST, A. Fronteiras e espaços do privado. In:______; GÉRARD, V. (orgs.). *História da vida privada, 5*: da primeira guerra aos nossos dias. São Paulo: Schwarcz, 1992.

RÉMY, J.; VOYÉ, L. *A cidade: rumo a uma nova definição?* Lisboa: Afrontamento, 1994.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. *Tempo Social*, São Paulo, v.11(1), p.189-95, maio 1999.

ROLNIK, R.; NAKANO, A. K. Direito à moradia ou salvação do setor? *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.A3, 14 mar. 2009.

______. et al. *Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?*: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. *33º Encontro Anual da Anpocs*, set. 2009. Disponível em <http://

portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1767&Itemid=229>. Acesso em: 2 fev. 2014.

SANTOS, C. H. M. Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998. Texto para discussão n.654. *IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)*, Brasília,1999.

SARAVÍ, G. A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. *Revista Eure*, v.XXXIV, n.103, p.93-110, dic. 2008.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Tradução de: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHIMBO, L. Z. *Habitação social, habitação de mercado*: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos, 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

SILVA, D. V. da. *Representações sociais da insegurança urbana em Presidente Prudente.* Presidente Prudente, 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

SILVA, F. C. da. *A segregação socioespacial no Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente/SP.* Presidente Prudente, 2008. Monografia (Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.

SILVA, R. B. *Segregação e/ou integração*: o "Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados" em Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

SMOLKA, M. O. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n.21, 1987.

SOBARZO, O; SPOSITO, M. E. B.. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades*, Puebla (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n.59 p.37-43, jul./sept. 2003.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Edufmg, 2010, p.19-173.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em Presidente Prudente*: a lógica da expansão territorial urbana. Rio Claro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Unesp.

______. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In:* VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). *A cidade contemporânea*. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

______; GÓES, E. M. *Espaços fechados e cidades*: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

SVAMPA, M. *Los que ganaron*: la vida en los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987. (Coleção Teoria e História 6)

VALENÇA, M. M. *Globabitação*: sistemas habitacionais no Brasil, Grã-Bretanha e Portugal. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

VALLADARES, L. do P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. *In:* ______. (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.) *A cidade contemporânea*. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2012.

VÉRAS, M. P. B.; BONDUKI, N. G. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. *In:* COVRE, M. de L. M. (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, p.40-72, 1986.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In:______. *A nova comunicação*: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998, p.129-45.

Sites consultados

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/empresario-de-sao-carlos-sp--e-o-candidato-mais-rico-do-pais/>. Acesso em: 6 jan. 2014.

<http://correiodacidania.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=763>. Acesso em: abr. 212.

<http://www.escol.as/sp/presidente-prudente/conjunto-habitacional-jardim-humberto-salvador>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.escol.as/sp/sao-carlos/cidade-aracy>. Acesso em: 3 jan. 2014.

<http://www.facebook.com/pdgonline>. Acesso em: 29 maio 2013.

<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2014/01/cameras-de-vigilancia-sao-furtadas-de-escola-no-humberto-salvador.html, de 05/01/2014>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2014/02/alunos-reclamam-de-infraestrutura-em-escola-do-humberto-salvador.html>. Acesso em: 13 fev. 2014.

<http://www.governo-br.com/307945, de 23/03/2011>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-55068>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-55133>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.imparcial.com.br/site/07-01-2014-2>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<https://maps.google.com.br/>. Acesso em: 6 fev. 2014.

<http://www.marilia.unesp.br/aurora>. Acesso em: 10 dez. 2012.

<http://www. pdg.com.br/valedosreisvistadovale>. Acesso em: maio 2012.

<http://www.pdg.com.br/vale-dos-reis---res-vista-do-vale>. Acesso em: maio 2012; fev. 2013; jan. 2014.

<https://plus.google.com/102666623804397561419/about?gl=BR&hl=pt--BR>. Acesso em: 6 fev. 2014.

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1767&Itemid=229>. Acesso em: 2 fev. 2014.

<http://pref-p-prudente.jusbrasil.com.br/politica/4444703/convenio-destina-r-2-6-milhoes-para-escola-no-bairro-humberto-salvador>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=749:17102012>. Acesso em: 6 jan. 2014.

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml;jsessionid=9FED4C62F6A68F03166CB21A354CDC5B?cod=13736, de 21/06/2011>. Acesso em: abr. 2012.

<http://www.procuradoria-regional-eleitoral-em-sao-paulo-manifesta-se--pela-cassacao-do-registro-de-agripino-lima-candidato-de-presidente--prudente-&catid=1:notas&Itemid=284>. Acesso em: 6 jan. 2014.

<http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 10 dez. 2012.

<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/186/artigo151670-2.asp>. Acesso em: dez. 2012.

<http://rodobensimoveis.com.br/empresa/>. Acesso em: 18 jun. 2013.

<http://www.tecumseh.com/pt/south-america/tecumseh_south_america>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.terra.com.br/istoegente/78/reportagem/rep_guerra_travada_pai_filhos.htm>. Acesso em: 6 jan. 2014.

<http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. Acesso em: 20 jan. 2014.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agripino_de_Oliveira_Lima_Filho>. Acesso em: 6 jan. 2014.

Anexos

Anexo 1 – Roteiros de entrevistas

Roteiro para entrevistas com futuros moradores de condomínios horizontais populares fechados

Para começar: sempre explicar que se trata de pesquisa da universidade, que não haverá identificação dos entrevistados, mas que é necessário gravar a entrevista.

Primeiro bloco: começamos pela identificação dos futuros moradores, pois assim podemos conhecer o perfil de quem está residindo nos espaços residenciais populares fechados pesquisados.

A. Perfil

A.1. Idade

A.2. Profissão

A.3. Número de componentes da família e respectivas idade e profissão

A.4. Renda familiar aproximada

A.5. Qual a previsão de mudança para o condomínio?

A.6. Onde moram atualmente – apartamento ou casa, bairro e cidade, próprio ou alugado? Há quanto tempo?

Segundo bloco: trataremos das motivações/escolhas de se morar em espaços residenciais populares fechados, buscando entender o processo de escolha das pessoas para esse desse tipo de moradia, bem como se existem facilidades ou melhores condições de oferta e financiamento.

B. Motivação

B.1. Por que morar em loteamento fechado?

B.2. Como imaginam que será o dia a dia no loteamento? Quais as principais perspectivas?

B.3. (Caso não tenha sido mencionado) O fato de ser um loteamento fechado e cercado por muros ou grades influenciou em sua escolha por adquirir o imóvel, ou não faz diferença?

B.4. (Caso tenha mencionado a questão da insegurança, sem tentar explicá-la) A que você atribui esse aumento da violência na cidade?

B.5 Como essa violência aparece em seu cotidiano?

B.6. (Caso não tenha sido mencionada) Houve alguma ocorrência violenta com alguém da sua família ou alguém próximo que influenciasse nessa decisão?

B.7. (Caso não tenha sido mencionada) Quais são as medidas e equipamentos de segurança que terão no condomínio? (muro, porteiro...)

B.8. Você considera adequadas essas medidas e equipamentos?

B.9. Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa atual?

B.10. (Caso não tenha sido mencionada a questão das condições para aquisição do terreno ou da residência) E quanto às condições para aquisição do terreno ou da residência, elas facilitaram ou dificultaram a aquisição? Poderia descrever como isso ocorreu (forma de pagamento...)?

B.11. (Caso o imóvel seja financiado) Qual o tipo de financiamento contratado? Por quanto tempo? Você ganhou algum subsídio do governo?

B.12. (Nos casos de financiamento) Tem sido fácil pagar as prestações ou isso compromete muito a renda familiar?

B.13. Considera que foi um bom negócio? Acha que vai valorizar?

B.14. Como você ficou sabendo desse imóvel? Ele foi divulgado pela mídia local?

B.15. Você pretende fazer alguma alteração no imóvel? (Construir mais quartos, aumentar a área de serviço, garagem).

B.16. E se essa mesma casa, com as mesmas condições de financiamento, não estivesse em um condomínio, fosse sem muros ou grades, você acharia melhor ou pior? Por quê?

B.17. (Caso a família tenha ao menos um filho, mencionado no perfil) E quanto ao(s) seu(s) filho(a/s), o que fala(m) sobre a mudança para a nova casa ?

Terceiro bloco: buscamos caracterizar o cotidiano atual dos futuros residentes em espaços residenciais populares fechados, descrevendo seu dia a dia, seus deslocamentos pela cidade, com a finalidade de observar o que mudará depois.

C. Cotidiano e cidade

C.1. Descreva a rotina da sua família, começando pela hora em que acordam...

C.2. Acredita que haverá alguma mudança na rotina após a mudança para esse loteamento?

C.3. (Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores) Como são feitos seus deslocamentos pela cidade?

C.4. Que locais frequenta para fazer compras? Acha que serão alterados com a mudança de residência?

C.5. Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (Caso exista) Você o frequenta? Acha que deixará de frequentar com a mudança de residência?

C.6. E quanto ao seu local de trabalho, é perto ou longe? Como ficará com a mudança?

C.7. (Caso não tenha mencionado antes e tenha ao menos um filho estudando) E quanto à escola onde estuda(m) seu/sua filho(a), é perto ou longe? Como ficará com a mudança?

Quarto bloco: temos por objetivo identificar quais são as relações desses moradores com seus vizinhos para observar o que mudará depois.

D. Vizinhança

D.1. Você conhece seus vizinhos?

D.2. (Em caso de resposta anterior positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles?

D.3. (Caso tenham filhos) Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?

D.4. Conhece futuros moradores do loteamento onde vai morar?

D.5. Como acha que serão as relações de vizinhança com os futuros vizinhos?

D.6. Acredita que haverá mudanças quanto às visitas em sua residência após a mudança ao condomínio?

Quinto bloco: buscamos identificar as práticas de lazer desses moradores atualmente, para observar o que mudará depois.

E. Lazer

E.1. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? (Aonde vão...)

E.2. Existe área de lazer no loteamento? (Caso exista) Pretendem frequentar esses espaços? E.3. (Caso não tenha) Você gostaria que tivesse? Como seria?

Sexto bloco: sobre as expectativas e preocupações em relação a regras (de condomínios) e maior proximidade entre as residências na futura residência.

F. O condomínio e as regras

F.1. Você sabe se há alguma regra preestabelecida no condomínio? (Caso houver) Quais?

F.2. (Caso houver) Você está de acordo com essas regras? (Acha que são necessárias?)

F.3. Acredita que haverá alguma dificuldade quanto ao cumprimento de regras por parte das crianças e jovens moradoras do condomínio?

F.4. Você acha que as residências são muito próximas umas das outras no novo local? (Em caso de resposta positiva) Isso preocupa você?

F.5. Você sabe alguma coisa sobre a administração futura desse condomínio? (Há uma associação de moradores, um síndico...)

F.6. Já houve alguma reunião com os futuros moradores? (Em caso positivo) Você participou? Muitos compareceram? Como foi?

Para finalizar: 1. Você concordaria em dar uma nova entrevista quando já estiver na casa nova há alguns meses?

2. Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (Para ficar gravado)

Obrigada pela atenção.

Roteiro para entrevistas com moradores de espaços residenciais populares abertos

Para começar: sempre explicar que se trata de pesquisa da universidade, que não haverá identificação dos entrevistados, mas que é necessário gravar a entrevista.

Primeiro bloco: começaremos pela identificação dos moradores, pois assim podemos conhecer o perfil de quem está residindo nos espaços residenciais populares abertos pesquisados.

A. Perfil

A.1. Idade

A.2. Profissão

A3. Número de componentes da família e respectivas idade e profissão

A.4. Renda familiar aproximada

A.5. Onde moravam antes – apartamento ou casa, bairro e cidade, se era próprio ou alugado

Segundo bloco: trataremos das motivações/escolhas que influenciaram na opção pelo bairro, buscando entender como ocorreu o processo de escolha (ou não) por esse espaço residencial, bem como se existem facilidades ou melhores condições de oferta e financiamento e se os modelos das habitações são adequados às famílias. Problemas do bairro, mudanças ocorridas (no caso daqueles que moram há bastante tempo) e facilidades/dificuldades de acesso a outras parcelas da cidade também devem ser observados.

B. O bairro

B.1. Há quanto tempo mora nesse bairro?

B.2. Por que se mudou para o bairro? (Como foi a mudança?)

B.3. Poderia descrever como era o bairro quando mudou?

B.4. Quais as principais diferenças que houve de quando mudou para cá até os dias atuais?

B.5. (Caso não tenha mencionado a questão da insegurança) A violência era (ou é) um dos problemas do bairro?

B.6. Por que acha que isso acontece?

B.7. (Caso não tenha mencionado) Como essa violência afeta seu cotidiano e o de sua família?

B.8. (Caso não tenha sido mencionada) Houve alguma ocorrência violenta com você, com alguém da sua família ou alguém próximo nesse bairro?

B.9. (Caso não tenha mencionado) Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa, como trancar portas e janelas, fazer seguro...?

B.10. (Caso não tenha mencionado) Vocês têm algum equipamento de segurança, como cerca elétrica, alarme...?

B.11. (Caso a resposta anterior tenha sido negativa) Gostaria que tivesse (acha importante)?

B.12. (Caso não tenha sido mencionada a questão das condições para aquisição do terreno ou da residência) E quanto às condições para aquisição do terreno ou da residência, elas facilitaram ou dificultaram a aquisição? Poderia descrever como isso ocorreu (forma de pagamento...)? (Caso não seja mencionado) Como foi a compra do terreno? Diretamente com Airton Garcia (para São Carlos) ou terceirizado?

B.13. (Caso o imóvel seja financiado) Qual o tipo de financiamento contratado? Por quanto tempo? Você ganhou algum subsídio do governo?

B.14. (Caso o imóvel seja financiado) É fácil pagar as prestações ou isso compromete muito a renda familiar?

B.15. Considera que foi um bom negócio? Tem informações sobre a valorização do imóvel?

Se fosse adquirir atualmente esse imóvel, teria condições econômicas para isso?

B.16. Você fez ou pretende fazer alguma alteração no imóvel? (Construir mais quartos, aumentar a área de serviço, garagem).

B.17. (Caso não tenha mencionado entre os problemas do bairro) Você acha que as residências são muito próximas umas das outras? Isso incomoda?

B.18. (Caso a família tenha ao menos um filho, mencionado no perfil) E quanto ao(s) seu(s) filho(a/s), ele(s) gosta(m) de morar aqui)? Por quê?

Terceiro bloco: buscaremos aqui caracterizar o cotidiano das pessoas residentes no bairro, descrevendo seu dia a dia, seus deslocamentos pela cidade, buscando identificar se houve mudanças de comportamento após mudarem para tais residências.

C. Cotidiano e cidade

C.1. Descreva a rotina da sua família, começando pela hora em que acordam. (quando e como saem de casa.)

C.2. (No caso daqueles que já residem há vários anos nesse bairro) Você ainda se lembra de como era a rotina de vocês quando se mudaram para cá? (Ida para trabalho, escola das crianças, compras...)

C.3. (No caso daqueles que se mudaram há poucos anos) O que mudou na rotina de vocês depois que vieram morar aqui? (Ida para trabalho, escola das crianças, compras...)

C.4. (Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores) Como são feitos seus deslocamentos pela cidade?

C.5. Que locais frequenta para fazer compras?

C.6. Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (Caso exista) Você o frequenta?

C.7. Você considera que esse bairro é perto ou longe do centro da cidade?

C.8. (Caso não tenha mencionado antes) E quanto ao seu local de trabalho, é perto ou longe?

C.9. (Caso não tenha mencionado antes e tenha ao menos um filho estudando) E quanto à escola onde estuda(m) seu/sua filho(a), é perto ou longe?

C.10. (Caso não tenha mencionado) Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família quanto ao deslocamento urbano? O que você gostaria que mudasse?

Quarto bloco: temos por objetivo entender como é a relação desses moradores com seus vizinhos.

D. Vizinhança

D.1. Você conhece seus vizinhos?

D.2. (Em caso de resposta anterior positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles?

D.3. Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?

D.4. Você costuma receber mais visitas de moradores deste bairro ou de outros bairros?

Quinto bloco: buscamos compreender o uso do espaço nos momentos de lazer desses moradores.

E. Lazer

E.1. Existe área de lazer neste bairro (descrição)? (Caso exista) Você ou outros membros de sua família o utilizam? Com que frequência?

E.2. (Caso não tenha) Você gostaria que tivesse? Como seria?

E.3. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Aonde vão?

F. Avaliação

F.1. Você está satisfeito por morar aqui? Em sua opinião, o que é bom e o que é ruim?

Para finalizar: você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (Para ficar gravado)

Obrigada pela atenção.

Roteiro para entrevistas com moradores de condomínios horizontais populares fechados

Para começar: sempre explicar que se trata de pesquisa da universidade, que não haverá identificação dos entrevistados, mas que é necessário gravar a entrevista.

Primeiro bloco: começamos pela identificação dos moradores, pois assim podemos conhecer o perfil de quem está residindo nos espaços residenciais populares fechados.

A. Perfil

A.1. Idade

A.2. Profissão

A.3. Número de componentes da família e respectivas idade e profissão

A.4. Renda familiar aproximada

A.5. Há quanto tempo moram nesse condomínio?

A.6. Onde moravam antes – apartamento ou casa, bairro e cidade, se era próprio ou alugado

Segundo bloco: trataremos das motivações/escolhas para se morar em espaços residenciais populares fechados, buscando entender o processo de escolha das pessoas por esse desse tipo de moradia, bem como se existem facilidades ou melhores condições de oferta e financiamento, se os modelos das habitações são adequados às famílias, quais a medidas de segurança adotadas no loteamento e nas residências e por fim, qual o significado dos muros para esses moradores.

B. Motivação

B.1. Por que morar em loteamento fechado?

B.2. (Caso não tenha sido mencionado) O fato de este loteamento ser fechado e cercado por muros ou grades influenciou em sua escolha por adquirir um imóvel aqui? Ou não faz diferença?

B.3. (Caso tenha mencionado a questão da insegurança, sem tentar explicá-la) A que você atribui esse aumento da violência na cidade?

B.4. Como essa violência aparece no seu cotidiano?

B.5. (Caso não tenha sido mencionada) Houve alguma ocorrência violenta com alguém de sua família ou alguém próximo que influenciasse nessa decisão?

B.6. (Caso não tenha sido mencionada) Quais são os equipamentos e as medidas de segurança adotados pelo condomínio? (Muro, porteiro...)

B.7. Você considera adequadas essas medidas e esses equipamentos?

B.8. Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa, ou depois que mudaram para cá isso não foi mais necessário?

B.9. (Caso não tenha sido mencionada a questão das condições para aquisição do terreno ou da residência) E quanto às condições para aquisição do terreno ou da residência, elas facilitaram ou dificultaram a aquisição? Poderia descrever como isso ocorreu? (Forma de pagamento...)

B.10. (Caso o imóvel seja financiado) Qual o tipo de financiamento contratado? Por quanto tempo? Você ganhou algum subsídio do governo?

B.11. (Nos casos de financiamento) Tem sido fácil pagar as prestações ou isso compromete muito a renda familiar?

B.12. Considera que foi um bom negócio? Tem informações sobre a valorização do imóvel? Se fosse adquirir atualmente esse imóvel, teria condições econômicas para isso?

B.13. Como você ficou sabendo deste imóvel? Ele foi divulgado pela mídia local?

B.14. Você fez ou pretende fazer alguma alteração no imóvel? (Construir mais quartos, aumentar a área de serviço, garagem).

B.15. E se esta mesma casa, com as mesmas condições de financiamento, não estivesse em um condomínio, fosse sem muros ou grades, você acharia melhor ou pior? Por quê?

B.16. (Caso a família tenha ao menos um filho, mencionado no perfil) E quanto ao(s) seu(s) filho(a/s), ele(s) gosta(m) de morar aqui (neste condomínio)? Por quê?

Terceiro bloco: buscamos aqui caracterizar o cotidiano das pessoas residentes em espaços residenciais populares fechados, descrevendo seu dia a dia, seus deslocamentos pela cidade, buscando identificar se houve mudanças de comportamento após mudarem para tais residências.

C. Cotidiano e cidade

C.1. Descreva a rotina da sua família, começando pela hora em que acordam. (Quando e como saem de casa...)

C.2. O que mudou nessa rotina quando mudaram para este loteamento?

C.3. (Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores) Como são feitos seus deslocamentos pela cidade?

C.4. Que locais frequenta para fazer compras?

C.5. Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (Caso exista) Você o frequenta?

C.6. Você considera que este condomínio é perto ou longe do centro da cidade?

C.7. (Caso não tenha mencionado antes) E quanto ao seu local de trabalho, é perto ou longe?

C.8. (Caso não tenha mencionado antes e tenha ao menos um filho estudando) E quanto à escola onde estuda(m) seu/sua filho(a), é perto ou longe?

C.9. Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família quanto ao deslocamento urbano? O que você gostaria que mudasse?

Quarto bloco: temos por objetivo entender como é a relação desses moradores primeiramente com seus próprios vizinhos, e depois com os vizinhos de fora do espaço residencial.

D. Vizinhança

D.1. Você conhece seus vizinhos?

D.2. (Em caso de resposta anterior positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles?

D.3. Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?

D.4. E os vizinhos de fora do loteamento? Também os conhece?

D.5. Você costuma receber mais visitas de moradores de dentro ou de fora do condomínio?

Quinto bloco: buscamos compreender o uso do espaço nos momentos de lazer desses moradores.

E. Lazer

E.1. Existe área de lazer neste loteamento? (Caso exista) Você ou outros membros de sua família utilizam? Com que frequência?

E.2. (Caso não tenha) Você gostaria que tivesse? Como seria?

E.3. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Aonde vão?

Sexto bloco: também é de importância para esta pesquisa entender quais as regras e os conflitos enfrentados pelos moradores nesse tipo de moradia, buscando compreender se a organização espacial das residências tem alguma influência quanto ao potencial de conflito (como construções diversas devido ao tamanho das residências e adequação familiar, casas muito próximas umas das outras, pouca experiência de seus moradores em morar em sistema de condomínio).

F. O condomínio e as regras

F.1. Existem regras neste condomínio? Quais são elas?

F.2. Você está de acordo com essas regras?

F.3. Existe problema com o cumprimento dessas regras?

F.4. Você já presenciou ou ouviu falar de conflitos entre vizinho por conta do descumprimento de alguma regra?

F.5. (Caso não tenho sido mencionado) Já houve conflitos, brigas ou discussões entre vizinhos deste loteamento? (Caso tenha havido) Por qual motivo?

F.6. Você e sua família adaptaram-se bem a esse tipo de moradia dotado de regras?

F.7. Quanto às crianças e jovens moradoras do condomínio, você nota que eles têm mais dificuldade de cumprir essas regras?

F.8. Você acha que as residências são muito próximas umas das outras? (Em caso de resposta positiva) Isso incomoda ou é normal?

F.9. Quem cuida da administração deste condomínio? (Há uma associação de moradores, um síndico...)

F.10. Há reuniões de moradores?

F.11 (Em caso de resposta anterior positiva) Você costuma participar?

F.12. (Em caso de resposta anterior positiva) Como são essas reuniões?

F.13. (Em caso de resposta anterior positiva) Muitos moradores participam?

Sétimo bloco: buscamos uma avaliação dos moradores, solicitando a eles que destaquem os pontos positivos e negativos de se morar em espaços residenciais populares fechados.

G. Avaliação

G.1. Você está satisfeito por morar aqui? Em sua opinião, o que é bom e o que é ruim?

Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (Para ficar gravado)

Obrigada pela atenção.

Anexo 2 – Quadro com o perfil dos moradores entrevistados

	Nome	Idade	Profissão	Renda familiar aproximada	Nº de morad.	Data da entrevista	Local de moradia	Cidade
1	Julia	48	Doméstica	2.000,00	3	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
2	Cristina	43	Dona de casa	2.800,00	4	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
3	Augusta	78	Aposentada	600,00	1	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
4	Haidê	60	Dona de casa	650,00	2	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
5	Luciana	30	Dona de casa	1.500,00	3	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
6	Luzia	44	Dona de casa	1.500,00	9	21/02/2013	Cidade Aracy	São Carlos
7	Gislene	38	Auxiliar administrativa	2.600,00	7	02/10/2013	Cidade Aracy	São Carlos
8	Antônia	56	Aposentada	5.000,00	3	18/05/2013	Condomínio Tecumseh Village	São Carlos
9	Mônica	48	Costureira	3.500,00	4	18/05/2013	Condomínio Tecumseh Village	São Carlos
10	José	44	Metalúrgico	2.200,00	3	18/05/2013	Condomínio Tecumseh Village	São Carlos

	Nome	Idade	Profissão	Renda familiar aproximada	Nº de morad.	Data da entre-vista	Local de moradia	Cidade
11	Silvio	28	Almoxarife	3.000,00	3	18/05/2013	Condomínio Tecumseh Village	São Carlos
12	Renato	40	Analista de planejamento	4.200,00	4	18/05/2013	Condomínio Tecumseh Village	São Carlos
13	Marisa	49	Podóloga	5.000,00	2	25/10/2012	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
14	Fernanda e Rodrigo	24 e 24	Podóloga e Eletrônico	3.000,00	2	25/10/2012	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
15	Marcos	36	Microempre-sário	2.000,00 a 3.000,00/	4	25/10/2012	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
16	Francisco	54	Corretor de imóveis	5.000,00 a 6.000,00	3	19/05/2013	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
17	Simone	35	Veterinária	4.000,00 a 5.000,00	2	19/05/2013	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos

	Nome	Idade	Profissão	Renda familiar aproximada	Nº de morad.	Data da entre-vista	Local de moradia	Cidade
18	Bruno	26	Empresário	6.000,00	2	19/05/2013	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
19	Vera	50	Auxiliar de enfermagem	3.000,00	3	19/05/2013	Condomínio Terra Nova São Carlos	São Carlos
20	Marli	37	Comerciante	3.000,00	4	13/05/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente
21	Roberto	48	Comerciante	5.000,00	4	13/05/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente
22	Cícera e vizi-nhas [Valéria e Fátima]	33	Dona de casa	1.300,00	3	17/12/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente
23	Noêmia e Augusto	53 e 59	Dona de casa e aposentado	678,00	2	17/12/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente

	Nome	Idade	Profissão	Renda familiar aproximada	Nº de morad.	Data da entrevista	Local de moradia	Cidade
24	Solange e Pedro/D. Ana	43 e 43	Dona de casa/ vigilante + vizinha	800,00	4	18/12/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente
25	Lídia	48	Enfermeira	?	3	18/12/2013	Conjunto Habitacional Humberto Salvador	Presidente Prudente
26	Joana e Raimundo	42 e 54	Dona de casa / Aposentado	1.200,00	2	21/10/2012	Condomínio Esmeralda	Presidente Prudente
27	Fabiana	30	Estudante de enfermagem	1.600,00	5	23/10/2013	Condomínio Esmeralda	Presidente Prudente
28	Ailton e Helena	38	Mecânico/Dona de casa	1.500,00	2	01/11/2012	Condomínio Esmeralda	Presidente Prudente
29	Mauro	40	Eletricista	2.500,00	3	29/04/2013	Condomínio Esmeralda	Presidente Prudente
30	Diego	27	Administrador de empresas	5.000,00	2	22/10/2012	Condomínio Vista do Vale	Presidente Prudente
31	Mariana	22	Auxiliar administrativo	2.500,00	2	07/03/2013	Condomínio Vista do Vale	Presidente Prudente
32	Lia e Gustavo	32 e 28	Cabeleireira e Faturista	2.300,00	2	01/04/2013	Condomínio Vista do Vale	Presidente Prudente